

Levando em consideração a avaliação da aprendizagem como um assunto bastante discutido nos dias atuais, esse trabalho justifica-se por tratar de assuntos pertinentes sobre os pressupostos e práticas docentes de avaliação da aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem pode ser entendida como parte indissociável do processo de ensino e aprendizagem. Como parte integrante deste processo, a avaliação não pode ser vista apenas como um momento, mas sim como um instrumento que se fará presente durante todo o percurso de aprendizagem e que se processa em função da intencionalidade e dos objetivos que se pretende alcançar.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tradicionalmente a avaliação tem caráter classificatório e autoritário, assumindo um papel de controle e acontecendo em função apenas de um produto final com intenção de medir o sucesso do aluno na escola, ou seja, avaliação apenas para verificar se o aluno atingiu ou não os resultados esperados. A esse respeito LUCKESI afirma que:

Sua função constitui-se num instrumento estático e frenador do processo de crescimento. [...] O educando como sujeito humano e histórico; contudo, julgado e classificado, ficará para o resto da vida, do ponto de vista do modelo escolar vigente, estigmatizado, pois as anotações e registros permanecerão, em definitivo, nos arquivos e nos históricos escolares, que se transformam em documentos legalmente definidos (LUCKESI, 2000, p.35).

Para Luckesi (2000), com esta perspectiva o professor apenas domestica seus alunos, sem contribuir para desenvolver seu potencial. Os instrumentos de avaliação têm ênfase quantitativa e as notas, coletadas em geral por meio de provas, visam apenas aprovar ou reprovar o aluno, não intervindo para o crescimento do estudante.

Neste mesmo sentido Hoffmann afirma que:

Uma avaliação a serviço da ação não tem por objetivo a verificação e o registro de dados do desempenho escolar, mas a observação permanente das manifestações de aprendizagem para proceder a uma ação educativa que otimize os percursos individuais. (Hoffmann, 2010, p.17).

Contrapondo com esse modelo de avaliação classificatória podemos citar a avaliação formativa que segundo Hadji (2001) essa prática é um ideal que pode tornar a avaliação verdadeiramente útil em situações pedagógicas ao permitir à crítica da realidade, a libertação dos sujeitos, a saída do imediatismo pedagógico, ao permitir ao aluno questionar e refletir sobre determinado assunto. Nesse sentido:

A avaliação, diferente da verificação, envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer antes e com ele. A verificação é uma ação que ‘congela’ o objeto; a avaliação, por sua vez, direciona o objeto numa trilha dinâmica de ação (LUCKESI, 1998, p.93).

Nesse sentido Esteban (2004) reafirma que a avaliação formativa torna possível a reflexão do educador sobre seu contexto, sobre o processo de aprendizagem e desenvolvimento de seus alunos e sobre sua prática, enfim dá suporte a toda sua prática docente.

Corroborando com este pensamento, Fernandes enfatiza que a avaliação formativa “trata-se de uma avaliação para as aprendizagens, no sentido que deve contribuir inequivocadamente para sua melhoria com a participação ativa dos alunos.” Neste mesmo sentido MACEDO, 2007 salienta que:

Uma avaliação formativa ajuda o aluno a compreender e a se desenvolver. Colabora para a regulação de suas aprendizagens, para o desenvolvimento de suas competências e o aprimoramento de suas habilidades em favor de um projeto. Um professor comprometido com a aprendizagem de seus alunos utiliza os erros, inevitáveis sobretudo no começo, como uma oportunidade de observação e intervenção. Com base neles, propõe situações-problema cujo enfrentamento requer uma nova e melhor aprendizagem, possível e querida para quem a realiza. (p. 118).

Avaliar vai além de um simples teste ou da obtenção de uma nota, consiste na coleta de dados quantitativos e qualitativos e na interpretação que se faz com os resultados, haja vista que a interpretação destes dados dá suporte ao educador para guiar e otimizar as aprendizagens em andamento. Portanto, quando a avaliação é formativa o professor está preocupado com a aprendizagem, pois ao avaliar o processo de aprendizagem ele identificar aspectos que necessitam ser melhorados, podendo assim, intervir na sua própria prática ou nos fatores que estão dificultando a aquisição da aprendizagem significativa.

METODOLOGIA

As inquietações em torno dessa temática surgiram a partir das discussões formadas nas aulas da disciplina Avaliação da Aprendizagem do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí/ UFPI, as quais foram aprofundadas em estudos bibliográficos. Nesse percurso metodológico dialogamos dentre outros autores, com Luckesi (2002) com, Hoffmann (2010), Perrenoud (1999) e Vasconcellos (1995), além de fazermos uso de uma entrevista

realizada com dois professores da rede pública de Teresina-PI, para obtenção de dados empíricos necessário a esta pesquisa. Com base em suas repostas, procuramos fazer uma análise a fim de identificar em que estão embasados os seus pressupostos, considerando as perspectivas formativas e classificatórias de avaliação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A avaliação qualitativa deve estar alicerçada na qualidade do ensino e pode ser feita para avaliar o aluno como um todo no decorrer do processo educativo, observando o ritmo e a especificidade de cada um. Contudo para haver uma avaliação formativa e não classificatória deve acontecer uma mudança nos pressupostos de ensino em relação aos instrumentos avaliativos e os objetivos esperados nesse processo. Com isso haverá uma qualidade de ensino, pois a avaliação servirá como reguladora da ação, possibilitando o professor repensar suas metodologias, se devem ser repetidas ou excluídas, a partir das respostas dadas pelos alunos o decorrer do processo.

Diante do exposto, para obtenção dos resultados desta pesquisa foi feito o uso de uma entrevista e com apenas uma pergunta inicial as docentes entrevistadas puderam sentir-se livres para expressar suas praticas e concepções acerca da avaliação a que estão acostumadas. A entrevista em questão foi realizada com duas docentes da rede pública de ensino de Teresina.

Para o “Professor A”, a avaliação é feita considerando todo o ensino, as situações ou as atividades nas aulas. Esta se processa nas propostas pedagógicas da escola e nas intervenções do professor e em tudo o que constitui a prática educativa de acordo com a necessidade dos alunos, permitindo o registro através dos instrumentais como: diários, fichas, relatórios, e outros adotados ou criados pelo professor que o ajudarão a sistematizar o ensino aprendizagem em beneficio da criança.

Sendo assim, compreende-se que a avaliação deve ser coerente com os resultados que pretende alcançar, deve ser bem planejada e articulada com os objetivos propostos no processo de ensino e aprendizagem, considerando não só os aspectos cognitivos, mas também os afetivos, os sociais, dentre outros aspectos que fazem parte deste processo.

Para o “Professor B”, avaliar é ter um “feedback” do processo de ensino aprendizagem, onde a partir dela podem ser feitas reflexões sobre sua práxis observando e pontuando os aspectos que podem ser melhorados e potencializados e os que podem ser revistos e colocados de lado. Na educação infantil a avaliação é processual e registrada de

acordo com os avanços e retrocessos das crianças no dia-a-dia tendo como parâmetros os eixos e as habilidades que devem atingir. Aliado a tudo isso há também a avaliação, ou melhor, a observação do aluno por ele mesmo, considerando como ele estava e como ele se encontra sem levar em consideração tantas “normatizações” para traçar novas estratégias a fim de que consigam obter o real e verdadeiro propósito da educação: formação total do um sujeito para que atue e seja formador de uma sociedade mais justa e igualitária.

Convém ressaltar que este modelo de avaliação relatado, deve ser constantemente incentivado nas escolas, pois quando as aprendizagens vão sendo continuamente avaliadas, a reorganização do processo também acontece de maneira contínua e as dificuldades encontradas vão sendo superadas no decorrer do processo. “É formativa toda a avaliação que auxilia o aluno a aprender e a se desenvolver, ou seja, que colabore para a regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo.” (PERRENOUD, 1999-a, p.50).

A partir da observação dos relatos das professoras podemos perceber em suas concepções que suas práticas centram-se na dimensão formativa de avaliação em que o professor tem papel de monitorar constantemente o desempenho do aluno, desafiando-o para que possa progredir e aprender de forma significativa. A avaliação nessa perspectiva é contínua e feita em acompanhamento durante todo o processo educativo, além de ter a função de mediadora da aprendizagem, tem intenção de instigar a participação ativa dos alunos. Segundo Vasconcelos (2005) a avaliação busca a formação integral do sujeito pela mediação da efetiva construção do conhecimento, a aprendizagem por parte de todos os alunos. Podemos destacar esses aspectos na fala dos professores quando deixam explícito que o educando é o centro do processo e que todos os instrumentos avaliativos buscam a aprendizagem construtiva do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa foram satisfatórios para os fins a que se destinava, percebemos que os professores entrevistados fundamentam sua prática avaliativa considerando todos os aspectos do processo educativo e não só a nota como um produto final, afastando-se da dimensão classificatória da avaliação.

Portanto se torna necessário a cada educador ao mesmo tempo dar condições para que nossos alunos possam exercer sua função como ajudante e construtor deste sistema. Contemplar o aluno e o processo de aprendizagem na sua integralidade, alicerçando suas

concepções no grande objetivo da educação que é pessoas autônomas, críticas e conscientes. A avaliação deve estar a serviço das aprendizagens para que favoreça essa formação. Ao mesmo que fornece subsídios importantes que ajudarão os educadores a melhorarem sua prática, no direcionamento da melhoria da qualidade do ensino.

REFERÊNCIAS

LUCKESI, C.C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo, Cortez, 1998.

MACEDO, Lino de. **Avaliação na Educação**. Marcos Muniz Melo (Organizador). 2007.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 18 ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

PERRENOUD, P. **Avaliação**: da Excelência à Regulação das Aprendizagens- Entre Duas Lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento**: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo—elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1995

Diversidade Cultural: a construção de uma autência democracia no curso de pedagogia da UFPI

Antônia Aline Oliveira de Andrade¹, Amanda Caroline Silva Pinheiro², Francisca Thaís dos Santos Rocha³, Sayonara Rodrigues da Rocha Lima⁴

¹ Universidade Federal do Piauí, Licenciatura em Pedagogia; ² Universidade Federal do Piauí, Licenciatura em Pedagogia; ³ Universidade Federal do Piauí, Licenciatura em Pedagogia; ⁴ Universidade Federal do Piauí, Licenciatura em Pedagogia.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as diferentes abordagens do multiculturalismo no Projeto Pedagógico do curso Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB nº 9394/96. Primeiramente visando analisar o conceito de diversidade e suas implicações, posteriormente através de estudos bibliográficos dialogamos com autores como Veiga, Arroyo e Giroux relacionando-os com as leis que regem essa instituição de ensino superior. Tornando possível então com esse estudo perceber a importância que se deve dar às diversas formas de manifestações culturais dentro e fora das universidades e quão importante é a formação de profissionais qualificados que saibam lidar adequadamente com as situações que podem surgir em sala de aula.

Palavras-chave: Diversidade cultural. Democracia. Universidade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as diferentes abordagens do multiculturalismo no Projeto Pedagógico do curso Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB nº 9394/96, de modo a articular teoria e prática, além de buscar respostas à inclusão da pluralidade cultural e perceber se a democracia esta sendo de fato constituída.

Dessa forma, pode-se começar citando que etimologicamente a palavra diversidade tem sua origem do Latim *divertere*, “voltar-se em diferentes direções”, de *dis-*, “para o lado”, mais *vertere*, “virar-se”. De forma que devido a sua pluralidade a diversidade é entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças que ultrapassa aquilo que percebemos à primeira vista.

A diversidade e o multiculturalismo são definidos de forma bastante abrangente certo que diversidade pode ser entendida em diversos aspectos da vida humana, podem ser consideradas as diversidades étnicas, sexuais, religiosas, dentre outros e o multiculturalismo refere-se à grande variedade cultural existente no mundo como um todo. A cultura como parte integrante de todo ser humano e de toda sociedade

[...] foi durante muito tempo pensada como única e universal. Única porque se referia àquilo que de melhor havia sido produzido; universal porque se referia à

humanidade, um conceito totalizante, sem exterioridade. Assim, a Modernidade esteve por longo tempo mergulhada numa epistemologia monocultural e [...] a educação era entendida como o caminho para o atingimento das formas mais elevadas da Cultura, tendo por modelo as conquistas já realizadas pelos grupos sociais mais educados e, por isso, mais cultos. (VEIGA, 2003, p.7)

Assim, é importante perceber o papel de destaque que a educação de qualidade tem na formação e manutenção da cultura brasileira. Dessa maneira, através da escola, a cultura deve ser disseminada.

Costumeiramente percebemos que o racismo e preconceito estão constantemente relacionados, porém para os brasileiros esse tema não deveria causar tanto alvoroço, pois como sabemos o Brasil é um país mais do que miscigenado, de forma que a imensa maioria dos brasileiros tem um pouco de cada etnia que ajudou a constituir o que hoje chamamos de país.

Na sociedade atual é comum que as preferências sejam confundidas com preconceito, ou seja, o simples fato de defender que prefere uma coisa em detrimento de outra, pode fazer com que você seja visto com odiador dessa outra. Na ânsia de apedrejar a discriminação muitas vezes punimos o direito de expor preferências.

Dessa forma, essa imposição das minorias tem se tornado notável na sociedade, estereotipados como pessoas frágeis que necessitam constantemente de amparo de forma que em situações de conflito não são julgados adequadamente. Então, é interessante que nas escolas haja uma maior atenção para esse debate, tornando esse tema mais natural, igualitário e neutro entre os diferentes. Pois assim como está descrito na Lei de diretrizes e bases para a educação nacional nº 9394/96 em seu artigo primeiro “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”.

Nesse contexto é importante atentarmos para a formação dos profissionais nas universidades que segundo a Lei de diretrizes e bases para a educação nacional nº 9394/96, preza:

Art. 43º. A educação superior tem por finalidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

Assim, levando-se em consideração a formação desse pensamento reflexivo dentro das universidades, torna-se inaceitável que haja quaisquer manifestações de preconceito por parte dos integrantes da mesma. Pois, serão esses os cidadãos que irão formar a sociedade brasileira e atuar

ativamente na construção de novos conceitos e ideais, para que de fato se construa uma democracia que atenda a todos que estão nela inseridos.

Sobre esse aspecto Giroux (1995) afirma

Os/as educadores não poderão ignorar, no próximo século, as difíceis questões do multiculturalismo, da raça, da identidade, do poder, do conhecimento, da ética e do trabalho que, na verdade, as escolas já estão tendo de enfrentar. Essas questões exercem um papel importante na definição do significado e do propósito da escolarização, no que significa ensinar e na forma como os/as estudantes devem ser ensinados/as para viver num mundo que será amplamente mais globalizado, high tech e racialmente diverso que em qualquer época da história. (p. 88)

Dessa forma, assim como Giroux prevê os profissionais de educação devem estar preparados para lidar de maneira qualitativa com as mais variadas formas de cultura existentes nos ambientes educacionais e na sociedade como um todo.

METODOLOGIA

Com base em aulas da disciplina Teoria de Currículo e Sociedade e posterior aprofundamento teórico surgiu o interesse por esse tema que está em constante repercussão devido a casos que envolvem a aceitação da diversidade cultural. Dessa maneira passaram a existir as inquietações que nos levaram a pensar em como está sendo trabalhado esse tema no ambiente universitário e como esse debate é proposto em seu Projeto Pedagógico para o Curso de Pedagogia. Após análise de documentos - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 e o Projeto pedagógico do Curso de Pedagogia - confrontamos com as teorias de Veiga, Arroyo e Giroux acerca do tema diversidade cultural como fator essencial na construção de uma democracia autêntica no curso de pedagogia da Universidade Federal do Piauí.

RESULTADOS

O Projeto Pedagógico de Pedagogia (2009) traz como uma de suas competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores de uma sociedade democrática “Reconhecer e respeitar a diversidade manifestada por seus alunos, em seus aspectos sociais, culturais e físicos, detectando e combatendo todas as formas de discriminação.”.

Dessa forma, o PP de Pedagogia prevê que todas as diferenças sejam reconhecidas, porém quando analisamos o cotidiano das práticas curriculares e como estão sendo executadas, percebemos que as diferenças não estão sendo abordadas como deveriam. Na prática pouco se ouve falar em palestras inclusivas, eventos que promovam a diversidade, discussões democráticas a respeito, normalmente os temas são repetitivos quando deveriam ser mais diversificados tendo em vista abrangência de temas que poderiam ser abordados e a própria população ufiana que é bastante diversa.

Além da competência já citada, outra dessa vez referente à formação profissional visa desenvolver no profissional da educação habilidades para “Manejar diferentes estratégias de comunicação dos conteúdos, sabendo eleger as mais adequadas, considerando a diversidade dos

alunos, os objetivos das atividades propostas e as características dos próprios conteúdos.”(PP, 2009).

Até pouco tempo o currículo foi construído sobre a concepção de grade curricular, com isso é visível a dificuldade que os professores tem para por em prática a interdisciplinaridade e se adequar à comunicação que deve existir entre as disciplinas no sentido de complementação e não de segregação. Os professores têm como desafio dialogar com as diferentes disciplinas para com isso propor atividades que englobam os diversos contextos sociais. Nessa perspectiva vemos o currículo oculto como alternativa para lidar com essas diferenças.

Quanto a LDB em seu artigo 26 notamos que se refere apenas à diversidade regional que deve ser incluída por cada estado e região, porém é sabido que a diversidade brasileira não se limita a isso, então se faz necessário que o multiculturalismo seja mais bem expressado e aprofundado nos currículos.

Segundo Arroyo (2006, p.26),

A visão reducionista dessa lei marcou as décadas de 1970 e 1980 como uma forma hegemônica de pensar e organizar o currículo e as escolas e ainda se faz presente e persistente na visão que muitas escolas têm de seu papel social e na visão que docentes e administradores tem de sua função profissional.

Assim a importância dada à diversidade como um todo é muito pouca reduzindo então a diversidade cultural à diversidade regional, de forma que os professores perdem a liberdade, não conseguindo ousar de forma dialogada, realizar trabalhos que sejam mais próximos da comunidade em que estão inseridos.

CONCLUSÃO

A diversidade é muito mais do que o conjunto das diferenças. Nesse âmbito, estamos lidando com a construção histórica, social e cultural das diferenças a qual está ligada às relações de poder. Portanto, ao falarmos sobre a diversidade étnica, social, religiosa e cultural não podemos desconsiderar a construção das identidades, o contexto das desigualdades e das lutas sociais.

A diversidade indaga o currículo, a universidade as suas lógicas, a sua organização tanto relacionado ao espaço como ao tempo. No entanto, é importante destacar que as perguntas aqui apresentadas e discutidas não são produtos de uma discussão interna à universidade. São frutos da interrelação entre universidade, sociedade e cultura e, mais precisamente, da relação entre universidade e movimentos sociais. Assumir a diversidade é posicionar-se contra as diversas formas de dominação, exclusão e discriminação. É entender a educação como um direito social e o respeito à diversidade no interior de um campo político.

No Brasil, a interrelação com as diferentes culturas não deveria representar uma dificuldade, afinal, a sociedade brasileira resulta da mistura de etnia, gêneros e crenças, cada um com suas

particularidades, seus valores, seu modo de vida e da adaptação dessas culturas umas às outras, numa “quase reciprocidade cultural”.

Dessa mistura é que surgem indivíduos que são simplesmente brasileiros filhos dessa ligação e tendo como característica marcante o fato de abrigar diversas culturas, nós, brasileiros, deveríamos lidar facilmente com as diferenças. Mas não é exatamente isso que ocorre.

Percebe-se a escola como sendo uma construção social e cultural que foi se padronizando ao longo dos anos, tomando formas restritas e bem determinadas, que seria o currículo oficial. Porém, perante toda essa diversidade se faz necessário uma desnaturalização do currículo de forma a possibilitar uma maior flexibilidade na prática do profissional de educação.

No cerne dessa questão a universidade pode e deve ser vista como um lugar mais do que propício a debates e discussão sobre os mais variados temas e então deve ser o berço do rompimento dos diversos preconceitos existentes. De onde se origina os futuros profissionais do país é que deve surgir os próximos sujeitos ativos na quebra dos preconceitos, sujeitos pensantes e questionadores das diversas práticas exclusivas da sociedade brasileira.

Devemos então ressaltar que os princípios norteadores do Projeto Pedagógico de Pedagogia se constituem a partir da concepção de educação como possibilitadora de transformação social, inclusive no âmbito da diversidade. Dessa forma, os professores ali formados devem assumir perspectivas transversais à ética, articulados em áreas como ensino, pesquisa, extensão e ao processo de intervenção, tendo a investigação como eixo integrador que mantém a formação acadêmica integrada à prática do pedagogo.

Assim é necessário um olhar mais atento ao tema em questão nas leis que regem a comunidade acadêmica, e aquilo que esta dito seja de fato praticado e, além disso, que haja maior promoção de eventos conscientizadores tanto do conteúdo do Projeto Pedagógico quanto das práticas vividas na Universidade Federal do Piauí. É imprescindível dar vez e voz a todas as representações culturais.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Os educandos, seus direitos e o currículo**. In: MOREIRA, Antonio Flávio e ARROYO, Miguel. Indagações sobre currículo. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nov. 2006, p.49-81.

BEAUCHAMP, Jeanete. PAGEL, Sandra Denise. NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. **Indagações sobre currículo: diversidade currículo**. 48 p. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

BRASIL. Lei 9394 – 24 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

GIROUX, H. Praticando estudos culturais nas faculdades da educação. In: SILVA, T.T. (org.), *Alienígenas na sala de aula*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

PIAUI, Teresina. Universidade Federal do Piauí-UFPI. **Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia**, Teresina: 2009

Ensino de História: Construindo Práticas e Saberes no Pré Vestibular Popular.

Heitor Matos Da Silva¹; Vinícius Alves Cardoso²; Micaías Andrade Rodrigues³; Lúcia Helena Bezerra Ferreira⁴.

¹bolsista de História PREX/UFPI, Campus Teresina; ²bolsista de História PREX/UFPI, Campus Teresina;

³Subcoordenador, DMTE/CCE/UFPI; ⁴Coordenadora, DMTE/CCE/UFPI.

RESUMO

Este trabalho é pautado em um relato de experiência, análise prática do cotidiano e do envolvimento dos professores de História ao longo da experiência no Pré vestibular Popular da Universidade Federal do Piauí, tendo por objetivo analisar as estratégias que foram adotadas para estimular os alunos a levantar questionamentos, ampliando a sua participação e envolvimento no processo de produção de saberes. O método escolhido foi a observação da evolução dos alunos no curso, além da experiência dos professores de História vivenciados no cotidiano das atividades docentes. São levados em conta detalhes que falam das etapas de preparação de professores para entrar em sala de aula. O enfoque principal se deu a partir da escolha dos recursos didáticos e na reação dos alunos a dois tipos de planejamentos diferentes de aula. A partir das experiências feitas foi evidente o papel do professor como elo fundamental em estabelecer diálogos, concepções de mundo e códigos, auxiliando os estudantes a entender o seu papel dentro do processo histórico, mostrando que a História é uma disciplina que vai muito além de decodificar o passado em si, pois interage com o presente e com o lugar social de professores e alunos.

Palavras-chave: Pré-vestibular. recursos didáticos. produção de saberes. lugar social.

INTRODUÇÃO

O Projeto Pré-vestibular Popular, idealizado na Universidade Federal do Piauí, é parte integrante de um processo que visa universalizar o ensino para otimizar o acesso ao nível superior. Faz parte de muitas iniciativas governamentais pela democratização do ensino no país e o acesso de mais estudantes ao Ensino Superior, além de trazer para professores e pedagogos ainda em formação dentro da academia, a oportunidade de experienciar em ampla esfera todo o universo que compõe a sala de aula e os processos de ensino e aprendizagem. Zago (2008), observou nos últimos anos, um aumento significativo na procura pelo ensino

superior, por parte de jovens de classes menos favorecidas. Apesar dessa mobilização por um nível de ensino igualitário a todas as camadas sociais, ainda existem nuances oriundas de contradições ligadas a políticas de expansão que visam privatizar o ensino superior, mantendo o desnível evidente principalmente para aqueles que por alguma atribuição da vida, estão afastados do ensino médio e não dispõem de condições para frequentar cursinhos pré vestibulares pagos. Junto a essa questão, soma-se o fato de que o processo seletivo de inserção desses jovens à uma universidade pública de qualidade vem sofrendo alterações, mas a preparação ao nível da educação de base, nível fundamental e médio, ainda seguem um modelo de atuação tradicional, generalizante.

Trazendo o debate para o plano deste trabalho, vale realçar as críticas feitas ao Ensino de História nos últimos anos. A História é concebida na escola de base como uma disciplina decorativa, guardiã de um passado distante que possui um fim em si mesmo. As políticas públicas voltadas para a valorização do ensino técnico e as disciplinas de exatas reduziram a carga horária dessa disciplina na escola básica, entretanto a culpa não é apenas de como Estado tem tratado a educação no Brasil. As novas tendências da História, com um alargamento de fontes e formas de atuação que valoriza a cultura e os eventos cotidianos tão comentadas na universidade, parecem não ressonar no ensino preparatório para o vestibular. Ainda existe uma história tradicional, hierárquica, que distancia a disciplina do professor das vivências do aluno.

Os historiadores de hoje, propõem que a História deve ser estudada em face as múltiplas possibilidades de se manejar o seu saber, tendo como o ponto de partida o chamado lugar social de onde partem esses profissionais e seus alunos (CERTEAU,1996). Na análise de Carraher (1986), esse modelo de educação tradicional trata o conhecimento como um agrupamento de informações transmitidas de professor para aluno, sem detectar as multifacetadas de significado que se estabelecem a partir dessa comunicação. O aprendizado que aparenta ser eficiente nesse caso, não é explorado em sua máxima potencialidade, como uma via de mão dupla, onde professor e aluno ocupam o mesmo plano na transmissão/construção de saberes. Os alunos terminam por ser ouvintes, sem analisar o que lhe é dito, fazendo com que eles apenas memorizem o assunto por um curto período de tempo.

No intuito de otimizar as relações de ensino e aprendizagem, o pré vestibular popular da UFPI, visa em todas as instâncias, desde seu planejamento prévio, desenvolver habilidades, campos de atuação e domínios de conceitos que contribuam para uma melhor preparação do aluno para os processos seletivos contextualizados dos últimos anos, exigidos pelo Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Esse contexto de desenvolvimento de possibilidades de

aprendizado faz parte de um plano de ação que direcionou as atividades dos professores de História dentro do projeto. O projeto conta com 21 bolsistas entre professores e pedagogas e contou com a interdisciplinaridade - tendência frequentemente citada nas conferências que abarcam a História nos dias atuais.

Este trabalho é pautado em um relato de experiência, análise prática do cotidiano e do envolvimento dos professores de História ao longo do curso, tendo por objetivo analisar as estratégias que foram adotadas para estimular os alunos a levantar questionamentos, ampliando a sua participação e envolvimento no processo de produção de saberes, mostrando que a História é uma disciplina que vai muito além de decodificar o passado em si.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no período que antecedeu o vestibular, tendo início em março, e fim em outubro, nas salas de aula do Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí. O método escolhido foi a observação da evolução dos alunos no curso, além da experiência dos professores de História vivenciados no cotidiano das atividades docentes. São levados em conta detalhes que falam das etapas de preparação de professores para entrar em sala de aula. O enfoque principal se deu a partir da escolha dos recursos didáticos e na reação dos alunos a dois tipos de planejamentos diferentes de aula.

Para a feitura da experiência, foi colocado em primeiro plano uma didática e o livro auxiliar de consulta de perspectiva mais tradicional. Dados econômicos, a revisitação de um passado distanciado do presente, a valorização de grandes eventos e aspectos políticos, o uso do quadro e de referências clássicas negligenciando afastamento a questões mais cotidianas e aspectos culturais constituem a primeira parte da experiência. O livro didático utilizado foi do autor Luís Koshiba, de nome História: Origens, estruturas e processos. No segundo momento, os eventos políticos, os grandes heróis, os dados quantitativos de fim de guerra, são substituídos por situações cotidianas, depoimentos isolados, imagens que discutem passado a partir do lugar em que o professor e os alunos se colocam no presente. Com o auxílio de slides e outras mídias como o cinema, o livro utilizado foi o produzido pelo autor Mário Schmidt de nome Nova História crítica, que como o título sugere, convoca o historiador a pensar a história não mais sob o conforto das concepções cristalizadas de mundo, mas por seus problemas, impasses e entrelinhas.

Para averiguar os resultados do experimento, são observados os simulados feitos durante as duas fases da aula de História. Os assuntos que aparecem com mais frequência nas

provas do Exame Nacional do Ensino Médio tiveram atenção especial no momento do estudo. Para a completa avaliação foi levado em consideração a maneira como o aluno chegou a conclusão, sendo este um parâmetro qualitativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da interdisciplinaridade com professores de outras áreas, o trato especial com o material didático, o planejamento com as aulas ministradas e o cuidado com a análise dos simulados, o trabalho desenvolvido trouxe para debate nuances que indicam a ressignificação de sentido a cerca da História, tida sempre como disciplina que resgata o passado pelo passado. A experiência mostrou que quanto mais se utilizou recursos de didática tradicionais, que vão desde um esquema pouco criativo no quadro a narrativas mecânicas do passado com um fim em si mesmo, as aulas acabaram por ser descritas como chatas, monótonas e o desinteresse e a dificuldade são muito mais evidentes do que quando aulas expositivas e dialogadas passeiam pelos diversos domínios do tempo, seja no presente ou no passado e na vasta gama de fontes e campos de atuação.

Foi diagnosticado a importância de se utilizar ferramentas que fogem do rigor formal na sala de aula. Cinema, música e imagens sempre foram muito bem recebidos e ampliaram as discussões mesmo em um cotidiano em que muito se fala em acúmulo de informação, de decorar para o vestibular. Compreende-se portanto, que o ensino de História se mostra compatível com modelo cognitivo apontado de Carraher (1986), onde educadores levantam problemas e questões reais sobre o cotidiano, fazendo o aluno pensar sobre que possíveis soluções ao problema poderiam ser elucidadas. Nota-se que nesse sistema de aula, que valoriza o ensino de história contextualizando passado e presente, até o parâmetro quantitativo - notas dos simulado - deu indicativos de súbita melhora, devido a maior interesse e participação dos alunos, que enxergaram nas vivências do habitual, formas de apreender e questionar o conteúdo.

CONCLUSÕES

Os estudantes tem visto a disciplina de história como algo distante de suas realidades. Esse fato é parte integrante de uma conjuntura que envolve o Estado com suas políticas públicas, mas também pela forma como os profissionais da educação ligados a área do ensino de História tem levado sua disciplina. Ensinar História simplesmente pela ótica do passado

não contempla toda a multiplicidade de temas e abordagens que a disciplina tem em seu bojo.

Ao traçar um percurso de nossa trajetória dentro do pré vestibular popular compreendemos, em síntese, que o ensino qualitativo dos conteúdos e conceitos de História possibilita aos aspirantes ao nível superior adquirirem conhecimentos que os tornarão verdadeiros cidadãos, conscientes da importância de seus papéis na sociedade e sujeitos modificadores de sua condição.

Pode-se sugerir que um tipo de aula mais dinâmica e interativa promove a participação dos alunos, estimula e motiva o interesse. O pré vestibular popular propiciou aos professores da disciplina de História, a oportunidade de colocar em prática o que foi discutido pelos anos da graduação, desde as sugestões de abordagem oriundas dos planejamentos pedagógicos, valorizando as múltiplas possibilidades no eixo do ensino e da aprendizagem, além de focar nos indícios de como se deve pensar o conhecimento histórico dentro de sala de aula, apontando alguns recursos e formatos de aulas possíveis, mantendo a qualidade e o respeito para com o aluno. É possível ainda deslocar o olhar para os dois personagens principais do processo de construção do saber: os professores e os alunos, que devem segundo o entendimento de Schmidt (2005), serem profundos conhecedores do passado e do presente, resgatando na sociedade atual, as lutas, frustrações e anseios e retirando delas o poder para conhecer a pluralidade da experiência humana.

Se faz necessário repensar a postura do professor perante o ensino de História, no intuito de fazer com que os educandos se sensibilizem para entender o ontem e o hoje, o regional e o global, o evidente e o oculto dentro da realidade em que estão inseridos. O professor tem o papel fundamental em estabelecer diálogos, concepções de mundo e códigos, auxiliando os estudantes a entender o seu papel dentro do processo histórico.

Por meio desse relato de experiência, é perceptível a concordância com as ideias de Freire (1996) que encerra o assunto, colocando que a prática educativa demanda a existência de sujeitos, onde professor e aluno devem vivenciar entre si uma relação de ensino e aprendizagem de mão dupla, que valoriza a ressignificação constante e o respeito mútuo.

REFERÊNCIAS

CARRAHER, T.N. *Ensino de ciências e desenvolvimento cognitivo*. Coletânea do II Encontro "Perspectivas do Ensino de Biologia". São Paulo, FEUSP, 1986

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários á Prática educativa*. São Paulo: Paz e terra, 1996.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula*. In: BITTENCOURT, Circe O saber histórico na sala de aula. 2a ed. São Paulo, 1998.

ZAGO , N. *Egressos do Ensino Médio da rede pública e a demanda pela ampliação dos estudos : entre oportunidades e limitações*. Anais do IV Colóquio Luso-Brasileiro sobre Questões Curriculares

Erros ortográficos suas implicações na produção textual de alunos do ensino fundamental

Sayonara Rodrigues da Rocha Lima¹; Antonia Aline Oliveira de Andrade²; Francisca Thaís dos Santos Rocha³; Sara Jane Alvares Oliveira⁴

¹ Universidade Federal do Piauí, Licenciatura em Pedagogia; ² Universidade Federal do Piauí, Licenciatura em Pedagogia; ³ Universidade Federal do Piauí, Licenciatura em Pedagogia; ⁴ Universidade Federal do Piauí, Licenciatura em Pedagogia.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo identificar e analisar os erros ortográficos encontrados nas produções textuais de alunos do 3º ano do ensino fundamental. Elaborou-se uma pesquisa qualitativa, além de uma pesquisa bibliográfica nas obras de Cagliari, (2005), Ferreira e Teberosky, (1991) e Varela, (2004). Como procedimento metodológico foram utilizados a contação de história, seguido de uma produção de texto. Os resultados da pesquisa foram satisfatórios para os fins a que se destinava, levando-se em conta que a produção textual tem caráter fundamental na identificação e análise dos erros ortográficos dos alunos.

Palavras-chave: Produção textual; Erros ortográficos; Estratégias pedagógicas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em uma pesquisa de campo sobre a produção textual de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. Tem por objetivo identificar e analisar os erros ortográficos encontrados nas produções de alunos do 3º ano do ensino fundamental de uma escola pública localizada no bairro Vale Quem Tem na cidade de Teresina- Piauí.

Na sala de aula, o grupo executor contou a história “A fazenda Bem-te-vi” da autora Márcia Glória Rodriguez Dominguez, a história foi dramatizada em um teatro com varas. As crianças participaram da leitura e foi proposta uma produção textual cujos critérios de elaboração foram: uma história que narrasse o cotidiano na fazenda, respondendo aos questionamentos, o que tem em uma fazenda? Você já foi a uma? Se você fosse à fazenda “A fazenda Bem-te-vi”, o que faria lá? Ao sugerir que as crianças fizessem o texto, tiveram reações diversas: algumas se negaram a fazer, outras perguntaram se poderiam desenhar apenas e as demais aceitaram sem queixas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As propostas de elaboração para este trabalho foram investigações feitas a partir da produção textual de diversos alunos de uma turma de 3º ano do Ensino fundamental, além de pesquisas bibliográficas, onde foi possível dialogar com Cagliari, (2005), Ferreira e Teberosky, (1991) e Varela, (2004). Para obtenção das produções textuais dos alunos, fez-se necessário uma visita a uma escola municipal de Teresina. Nessa visita o grupo executor se utilizou de recursos pedagógicos como: varal de livros, livro de história gigante (A Fazenda Bem-te-vi) e teatro de bonecos. Ao chegar à escola o grupo iniciou a intervenção com questionamentos a cerca dos conhecimentos prévios dos alunos, tais como: vocês conhecem uma fazenda? Quais animais existem na fazenda? Como é a vida das pessoas que moram na fazenda? Alguém já foi a uma fazenda?.

Em seguida iniciou a contação da história, juntamente com os alunos tendo auxílio do livro gigante e simultaneamente era ilustrada a história no teatro de varas. Ao final da contação foi proposta às crianças uma produção de texto, onde fariam o reconto da história se inserindo na mesma.

ANÁLISE ORTOGRÁFICA NA PRODUÇÃO DE TEXTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

De acordo com os PCNs de língua portuguesa (2001), a relação que se estabelece entre leitura e escrita não é mecânica, pois não se pode afirmar que alguém que ler muito é automaticamente alguém escreve bem. Assim ao se formar leitores deve se educar indivíduos que sejam capazes de produzir textos coerentes, coesos e ortograficamente escritos, tornando compreensível a relação entre leitura e escrita. Dessa forma,

Para a produção textual, há necessidade de uma ação pedagógica que desperte no aluno o interesse pelo ato de escrever, de produzir textos nos quais seja realmente o autor, o dono da palavra; uma ação que, por meio da reflexão sobre o escrever, aponte caminhos de compreensão do fantástico jogo interlocutivo que acontece por meio da linguagem escrita. (BRASIL, 2008, p.31)

A aprendizagem da leitura e da escrita envolve dois processos diferentes, porém inter-relacionados: a alfabetização e o letramento. Em seu cotidiano o aluno está sempre em contato com o universo das letras, através de vários instrumentos como: livros, revistas, bilhetes, nomes de ruas, outdoor e outros. Esse contato faz com que ele descubra como a escrita funciona, estimulando a curiosidade e a reflexão.

Para alfabetizar-se, é necessário, portanto, que a criança compreenda o funcionamento do sistema de escrita alfabético, que se baseia na correspondência entre grafemas e fonemas. Segundo Ferreira e Teberosky, (1991), para atingir essa compreensão, a

criança passa por algumas etapas ou fases, como a pré-silábica, quando a criança faz rabiscos para representar as letras; a silábica, quando escreve letras a partir de uma compreensão que cada sílaba é representada por uma letra; silábico-alfabética, começa a acrescentar mais letras na sua escrita, analisando algumas sílabas em seus fonemas constituintes, e alfabética, quando a criança é capaz de realizar uma análise sonora de todos os fonemas constituintes das palavras, atribuindo a cada um deles o grafema correspondente. Porém, a aquisição da natureza alfabética do sistema de escrita não significa o domínio das regras ortográficas, pois a escrita alfabética comporta diversas irregularidades do ponto de vista das correspondências entre grafemas e fonemas.

Durante o processo de apropriação do sistema ortográfico, a criança comete alguns erros que podem ser classificados segundo Varella, (2004), em categorias como: erros puramente convencionais, hipercorreção, fonéticos ou de transcrição de fala e segmentação.

O momento da produção de texto deve ser privilegiado nas escolas, tendo as pesquisas como base e o diálogo, para que o aluno tenha um suporte construtivo para a elaboração textual e consiga superar os erros que vão ocorrendo nesta elaboração. Portanto o professor deve desenvolver atividades de retomada do texto, fazendo uma revisão para que o aluno reescreva o que errou. Segundo Varella , é necessário:

[...] “conhecer e refletir sobre os “erros” evidenciados nas produções escritas, em consonância com conhecimentos linguísticos, psicogenéticos e do sujeito em questão, pelo professor, permite-lhe ajudar o aluno a desenvolver o sistema de escrita da língua que busca aprender. (2004 p.60)”.

A frequente leitura na sala de aula ajuda o aluno a desenvolver seu texto, pois esta habilidade não é imediata, vem acontecendo ao longo do tempo. As crianças aprendem a ler, vão conhecendo as letras e automaticamente, vão tentando copiá-las, assim para que o aluno produza um texto existe a necessidade de uma ação pedagógica a fim de despertar o interesse pelo gosto da escrita. Neste processo o professor também pode intervir propondo atividades de reflexão fonológica e sobre a escrita da palavra, de montar e desmontar palavras com o uso do alfabeto móvel e exercícios de leitura em voz alta.

Numa ação previamente planejada, a produção e a reestruturação de textos precisam ser trabalhadas em um processo que implica construções e reconstruções, nas quais o “erro” será visto não só como indício de possíveis dificuldades do aluno, mas também como resultado de um momento reflexivo que apesar de equivocado em cada situação, pode ser repensado e realimentado, com a mediação do professor. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008.)

Na ótica do PCN de língua portuguesa (2001), para a aquisição da escrita é preciso ter o alcance de diversos textos e a compreensão da diversidade de função da escrita em

diferentes contextos, nesse sentido é necessário aproximar os alunos da escrita e oferecer inúmeras possibilidades de aprenderem a escrever em situações semelhantes às que caracterizam a escrita fora da escola, bem como as condições nas quais é produzida: para que, para quem, onde e como se escreve. Neste sentido é válido salientar que:

É preciso que se coloquem as questões centrais da produção desde o início: como escrever, considerando, ao mesmo tempo, o que pretendem dizer e a quem o texto de destina- afinal, a eficácia da escrita se caracteriza pela aproximação máxima entre a intenção de dizer, o que efetivamente se escreve e a interpretação de quem lê. (PCN. 2001. p.66)

Segundo Cagliari (1997), o ensino da escrita vai muito além de apresentar à criança o código. É necessário conhecer a escrita, conceituá-la, mostrar formas de escrever, as relações entre letras e sons, bem como a adequação daquilo que se pretende escrever. Suassuna destaca que:

A tarefa primordial da escola seria contribuir para a inserção do aprendiz no mundo letrado, de modo que ele compreenda as ações que se fazem com a palavra escrita, e a cultura que se cria em torno dela” (SUASSUNA, 2011.).

A aprendizagem da escrita ortográfica dependerá do auxílio de alguém mais experiente. Contudo o aprendiz não deixará de ter um papel ativo neste processo de aprendizagem, o seu aprendizado na ortografia será um trabalho construtivo, onde a criança cria hipóteses sobre a escrita e depois reflete sobre estas hipóteses a partir das informações que recebe.

Os Textos Selecionados

Considerando-se que alguns alunos apenas desenharam ou escreveram frases soltas, sem haver uma construção lógica, o critério de seleção foi o das produções textuais que apresentavam a estrutura básica de um texto narrativo, por título e parágrafos.

Para análise dos erros encontrados em cada uma das produções, nesta seção, apresentaremos em uma tabela discriminativa os erros com análise e comentários.

Palavras retiradas do texto	Tipo de erro
Lacha/ lanchar	Omissão de letras

Na primeira produção observamos apenas uma palavra escrita ortograficamente errada (lacha), esse tipo de erro pode ocorrer devido a uma dificuldade no uso de marcadores de nasalização a qual a criança pode omitir, trocar ou usar de modo incorreto a nasalização.

Outras palavras que podemos destacar são “**botar comer**”, o que indica aspectos linguísticos da fala desta criança, não podendo ser considerados como erros, pois como afirma Cagliari :

O professor precisa respeitar esse modo de falar das crianças e ajudá-las a entender por que falam de uma maneira e não de outra. Em seguida, é preciso explicar o que a escola espera delas, agora e depois. (...) Embora o professor precise aceitar e respeitar o modo de falar de todos os alunos, cada qual com suas peculiaridades, é também obrigação da escola ensinar o dialeto padrão. (CAGLIARE, 2000, p.74).

Outro aspecto que podemos observar no texto é a palavra “**ficarão**” na frase “ficarão felizes para sempre”. Esse tipo de troca, em que a criança troca o “am” por “ao”, é comum nas séries iniciais do ensino fundamental, a criança comete o erro por não conhecer ou não levar em consideração os aspectos relacionados à categoria gramatical das palavras, ao processo de formação das palavras e de sua colocação na frase.

É fácil ver que há mais acertos do que erros, nos textos. Desta comparação fica mais claro que os erros não são dificuldades insuperáveis ou falta de capacidade das crianças e nem os acertos soa obra do acaso. Tudo pertence a um processo de aprendizagem da escrita e revela a reflexão que o aluno põe na sua tarefa e na forma de interpretar o fenômeno que estuda.
(CAGLIARE ,2000,p.145)

Após estar ciente de como o alfabeto funciona e de ter aprendido os valores sonoros que as letras podem assumir em nossa escrita, os alunos em fase de alfabetização e letramento, tendem mostrar bastantes dúvidas sobre os aspectos ortográficos da língua que envolvem as regras contextuais expostas.

Assim, precisamos compreender que o aluno iniciante inevitavelmente cometerá erros desses tipos ao escrever, ainda mais porque para ele muito do que estará escrevendo é algo novo.

A tabela abaixo ilustra os erros da segunda produção textual:

Palavra retirada do texto	Tipo de erro
Solbe/ soube	Hipercorreção
Animas/ animais	Omissão de letras
Fa/ já	Troca de letra

Neste primeiro caso (Solbe/ soube) o erro designado por Varella, (2004) como hipercorreção pode acontecer quando a criança adquire a compreensão da distinção entre língua falada e língua escrita, a criança começa a se autocorrigir, ocorre também quando a

criança generaliza uma regra já aprendida e aplica esta regra em diferentes situações onde não deveria ser empregada.

O segundo caso, já encontrado na produção anterior, pode acontecer quando a criança usa de forma incorreta a nasalização, escrevendo as palavras da maneira como pronuncia, podendo se configurar também como erros de transcrição da fala.

A terceira palavra destacada (fa) ocorre uma troca de letras, onde a criança troca uma letra por outra que possui semelhança na grafia, além de uma dificuldade na marcação de acentos gráficos, na qual a criança omite o acento.

A partir da análise da estrutura gramatical das frases e da formação das palavras, a criança poderá ter mais facilidade em gerar grafias corretas. Neste sentido o professor poderá estimular a curiosidade do aluno a respeito das normas ortográficas, criar diferentes atividades, enfocando a ortografia de uma forma prazerosa e significativa para a criança.

A seguir dispomos a tabela da terceira produção selecionada:

Palavra retirada do texto	Tipo de erro
Fazed a/ fazenda/ Cata / catar	Omissão de letras
Cachuera / cachoeira/ Pantar / plantar	Omissão de letras
De pois / depois	Hipersegmentação
Aumocei / almocei	Hipercorreção
Pasaris / pássaros	Troca de letra
Augus / alguns	Hipercorreção/ omissão de letra

Nessa produção podemos observar várias palavras com erros, como: hipercorreção, troca de letra e omissão de letra já encontrados e explicados nas produções anteriores. Além destes podemos encontrar também o erro por hipersegmentação (de pois), ou seja a colocação de espaços em branco entre as palavras, desmembrando as palavras em dois ou mais segmentos.

Podemos destacar também as palavras: “fazed, cachuera, pasaris e pantar” o erro ao escrever estas palavras advém devido a uma dificuldade de escrita de sílabas complexas, que fogem do padrão consoante-vogal (CV) da nossa língua. Esta dificuldade pode aumentar no caso de encontros consonantais e dígrafos.

Para um maior domínio da ortografia será necessário que a criança compreenda outros aspectos da língua, além do fonológico, os morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos. Aos poucos a criança irá perceber que não podemos escrever exatamente da mesma forma que as palavras são pronunciadas, o que a fará refletir sobre a Língua Portuguesa. Segundo Morais (1998), os professores devem promover em sala de aula

situações de ensino-aprendizagem que permitam aos alunos a explicitação de seu conhecimento sobre a norma ortográfica.

Convém destacar que os professores devem criar situações que os estudantes sejam solicitados a pensar, a refletir, a discutir e a explicitar o que sabem sobre a ortografia de sua língua. Este tipo de ensino reflexivo fará com que o professor repense sua prática, planejando atividades e sequências didáticas mais adequadas a compreensão do aluno, tendo os erros encontrados no processo, não com problema, mas sim como elemento de reflexão, procurando saber à natureza de cada um deles e entender o que motiva o erro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a partir das literaturas estudadas e com a pesquisa de campo, foi possível perceber que este estudo a cerca dos erros ortográficos de alunos do ensino fundamental é de extrema importância a todo docente em processo de formação e a todos profissionais do magistério. Uma vez que conscientiza sobre os vários erros que poderão se deparar no processo de ensino e aprendizagem da escrita e expõe formas de intervenção por parte do professor para ir à busca da superação desses erros.

Os resultados da pesquisa foram satisfatórios, pois a contação de história e o seu posterior relato por parte dos alunos proporcionou-lhes um momento lúdico de aprendizagem e isso deve ser estimulado dentro das escolas.

A produção de textos com tema livre é uma situação didática que pode oferecer ao professor uma boa fonte de avaliação do nível de conhecimento sobre ortografia que seus alunos possuem e podem ser atividades geradoras de diferentes reflexões sobre ortografia e o ato de escrever.

REFERÊNCIAS

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e Linguística. São Paulo, Scipione, 2005.

FERREIRO, Emilia e TEBEROSKY, Ana. A Psicogênese da Linguagem Escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. Pró-Letramento: programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental: Alfabetização e Linguagem. Fascículo 1,4 e complementar. Brasília, 2008.

SUASSUNA, Livia. Cultura e escrita. IN: **Ensaio de pedagogia portuguesa**. 3º Ed. Recife: Universitária, 2011.

VARELLA, Noely Klein. **Leitura e Escrita**: temas para reflexão. Porto

Curso de extensão em local de educação não formal para enriquecer a formação dos licenciandos em Física¹

Micaías Andrade Rodrigues (DMTE/CCE/UFPI)

Resumo

Este artigo trata sobre os resultados de um curso de extensão ministrado por alunos matriculados em Estágio Supervisionado em Física III da Universidade Federal do Piauí e que consistiu em oficinas pedagógicas planejadas e ministradas por eles próprios para alunos do Ensino Fundamental que frequentam um grupo de adolescentes em uma igreja. A escolha do grupo de adolescentes da igreja se deu devido o fato de que não existe local de educação não formal institucionalizado em que os licenciandos em Física do Piauí possam realizar atividades de ensino. Os resultados mostraram que atividades simples, de Física e de Astronomia, realizadas com material acessível e de forma diferenciada do padrão comum das aulas de Física ministradas no Brasil podem gerar um grande interesse pela disciplina tanto nos alunos como nos próprios professores.

Palavras-chave: Ensino de Ciências. Ensino de Física. Curso de extensão. Oficinas Pedagógicas.

1 A motivação para o curso de extensão

O curso de extensão sobre o qual tratamos neste artigo surgiu durante uma aula da disciplina Estágio Supervisionado (ES) III em Física, pois, os alunos haviam relatado que na disciplina anterior, o ES II em Física não haviam cumprido toda a ementa. Para que o leitor compreenda o ocorrido, segue a ementa do ES II: projeto de Estágio e o estágio observacional da educação escolar (Ensino Fundamental e Médio) e da educação não escolar. Esta disciplina tem carga horária de 90 horas.

Os alunos relataram que a observação da educação escolar ocorreu como era previsto, porém, a observação da educação não escolar não ocorreu. Então, visando possibilitar uma atividade formativa diferente aos alunos, foi proposto um curso de extensão *A Física no ensino fundamental: oficinas pedagógicas temáticas para incentivar o interesse pela matéria e auxiliar a formação de futuros professores*, o qual denominaremos *A Física no Ensino Fundamental*, que será melhor descrito em seção posterior, no qual os licenciandos puderam

¹ - artigo desenvolvido tendo-se por base o curso de extensão *A Física no ensino fundamental: oficinas pedagógicas temáticas para incentivar o interesse pela matéria e auxiliar a formação de futuros professores*, coordenado pelo autor deste artigo.

vivenciar um pouco da educação não escolar. Enfatizamos que não se tratou de atividade da disciplina de ES, até porque no ES II a atividade é de observação e as atividades realizadas foram de regência. Também não se tratou de atividades do ES III, cuja ementa consta apenas o projeto de estágio e a regência no ensino fundamental, mas tratou-se de uma atividade complementar a estas duas disciplinas, que ocorreu fora da carga horária destas e do horário destinado às mesmas. Desta forma fica claro o caráter extensionista da atividade planejada e executada.

Também faz-se necessário definir que a educação formal é a ocorrida nas escolas e que a educação não escolar, que motivou o curso de extensão, pode ser de dois tipos: informal e não formal. A informal é a que ocorre no dia-a-dia, no contato com os familiares, no ônibus, na rua, etc. A não formal é aquela que ocorre com finalidade pedagógica mesmo, porém em locais não especificados para este fim e/ou pouco sistematizada, como no nosso caso, visto que o local que escolhemos foi uma igreja e o público participante foi de adolescentes que frequentam um grupo de rapazes.

2 O curso de extensão

Conforme visto anteriormente, consta na ementa da disciplina de ES II na UFPI a observação em espaço de educação não formal. Como não existe este espaço institucionalizado em Teresina² e visando proporcionar aos licenciandos em Física uma vivência diferente da ocorrida em sala de aula, foi proposto um curso de extensão denominado *A Física no Ensino Fundamental*.

O curso de extensão *A Física no Ensino Fundamental* tinha como objetivos apoiar a prática profissional do Licenciando em Física por meio de oficinas pedagógicas que visaram buscar, reforçar e promover metodologias diferenciadas que incentivem a compreensão e o gosto pela Física por parte dos estudantes da Educação Básica. Tal ação resultou no interesse pela ciência por meio de oficinas elaboradas pelos licenciandos, tendo em vista a forma como as mesmas serão refletidas em sala de aula e como podem favorecer na formação de estudantes, especialmente no que concerne à formação de espírito crítico, exercício da cidadania e compreensão do mundo que lhes cerca.

Vale salientar que várias pesquisas mostram que a maneira habitual que os alunos entram em contato com a disciplina de física, a qual, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2001) é uma das integrantes da disciplina Ciências³, com imensas listas

² - ao menos para os licenciandos em Física. Para estudantes de pedagogia e de educação física, entre outros existem hospitais, grêmios recreativos, empresas, academias de ginástica, etc.

³ - as outras integrantes são: Astronomia, Biologia, Geociências e Química (BRASIL, 2001a).

de exercícios, memorização de fórmulas e descontextualizado da realidade dos alunos mostra-se em direção contrária ao que rege a LDB (BRASIL, 1996) e os próprios PCNs (BRASIL, 2001).

As atividades ocorreram no período de janeiro a março de 2013 nas dependências do Centro de Ciências da Educação da UFPI e na Igreja Batista da Primavera (IBP). O fato de escolher esta igreja como local para a aplicação do curso de extensão se deveu ao fato de que nesta existe um grupo de garotos com idade entre 9 e 16 anos, que vivem no entorno da igreja, em comunidades carentes e frequentam a escola pública. Eram vinte meninos e, destes, apenas um estava cursando o ensino médio. Os meninos se reúnem todos os sábados para atividades esportivas, de escotismo e de conhecimento da bíblia e cidadania no grupo denominado *Embaixadores do Rei*.

Antes de trabalhar com estes garotos, os dezessete (17) licenciandos em Física, todos matriculados em Estágio Supervisionado III em Física, tiveram um treinamento sobre redação de projeto de pesquisa e de intervenção e escrita de relatório, segundo as normas vigentes da ABNT. Houve também atividades de planejamento, reflexão e contextualização no ensino de Ciências e participaram da oficina *Brincando de ser cientista*, elaborada e ministrada pelo professor orientador do estágio. Após estas etapas foram redigidas oficinas pedagógicas pelos licenciandos para serem aplicadas junto às crianças e adolescentes, os embaixadores da IBP. No decorrer deste texto chamaremos os embaixadores simplesmente de adolescentes.

Ao todo foram elaboradas cinco oficinas pedagógicas, as quais foram aplicadas uma em cada sábado, dia do encontro dos Embaixadores, durante cinco sábados seguidos. As oficinas foram as seguintes: Brincando de ser cientista; O tamanho dos astros; o Ludião; os sentidos e a física; e a garrafa mágica. A descrição das oficinas e seus resultados serão descritos na seção abaixo.

3 As oficinas e seus resultados

Segue abaixo a descrição das oficinas e os resultados obtidos nas mesmas. Os dados foram coletados com base em observações e anotações em diário de campo.

3.1 Brincando de ser cientista

Esta oficina trabalhava com o método científico e consistia em fazer os alunos investigarem quais eram os objetos contidos no interior de caixas de papelão lacradas. Para este fim, os alunos puderam investigar utilizando-se dos recursos disponíveis, os seus sentidos. No final, após investigarem todas as caixas, os alunos puderam sugerir objetos bem

diferentes dos que foram citados antes de manusearem as caixas. Foi feita uma comparação entre a "ciência" aristotélica, que consistia apenas de observação e não de experimentação e a ciência moderna que, além de observação conta com a experimentação, levantamento de hipóteses, verificação, teorização e comunicação.

No final da oficina as propostas foram analisadas, sendo questionados como cada grupo chegou àquela conclusão e, por fim, as caixas foram abertas. Com esta atividade os adolescentes puderam verificar que a ciência pode ser utilizada no seu cotidiano e que esta não é tão complexa como aparenta.

3.2 O tamanho dos astros

Esta segunda oficina tinha o propósito de demonstrar o tamanho dos astros do Sistema Solar e as distâncias entre eles. No início da oficina, os licenciandos questionaram os alunos acerca de algumas imagens extraídas de livros didáticos que representavam o Sistema Solar: os planetas estão tão próximos um do outro como aparece nas imagens? Serão que o tamanho destes planetas é tão parecido também? O Sol é do tamanho de algum planeta? entre outras.

Os adolescentes tinham uma visão errada sobre este tema. Esta visão é propagada através de figuras pouco representativas, com erros tanto em termos de dimensões, quanto em termos de distâncias e ainda em termos de componentes, pois grande parte não apresenta asteroides, satélites ou outros corpos celestes, tal como já afirmara Rodrigues (2007).

Para modificar esta situação, foi proposta uma atividade que confeccionou esferas em escala representando o Sol, os planetas do Sistema Solar e Plutão. Apenas para demonstrar a diferença de tamanho entre estes, o Sol, que foi representado por uma bexiga de festa tamanho GG tinha 87 cm de diâmetro, enquanto Júpiter, o maior dos planetas, tinha 9cm e Mercúrio apenas 3mm. Os adolescentes (e os próprios licenciandos⁴!) comentaram com espanto que Júpiter era muito maior que a Terra e que Plutão era só um pontinho!

Em relação às distâncias foi utilizados os dados extraídos dos livros didáticos, nos quais a medida padrão é a Unidade Astronômica (U.A.), que é a distância média da Terra ao Sol, que representamos por 1m. Mercúrio se encontrava a 40 cm do Sol e Netuno a 30m, mostrando o quanto que as figuras dos livros nos induzem ao erro.

Foi explicado que apenas o Sol tem cerca de 99,9% da massa de todo o Sistema Solar e que é uma das menores estrelas existentes no Universo e foi comentado que só existe vida

⁴ - não nos causa admiração o fato de que os licenciandos que estão no penúltimo período do curso não terem maiores conhecimentos sobre o nosso sistema solar, visto que durante o curso na universidade nada sobre esta temática é trabalhado com os mesmos e, portanto, os seus conhecimentos sobre o assunto vêm de leituras não sistematizadas e da sua formação anterior (ensino fundamental e ensino médio)

na Terra e que a mesma é finita e muito pequena. Portanto, foi comentado que somos responsáveis por nosso planeta e que devemos tratá-lo muito bem para que possamos usufruir dele por muito tempo ainda, visto que não temos condições de morar em outro.

3.3 O Ludião

A terceira oficina tratou de temas sobre densidade, pressão e empuxo. Ela iniciou com o seguinte questionamento: ferro boia ou afunda? Após resposta dos alunos que afundava, foi questionado acerca do navio, que era de ferro e com milhares de toneladas e boiava e foi comentado que isto ocorre devido ao seu formato.

Na sequência, os licenciandos construíram com os adolescentes uma espécie de submarino dentro de uma garrafa pet, o ludião. O ludião consistiu em uma seringa com o êmbolo cortado bem curto, dentro da qual são inseridas pequenas pedras e é colocada com a sua saída para baixo em uma garrafa pet cheia de água. se a seringa tem muitas pedras ela afunda, se tem poucas, ela vira de lado. Os adolescentes fizeram os testes e conseguiram equilibrar a seringa boiando na garrafa, que tinha água até o gargalo.

Em seguida a tampa da garrafa foi colocada e a garrafa foi apertada de lado e a seringa afundou. Quando a garrafa deixou de ser pressionada, a seringa passou a boiar. Houve uma discussão sobre o que ocorrera com a seringa e os adolescentes puderam verificar que, ao apertar a garrafa, a água entra na seringa e esta fica mais pesada e afunda. Ao deixar de pressionar a garrafa, o ar, que estava comprimido na seringa expulsa a água e a seringa fica mais leve, voltando a boiar, tal como no submarino. Todos os adolescentes levaram os seus ludiões para casa.

3.4 Os sentidos e a física

A quarta oficina aplicada pelos licenciandos trabalhou com os sentidos e mostrou como estes são falhos e por que na ciência moderna são necessários aparelhos para diversas finalidades, tais como a detecção de sons e cores, medição de temperatura, etc.

Utilizando-se de um software e um laptop, um por um dos adolescentes foram ouvir os sons do software, que ficava com a frequência cada vez maior até que eles não conseguiam mais ouvi-lo, pois doía os ouvidos. Com isto, foi comentado que o nosso ouvido estava preparado para ouvir em determinadas frequências e para outras somos simplesmente surdos.

Após isto foram projetadas várias imagens que trabalham com ilusão de óptica e os adolescentes, na sua maioria, erravam os palpites sobre as mesmas mostrando a falibilidade

dos olhos também. Por fim, foi especificado a importância de utilizar termômetro para medir a temperatura. Para este fim separamos três recipientes e um deles colocamos água gelada, em outro água morna e no terceiro água na temperatura ambiente, colocando uma das mãos mergulhada no recipiente com água morna e a outra mão no recipiente com água gelada. Em seguida, retira ambas as mãos ao mesmo tempo dos recipientes e coloca-as juntas sem se tocarem uma na outra no recipiente com água à temperatura ambiente. Ao realizarem esta experiência, os adolescentes perceberam que a mão que estava no recipiente com água morna sentiu a água gelada e a outra mão, que estava na água gelada, teve a sensação que a mesma água estava morna, enfatizando a falibilidade do tato e a necessidade do termômetro para medição de temperaturas.

Com estas atividades os adolescentes puderam compreender mais um pouco como os sentidos funcionam, os princípios físicos presentes nestes e a falibilidade dos mesmos e, desta forma, compreenderam a importância do desenvolvimento científico e tecnológico em diversas atividades humanas.

3.5 A garrafa mágica

Esta foi a última oficina elaborada e aplicada pelos licenciandos. Nela, uma garrafa pet, toda coberta com fita isolante, ao ser rodada no chão plano, avançava até certo ponto e depois retornava. Se rolassem a garrafa no outro sentido, o mesmo ocorria.

Os adolescentes e os licenciandos conversaram bastante sobre os tipos e formas de energia e o licenciando um corpo pode adquirir energia e depois transformar esta energia em velocidade, tal como ocorreu com a "garrafa mágica" Esta tinha um sistema com elásticos e um peso em seu interior, que, ao ser girada, torcia os elásticos, armazenando energia, a qual, era transformada em velocidade quando o elástico voltava ao seu estado natural e a garrafa voltava ao ponto de origem.

Tal como ocorreu com o ludião, todos os adolescentes construíram a sua própria garrafa mágica e fizeram questão de levar para casa para mostrar a seus pais, irmãos e amigos.

4 Conclusões

As oficinas desenvolvidas pelos licenciandos serviram para que os mesmos pudessem planejar e executar atividades com conteúdos escolares de física em ambiente não escolar e de forma pouco habitual, visto que os adolescentes que participaram das mesmas estavam de recesso escolar e não queriam ter aula. Os adolescentes puderam vivenciar a ciência, em especial a física, de forma nunca vista por eles e puderam constatar que estas existem para

explicar o mundo ao nosso redor e que não estão apenas nos livros e escolas, mas sim no dia-a-dia de suas vidas. As atividades ocorridas ao longo dos encontros com os licenciandos e com o professor, serviram para aplicar a física de forma lúdica e interessante para todos os envolvidos.

Para os licenciandos, foi um grande desafio, pois ao longo de toda a sua formação, quer na escola, quer na universidade, a física foi vista de forma pouco próxima à realidade e, pensar em atividades que trouxessem a física para o dia-a-dia não foi nada simples. Embora tenha sido complicado o planejamento das atividades, o resultado das oficinas foi extremamente proveitoso e motivador para todos que participaram do curso de extensão, tanto os licenciandos como os adolescentes.

Compreendemos que este curso possibilitou aos licenciandos uma nova visão sobre a prática do ensino de física e esperamos que esta experiência sirva como um estímulo para que haja uma modificação na atual forma de trabalhar com a física, cheia de fórmulas e de imensas listas de exercícios e distante da realidade dos alunos.

Referências

BRASIL. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília:1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 jul. 2013.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais**. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Fundamental. – 3ª Ed. - Brasília: MEC/SEF, 2001.

RODRIGUES, Micaías Andrade. Os planetas do sistema solar em livros didáticos de ciências da quinta série do Ensino Fundamental. **Experiências em Ensino de Ciências**, v.2, n.2, p.1 - 10, ago./dez. 2007. Disponível em

http://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo_ID36/pdf/2007_2_2_36.pdf. Acesso em 3 set. 2013.

IMPORTÂNCIA DA DIDÁTICA NO ENSINO DE QUÍMICA NO PRÉ-VESTIBULAR POPULAR OFERECIDO PELA UFPI E SEUS IMPACTOS NA COMUNIDADE

Francisco Edson de Moura Soares (bolsista Pedagogia PREX/UFPI, Campus Teresina);

Gustavo Frederico da Costa Sousa (bolsista Pedagogia PREX/UFPI, Campus Teresina);

Helena Pires Pereira (bolsista Pedagogia PREX/UFPI, Campus Teresina);

Micaías Andrade Rodrigues (Subcoordenador, DMTE/CCE/UFPI);

Lúcia Helena Bezerra Ferreira (Coordenadora, DMTE/CCE/UFPI).

Resumo

O presente trabalho tem por finalidade discutir a importância da didática no ensino de Química em pré-vestibulares bem como seu impacto positivo na sociedade. Esta pesquisa foi realizada por meio de levantamento e análise observacional de rendimento dos alunos do Projeto Pré-Vestibular Popular oferecido pela UFPI. O projeto contribui positivamente tanto para os alunos de escolas públicas que almejam uma vaga no ensino superior como para os docentes acadêmicos que aprimoram seus conhecimentos adquiridos, colocando em prática os conteúdos vistos no decorrer do curso de graduação. Foi possível conhecer autores da área da educação que discutem o processo de ensino, aprendizagem e a inserção de metodologias neste contexto, sendo a conclusão de que a didática deve atender ao objetivo do projeto, mas também ser adequado à realidade do público alvo. Tal pesquisa pretende auxiliar professores de Química no ensino em pré-vestibulares e contribuir para a melhoria do entendimento e aprendizagem dos conteúdos propostos pela área.

Palavras-chave: Didática. Ensino de Química. Pré-vestibular. Formação de professores. Comunidade.

Introdução

O Pré-Vestibular Popular oferecido pela UFPI é um projeto que conta com 21 bolsistas, sendo 18 bolsistas divididos em diversas licenciaturas e 3 pedagogas, seu papel decisivo contribui diretamente para que muitos jovens oriundos de escolas públicas entrem na universidade. Espera-se, porém, que algum dia os pré-vestibulares comunitários não sejam

mais necessários para que o Estado garanta acesso a todos os jovens que desejem cursar uma universidade. Como afirmou Leite (2010) “Os pré-vestibulares comunitários são medidas paliativas, meios da luta por essa democratização do acesso ao ensino superior”¹.

Uma boa didática no ensino de Química é muito importante nesse tipo de ensino, pois os pré-vestibulares populares atuais na maioria das vezes vêm suprindo deficiências de muitos alunos que não veem os conteúdos no ensino normal. De acordo com Machado (2000), “Já não se trata mais de falarmos em ensino de Química, mas de buscarmos a prática de uma EDUCAÇÃO QUÍMICA. Existe uma diferença fundamental entre essas duas formas de se abordar o processo ensino-aprendizagem em Química”².

Metodologia

Atualmente muitos professores optam por metodologias rápidas para melhor aproveitamento do tempo, resolvendo o maior número de questões possíveis e explicando um pouco desse conteúdo nesse tempo de resolução do questionário. Também optam por metodologias de associações, os chamados bizus¹, mas às vezes, essas metodologias não são bem aceitas pelos alunos, pois estamos falando de alunos oriundos de escolas públicas e muitos deles possuem deficiências nos conteúdos por diversos fatores como greves, falta de professores e etc. Os bizus não oferecem uma aprendizagem relativa, mas sim apenas uma saída para uma aprendizagem que no fundo não acontece. A escola tem o dever de ensinar o conteúdo adequadamente para formação do cidadão, o pré-vestibular tem a função de treinar o aluno e torná-lo apto para prestar um vestibular. Mas o que vemos é que o pré-vestibular se tornou uma continuação da escola, tendo que oferecer os ensinamentos básicos do conteúdo para logo em seguida resolver um questionário.

A metodologia adequada no ensino de Química no Pré-Vestibular Popular UFPI, deve se adequar a realidade do aluno, nessa metodologia o que interessa é ensinar o aluno a raciocinar. O importante, sobretudo, é o aluno aprender o que será abordado no vestibular em um período de alguns meses, enquanto na escola convencional o professor tem vários meses e até anos para ensinar o conteúdo, nos pré-vestibulares temos apenas alguns meses para ensinar fórmulas e conceitos do 1^a, 2^a e 3^a série do ensino médio. Nesse meio tempo as aulas geralmente são expositivas dialogadas por serem mais práticas e mais rápidas onde o professor é o centro das atenções e dificilmente há valorização da construção do conhecimento do aluno que apenas é treinado para resolver questões.

¹ - Bizus: Macete, forma prática de resolver um problema ou eliminar os complicados "procedimentos padrão". Geralmente são dicas usadas para provas e resoluções rápidas de problemas.

Ao decidir sobre o que ensinar, uma diretriz principal deve sempre considerar que os temas ensinados devem estar vinculados à realidade dos alunos e deve ter a prioridade de preparar os alunos para o vestibular. Os conteúdos aprendidos devem ser instrumento de cidadania e de competência social, para que os alunos possam viver e sobreviver circulando com desenvoltura na atual sociedade científico-tecnológica cada vez mais exigente em conhecimento, bem como estarem totalmente preparados para as provas de vestibulares, corrigindo nesse tempo todas as suas deficiências.

Resultados e Discussão

O projeto Pré-Vestibular Popular vem oferecendo grandes resultados ao longo dos seus mais de dez anos, oferecendo ao aluno oriundo de escola pública uma nova chance de rever todos os conceitos e conteúdos de química e de outras diversas áreas abordadas pelo projeto. Deve-se, contudo, ensinar Química considerando-a como ferramentas para a interpretação da natureza, e não como algo isolado da realidade, sempre fazendo correlação entre conteúdo ensinado e o dia-dia do aluno. A didática e as metodologias devem se adequar a realidade do aluno que muitas vezes chegam ao projeto com deficiências no conteúdo. Uma visão geral do conteúdo antes de resoluções de questões é uma boa metodologia para consertar as deficiências dos alunos, o uso de tecnologias também ajuda bastante como outra forma de abordagem do conteúdo, como mostrar uma molécula orgânica e seu comportamento, ou um átomo radioativo emitindo partículas.

Conclusão

Muitos educadores preconizam que a abordagem histórica dos conteúdos é fator de educação científica, uma vez que assim procedendo o professor estaria aproximando o conhecimento científico do universo cognitivo do aluno, que antes de conhecer constrói historicamente o que conhece (CASTRO, 1992). Percebemos que a didática tem que ser adequada ao cotidiano e situação dos alunos, o Projeto Pré-Vestibular Popular tem colaborado para que eles adquiram maior facilidade em articular e expor melhor suas ideias, apresentando melhor rendimento nas disciplinas. Os bolsistas participantes do projeto tem a oportunidade de enriquecer sua formação acadêmica, uma vez que eles têm a oportunidade de praticar em sala de aula as didáticas adequadas para o ensino aprendizagem do aluno e alcançar o objetivo do projeto. Outro dado relevante que confirma a didática adequada em sala de aula é o número expressivo de alunos que aprovam os conteúdos que muitas vezes eram desprezados no ensino normal e também ao número de aprovados a cada ano nas Universidades Públicas.

Referências

CASTRO, R.S. Dois exemplos do uso da história da ciência no curso de física do segundo grau: análise e reflexões. **Em Aberto**, Brasília, ano 11 n.55, jul./set.1992.

LEITE, Robson. **Os impactos e as perspectivas dos pré-vestibulares comunitários**. Rio de Janeiro - RJ, 2010. Disponível em: <http://www.robsonleite.com.br/os-impactos-e-as-perspectivas-dos-pre-vestibulares-comunitarios/>. Acessado em 13 nov. 2013.

MACHADO, Jorge Ricardo Coutinho. **Considerações sobre o ensino de Química**. Belém - PA, 2000. Disponível em: <http://www.ufpa.br/eduquim/consideracoes.htm>. Acessado em 13 nov. 2013.

Interdisciplinaridade no Curso de Pedagogia da UFPI: Implicações e Desafios

Amanda Caroline Silva Pinheiro¹; Antonia Aline Oliveira de Andrade²; Sara Jane Álvares Oliveira³; Shalynália Torres de Sousa⁴

Universidade Federal do Piauí – Curso de Pedagogia¹

Universidade Federal do Piauí – Curso de Pedagogia²

Universidade Federal do Piauí – Curso de Pedagogia³

Universidade Federal do Piauí – Curso de Pedagogia⁴

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a interdisciplinaridade no texto do Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí, suas implicações e desafios. O trabalho aqui relatado configura-se como de cunho qualitativo tendo-se feito uso de estudos bibliográficos, por meio dos quais foi possível dialogar com autores como Lück (2007), Nogueira (2003) além da análise do Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí. A interdisciplinaridade surge em decorrência da diversidade de várias disciplinas, aproveitando sua identidade individual e suas ideias, que são aceitas como enriquecimento e complementaridade de aquisições e concepções coletivas.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Projeto Pedagógico. Pedagogia. UFPI.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar a interdisciplinaridade no texto do Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí, suas implicações e desafios. O cerne dessa questão nos mostra que o contexto atual requer a integração entre as diversas ciências, motivo pelo qual leva à formação acadêmica, o pensamento interdisciplinar. A interdisciplinaridade é caracterizada pelo trabalho em equipe cuja finalidade é a obtenção de inovações no trabalho, sendo necessária ao profissional a familiarização com outras áreas de conhecimento, requerendo do docente disponibilidade e humildade no reconhecimento e aceitação dos diversos posicionamentos em relação ao mesmo objetivo.

Fundamentação Teórica

A Pedagogia é uma área do conhecimento que trata dos princípios, dos métodos de ensino, da administração de escolas e da condução dos assuntos educacionais, portanto, para isso, é necessário que englobe vários campos do conhecimento. De acordo com Lück (2007), a partir de uma prática interdisciplinar é possível a superação da fragmentação no processo de

construção do conhecimento de ensino, bem como o distanciamento de ambos em relação à realidade.

Segundo Nogueira (2003, p. 143), “a interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas, no interior de um projeto específico de pesquisa”. No que concerne ao curso de Pedagogia, é necessário tornar as disciplinas comunicativas entre si e essa comunicação deverá ocorrer através da conexão e da continuidade que se dá entre elas formando, assim, um conhecimento mais amplo acerca de vários saberes.

O pedagogo deve trazer consigo toda interdisciplinaridade que lhe foi apresentada durante seu curso para que se torne um profissional capaz de fazer a relação entre teoria e prática em todas as situações que lhe forem apresentadas. A prática da interdisciplinaridade é indispensável quando se pretende “a formação integral dos alunos, para que sejam capazes de enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade atual” (LÜCK, 2007, p. 64).

Metodologia

As inquietações em torno dessa temática surgiram a partir das discussões formadas nas aulas da disciplina Teoria de Currículo e Sociedade do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí/ UFPI. O trabalho aqui relatado configura-se como de cunho qualitativo tendo-se feito uso de estudos bibliográficos, por meio dos quais foi possível dialogar com autores como Lück (2007), Nogueira (2003) além da análise do Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí.

Resultados e discussões

Para esta seção fizemos uma análise do Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da UFPI, no que se refere à forma que é apresentada a interdisciplinaridade neste documento. É importante mencionar que o termo interdisciplinaridade está articulado em algumas partes do documento, sendo apresentado um tópico para expor a fundamentação do curso neste princípio.

De acordo com o documento em questão, “pedagogia é uma ciência prática que necessita da contribuição de outras ciências para explorar seu objeto de estudo” (PP. 2009). Trata da finalidade da interdisciplinaridade no currículo de Pedagogia, como sendo a

agregação e, simultaneamente, a produção de um conhecimento próprio, segundo a integração dos vários conhecimentos necessários à prática educativa

No que se refere à mudança do currículo no texto do Projeto Pedagógico, para busca por aperfeiçoamento da formação do pedagogo, é necessário um currículo desenvolvido através de um trabalho “coletivo/interdisciplinar” entre dirigentes, professores e alunos, para que resulte na formação de um profissional competente. Na visão do Projeto Pedagógico a noção de competência, neste caso, refere-se à prática educativa crítica e transformadora, que é oriunda de um “processo de formação que tem a *epistemologia da prática* como princípio fundante, como requer a *interdisciplinaridade*” (PP, 2009, p. 17). A interdisciplinaridade neste caso, pode denotar a ideia de uma forma de questionamento dos conteúdos e da prática educativa.

Na ótica do Projeto Pedagógico, uma das formas de promover a interdisciplinaridade dentro do curso de Pedagogia é definindo a estrutura curricular do curso em blocos, em que exige matrícula obrigatória em todas as disciplinas do curso, pois dessa forma facilita a integração e articulação entre as diferentes disciplinas de um mesmo bloco e de um bloco para outro. E a forma como os componentes estão organizados dentro da matriz curricular estão sedimentados, dentre outros princípios, no princípio da interdisciplinaridade. Esta organização entretanto, pode sugerir o sentido de um currículo instituído de conteúdos definidos previamente e a articulação neste caso pode ser definida como uma busca para construir uma mediação entre os diversos conteúdos das disciplinas do currículo.

Considerações finais

A educação deve ser entendida e trabalhada de forma interdisciplinar, na qual o aluno é agente ativo, comprometido, responsável, capaz de planejar suas ações, assumir responsabilidades, tomar atitudes diante dos fatos e interagir no meio em que vive contribuindo, desta forma, para a melhoria do processo ensino aprendizagem.

Assim, faz-se necessário que o currículo das universidades proporcione a interdisciplinaridade, a partir da priorização dos conteúdos elementares e da eliminação da repetição. Quando o currículo não possibilitar isso, o educador deve ter postura ou atitude criativa e de exploração no planejamento e na sala de aula. A interdisciplinaridade surge em decorrência da diversidade de várias disciplinas, aproveitando sua identidade individual e suas ideias, que são aceitas como enriquecimento e complementaridade de aquisições e concepções coletivas.

Referências

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. 14ª Ed. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2007.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos Projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Érica, 2001.

PIAUI, Teresina. Universidade Federal do piaui-UFPI. **Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia**, Teresina:2009.

Implantação de um jardim didático como instrumento de ensino sobre plantas em uma escola de ensino médio integral em Parnaíba, norte do Piauí¹

²Ruanna Thaimires Brandão Souza ; ²Gilmara Santos de Araújo; ³Ruceline Paiva Melo Lins;
⁴Jesus Rodrigues Lemos

²Graduandas do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Piauí-UFPI/*Campus* Parnaíba-Monitoras do Projeto de Extensão; ³Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFPI/*Campus* Parnaíba-Sub-Coordenadora do Projeto de Extensão; ⁴Professor Adjunto do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFPI/*Campus* Parnaíba-Coordenador do Projeto de Extensão

Resumo

Tendo em vista a atual dificuldade para ministrar o ensino de Botânica no ensino Médio de forma que os alunos absorvam o conteúdo satisfatoriamente, diversos autores recomendam que sejam utilizadas propostas didáticas diferenciadas como forma de aprendizado e fixação do conteúdo, visto que estas despertam curiosidade pela temática e trabalham outros valores importantes na formação do aluno. Neste sentido, a implantação de um jardim didático, por exemplo, constitui-se como um importante recurso para despertar o interesse do aluno, desenvolver níveis diferentes de experiência na área de Botânica, enriquecer sua personalidade em sala de aula e ainda simbolizar um instrumento pedagógico que leva o aluno à condição de construir, interagir e adquirir novos conhecimentos. Assim, foi desenvolvido, como proposta pedagógica, a implantação de um jardim didático com alunos de 2º ano de uma escola de ensino médio integral na cidade de Parnaíba, norte do Piauí, com o intuito de observar características morfológicas de diversas espécies do grupo das Angiospermas, além de classificá-las, atrelando desta maneira a teoria à prática. Este trabalho revelou que as propostas didáticas diferenciadas desempenham papel importante no desenvolvimento e na construção do conhecimento dos alunos e, sobretudo destacou-se a necessidade de uma escolha criteriosa da metodologia empregada nas aulas de Botânica que considere a heterogeneidade de elementos que possam ser correlacionados com o cotidiano dos próprios alunos.

Palavras-Chave: Proposta didática; Ensino de Ciências; Jardim didático

¹Trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto de Extensão “Instrumentos didáticos para o ensino de Botânica em uma escola de ensino médio da cidade de Parnaíba, Piauí”

Introdução

O ensino de Botânica é marcado por diversos problemas, dentre eles, a maneira como é ministrado o conteúdo, muitas vezes de forma teórica e seguindo um ensino técnico utilizando apenas o livro didático, sem alcançar outras dimensões. Apesar de ser uma área bem próxima do cotidiano das pessoas, porque as plantas estão presentes na alimentação e medicamentos, por exemplo, é possível perceber o distanciamento entre o que é ensinado e a realidade dos estudantes, devido ao enfoque descritivo e sistemático (GARCIA, 2000; KINOSHITA, 2005).

Para Carvalho (2008), é necessário propor aos alunos uma mudança na forma de ver o conhecimento escolar e os elementos que compõem os ambientes naturais. Para alcançar esses objetivos, deve-se utilizar metodologias que desenvolvam o raciocínio disciplinado do aluno, estando estas permanentemente ligadas ao conhecimento (HAYDT, 1997). Ao considerar o aluno como sujeito de sua aprendizagem, ele é quem deve construir explicações, com a intervenção fundamental do professor, informando, apontando relações, questionando, exemplificando (BRASIL, 1998).

De acordo com Krasilchik (2005), a Botânica exige atividades práticas que permitam aos alunos vivenciar os conteúdos teóricos previamente trabalhados de forma contextualizada. Cenpec & Litteris (2001) colocam que vencer a barreira do conteúdo de Botânica através do estabelecimento de vínculos entre o objeto de ensino e o cotidiano dos alunos é o primeiro passo para encorajá-los a construir novos conhecimentos.

Piaget (1988), defende que a assimilação do tópico estudado se faz muito mais fácil quando o indivíduo leva para a sala de aula objetos do seu cotidiano e vice-versa. É preciso que o aluno tenha um contato indivíduo-objeto, e que enxergue um uso real para seu estudo, ou seja, aprender sem desviar do mundo real e de seu cotidiano.

Nesta perspectiva, por se tratar de uma forma de ensino não formal, o jardim didático pode ser usado como recurso pedagógico que irá auxiliar nas eventuais deficiências do ensino formal, exercendo tal aproximação, uma vez que apresenta o mundo vivo diretamente ao observador, instigando sua curiosidade.

Compreendendo assim a importância e a necessidade das práticas didáticas para o ensino e aprendizagem no conteúdo de Botânica, esse trabalho objetiva atrelar aulas teóricas e práticas por meio da implantação de um jardim didático, com vistas a despertar um maior interesse dos alunos através da análise e observação, em material concreto e vivo das características de todas as plantas a serem cultivadas em um jardim didático montado na

própria escola, visando, em última instância, um processo de aprendizagem sobre plantas muito mais efetivo.

Metodologia

O presente trabalho desenvolveu-se em uma escola de ensino médio integral na cidade de Parnaíba, Piauí tendo como público alvo 70 alunos do 2º ano do ensino médio. Para implantação do jardim na escola foram desenvolvidas quatro fases específicas levando em consideração as características morfológicas de plantas do grupo das Angiospermas.

Na primeira fase realizou-se uma aula introdutória abordando a finalidade do jardim didático para os alunos. Já na segunda fase realizou-se um levantamento bibliográfico da diversidade de Angiospermas que ocorrem na região. Após isto, realizou-se uma seleção das plantas que iriam compor o jardim didático, resultando em uma lista de espécies. Esta seleção baseou-se principalmente na presença de características morfológicas trazidas nos principais livros didáticos do ensino médio (inclusive no livro adotado pela própria escola trabalhada). Estas plantas tiveram seus nomes científicos e populares pesquisados.

Após a elaboração da lista, iniciou-se a terceira fase, na qual ocorreu a preparação dos canteiros onde seriam plantadas as espécies selecionadas. Por fim, na quarta fase realizou-se o plantio propriamente dito, evidenciando aos alunos as diferenças morfológicas entre as duas classes que compõem as Angiospermas (Monocotildôneas e Eudicotiledôneas), sendo estas plantadas em setores separados dentro do jardim, a fim de obter um cunho efetivamente didático. Todo o procedimento foi realizado com a presença e participação dos alunos, já atrelando a informação teórica que havia sido apresentada previamente em sala de aula com o material vivo trabalhado na construção do jardim didático.

Resultados

Ao utilizar amostras de plantas verdadeiras, percebe-se o quanto é válido um contato direto com o objeto de estudo, anulando a abstração e permitindo que o aluno consiga interpretar as informações que estão inseridas no livro didático passadas pelo educador (MENEZES *et al.*, 2008).

A partir da elaboração e construção deste jardim, os alunos tiveram a possibilidade de enriquecer seus conhecimentos de Botânica, pois foram abordadas características morfológicas das Angiospermas previamente apresentadas, de forma teórica, em sala de aula. Dessa forma, além do jardim didático ser uma forma de associação do conteúdo com o dia-a-

dia dos alunos, apresenta-se também como um fator determinante na visualização das características vegetais. Foram plantadas nove mudas de Angiospermas, sendo cinco espécies de Monocotiledôneas e quatro de Eudicotiledôneas, as quais são evidenciadas nas Tabelas 1 e 2, respectivamente. Todas as informações referentes às características das plantas foram apresentadas compilando-se informações em diferentes autores de 2^o e 3^o graus.

Tabela 1. Espécies vegetais da classe das Monocotiledôneas com suas características morfológicas destacadas para estudo

Espécie	Nome popular	Família	Características destacadas
<i>Dypsis lutescens</i> (H.Wendl.) Beentje & J.Dransf.	Palmeirinha de jardim	Arecaceae	Caule do tipo estipe (liso e anelado) Folhas pinada. Inflorescências ramificadas, com numerosas e pequenas flores de cor branco-creme, perfumadas. Frutos verde-amarelados, tornando-se arroxeados quando maduros.
<i>Cymbopogon citratus</i> Stapf	Capim santo	Poaceae	Raiz fasciculada, cresce formando touceiras de até 1 m (ou mais) de altura, com rizomas curtos. Caule do tipo colmo simples ou ramificados, eretos, lisos, glabros. Folhas basais, glabras; bainhas fechadas na base, mais curtas que os entre-nós.
<i>Dieffenbachia amoena</i> Hort. ex Gentil	Comigo-ninguém-pode	Araceae	Folhas variegadas grandes e com pontuações translúcidas. Flores dispostas em espádice. Hábito perene.
<i>Sansevieria trifasciata</i> Hort. ex Prain	Espada de São Jorge	Liliaceae	Raiz subterrânea, fasciculada que, por atrofia precoce da raiz principal é constituída por um fisco de raízes. Folhas com duas ondulações de estrias: uma mais escura e outra mais clara. Caule subterrâneo do tipo rizoma que geralmente é horizontal, emergindo de espaço em espaço brotos aéreos.
<i>Tradescantia pallida</i> (Rose) D.R. Hunt	Coração roxo	Commelinaceae	Hábito herbáceo perene muito rústico. Folhas geralmente ovaladas brilhantes e acuminadas.

Tabela 2. Espécies vegetais da classe das Eudicotiledôneas com suas características morfológicas destacadas para estudo

Espécie	Nome popular	Família	Características destacadas
<i>Rosa</i> spp.	Rosa	Rosaceae	Folhas simples, partidas em cinco ou sete lóbulos de bordos denteados. Flores na maior parte das vezes solitárias. Apresentam originalmente cinco pétalas, muitos estames e ovário ínfero.
<i>Portulaca oleracea</i> L.	Onze horas	Portulacaceae	Folhas simples e distribuídas de forma alternada sobre os caules e ramos. Flores vistosas, bissexuadas monoclamídeas. Frutos do tipo cápsula circuncisa.
<i>Cereus hexagonus</i> Mill.	Cacto coluna	Cactaceae	Apresentam uma modificação caulinar chamada de Cladódio (caules em estruturas suculentas), enquanto suas folhas transformaram-se nos espinhos. Flores grandes, como os espinhos e ramos e brotam das aréolas.
<i>Euphorbia milii</i> Des Moul.	Coroa de Cristo	Euphorbiaceae	Hábito arbusto perene de até 2 metros de altura, bastante ramificado, providos de numerosos espinhos. Folhas ovais, inseridas ao longo do caule de forma alternada.

No decorrer da construção do jardim nesta escola, percebeu-se, em diversas vezes, as dificuldades demonstradas em relação aos termos técnicos botânicos, o que pode ter sido um dos motivos de desinteresse dos alunos pela disciplina, uma vez que o desconhecimento do vocabulário científico de Botânica pode tê-los deixando confusos. Bizzo (2000) já ressaltava a importância da linguagem científica no processo de aprendizagem, visto que propostas diferenciadas de ensino trabalham melhor essas linguagens e conseqüentemente os alunos adquirem um desempenho mais significativo.

Sobre a temática ensino-aprendizagem, Bordenave (2001) entende ser necessário fazer uso de um esquema pedagógico que permita selecionar e utilizar os meios multissensoriais mais adequados para cada etapa do processo de ensino. Pereira & Souza (2004) também concordam que efetivar uma prática pedagógica diferenciada promove o atendimento às diferentes necessidades dos alunos e proporcionam mais liberdade para estes revelarem seus avanços e suas dificuldades.

Ao longo de todo o processo de criação e montagem do jardim didático, percebeu-se que a maioria dos alunos demonstrou interesse e motivação para participar das atividades

relacionadas ao mesmo, havendo índice aproximado de agregação de 88% dos alunos. Dessa maneira, o conhecimento prescritivo e descritivo junto ao prático e ao cotidiano melhora os níveis de aprendizado dos alunos na presente matéria, contribuindo para formar cidadãos capazes de utilizar conhecimentos adquiridos, que se encontram na sua realidade cotidiana, como já ressaltado por Oliveira & Albuquerque e Silva (2012).

Considerações Finais

Observou-se, ao final do processo, um aumento considerável na aprendizagem efetiva dos alunos, sendo esta percebida pela discussão e troca constantes de informações técnicas entre eles. Verificou-se ainda que o espírito investigativo e a motivação pela curiosidade em conhecer e aprender foram claramente manifestados por eles.

Ficou claramente perceptível a importância e a necessidade de trabalhar com práticas diferenciadas dentro do conteúdo de Botânica, pois estas proporcionam o alcance da aprendizagem de forma natural e conectada com a realidade concreta, pois o material vivo, neste caso, desperta maior interesse e participação dos alunos, permitindo que estes questionem a teoria apresentada nos livros didáticos, verificando as informações constante neste no material prático, tirando assim suas próprias conclusões.

Por fim, esta pesquisa mostrou que com as aulas práticas é possível ensinar um conteúdo técnico com qualidade, tendo um resultado bastante positivo na aquisição de conhecimentos.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais**. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília, DF, 1998. 138 p.
- BIZZO, N. **Ciências: fácil ou difícil?** São Paulo: Ática, 2000.
- CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CHARLOT, B. **Os Jovens e o Saber**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- GARCIA, M. F. F. Repensando a Botânica. In: **Coletânea do 7º ENCONTRO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE BIOLOGIA**, São Paulo, 2-4 fev. 2000.
- HAYDT, R.C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997.

KRASILCHIK, M. **Prática de Ensino de Biologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, 197p.

MENEZES, L. C.; SOUZA, V. C.; NICOMEDES, M. P.; ANDRADE, R. R. D.; SANTOS, B. A. C. **Iniciativas para o aprendizado de botânica no ensino médio**. Centro de Formação de Tecnólogos/Departamento de Ciências Básicas e Sociais/PROLICEN. XI Encontro de Iniciação à Docência. UFPB-PRG, 2008.

PEREIRA, L. C.; SOUZA, N. A. Concepção e prática de avaliação: um confronto necessário no ensino médio. **Estudos em Avaliação Educacional**: Revista da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 29, p. 191-208, 2004.

PIAGET, J. Psicologia da primeira infância. In: KATZ, D. (Org.). **Psicologia das idades**. São Paulo: Manole, 1988.

O Papel do Professor na Educação

Jaciara Ribeiro da Silva Cardoso

Curso de Pedagogia/UFPI

Graduanda do 6º período

Resumo: Este estudo tem por objetivo abordar os aspectos relacionados à atuação do professor como mediador no ensino e aprendizagem, de modo que o aluno tenha um bom desempenho educacional e uma capacidade de racionalidade crítica. O interesse pelo estudo surge no contexto das experiências vividas em sala de aula. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram referenciais bibliográficos. Os resultados da pesquisa evidenciam que é papel do professor propiciar ao aluno conhecimentos críticos e reflexivos, desvinculando totalmente de técnicas de ensino únicas e descontextualizadas. O professor deve dar o suporte ao aprendizado do aluno, com a prática e desenvolvimento da atividade intelectual realizada de forma concreta e participativa.

Palavras-chave: Relação professor e aluno. Processo de aprendizagem. Inclusão Escolar.

1. INTRODUÇÃO

Para refletir sobre educação é relevante apontar alguns aspectos que conduzem para o estado de “crise” da educação escolar. É importante verificamos a busca por mudanças pedagógicas e a (re)organização da escola a partir da situação. Os desafios para organizar ou construir uma educação de qualidade são inúmeros, a mudança é necessária, mas historicamente os interesses políticos e econômicos direcionam os rumos da educação.

O professor tem o papel principal na educação escolar, na construção do conhecimento, no ensino por meio dos seus exemplos de ética e postura profissional, ele desperta no aluno o desejo de aprender, de ir além.

De acordo com Bulgraen (2009) “o professor além de ser educador e transmissor de conhecimento, deve atuar, ao mesmo tempo, como mediador.” Portanto, o professor deve se colocar como um mediador entre o estudante e o conhecimento para que, dessa forma, o aluno

aprenda a “refletir” e a questionar por si mesmo e não mais receba passivamente as informações do educador. Diante disso, abordo neste artigo, aspectos relacionados ao papel do professor na educação, o interesse pelo estudo surge no conjunto das experiências vividas em contextos escolares de situações que envolvem o exercício da prática docente. Dentre os objetivos do trabalho, um deles tem sido o de elevar a qualidade da formação inicial dos alunos e professores. O estudo é fundamentado no entendimento de que o professor é um dos principais responsáveis para o impulso do saber e reflexão crítica do aluno, a partir disso direcionei o olhar para a seguinte questão: o professor assegura ao educando uma formação crítica, capaz de levá-lo a refletir sobre temáticas cotidianas e interferir positivamente em seu meio e, sobretudo, em sua vida para transformá-la? Para o esclarecimento dessa questão realizei a pesquisa bibliográfica com o intuito de analisar as experiências vividas em sala de aula.

Carmo (2009) afirma que, torna-se necessário ao professor, o conhecimento de estratégias de ensino e o desenvolvimento de suas próprias competências de pensar, além da abertura, em suas aulas, para a reflexão dos problemas sociais, possibilitando aulas mais democráticas, através de um saber emancipador. Portanto, o professor torna-se uma ponte entre o aluno e o conhecimento, possibilitando ao aluno o prazer na busca pelo saber.

É na sala de aula que professores e alunos têm a oportunidade de trocar conhecimentos, de construir uma aprendizagem sólida e coletiva, ultrapassando os conteúdos. Outro fator importante a ser considerado, parte do princípio de que o professor ainda não consegue conduzir e promover em sala de aula a inclusão, o professor precisa se abrir para o novo, pensar, produzir seu saber.

De acordo com Moreno (2009), a postura que os professores podem assumir frente ao novo, ao aprender, identifica diferentes modos de pensar a profissão, ela pode ser entendida como uma constante aprendizagem, partindo de um movimento permanente de busca. Assim, o que evidenciamos muitas vezes são salas de aulas homogêneas, formadas apenas por alunos considerados bons ou por alunos considerados fracos e quando existem as salas heterogêneas a separação também ocorre em sala de aula através do conceito de separação entre bons e fracos, isso ocorre com frequência, no qual acaba por desmotivar o aluno ao aprendizado.

Os professores estão condicionados a prepararem suas aulas para os alunos “bons”, que compreendem os conteúdos, tiram notas boas, enquanto os alunos tidos como “fracos” ficam a mercê do sistema, sofrem com a evasão, a repetência, a discriminação, ou até mesmo

são passados automaticamente pelo sistema. O educador tem a função de atuar nas salas de aula sem usar a separação de tais alunos, é preciso considerar que a escola está repleta de alunos diferentes com características próprias, e buscar nessa heterogeneidade o comum das relações humanas, ou seja, o professor tem que trabalhar com diferenças sem excluí-las da sala de aula como se tornar-se algo ruim.

2 METODOLOGIA

O trabalho de pesquisa envolvendo a temática do papel do professor na educação, embora motivado por uma realidade vivenciada em sala de aula, teve sua realização com base em estudo bibliográfico. Inicialmente, foi feita a seleção de textos, artigos de diferentes autores que tratam do tema e, posteriormente, a leitura para coletar o que eles abordam sobre o tema.

3 RESULTADOS E DISCURSÕES

Percebemos então, que em relação à educação, o docente tem nas mãos a responsabilidade de agir como sujeito em meio ao mundo e de ensinar para seus educandos o conhecimento acumulado historicamente, dando-lhes a oportunidade de também atuarem como protagonistas na sociedade.

Segundo Januario (2007) a ação interpessoal para a eficácia da prática deverá ser baseada na visão de que para se obter sucesso na aprendizagem, é preciso que o docente propicie um espaço de troca, partindo do conhecimento e a experiência dos seus alunos e estabelecendo uma mediação capaz de permitir a participação ativa dos discentes nos seus processos de construção de conhecimento. Portanto, a atuação do professor como mediador precisa ultrapassar o campo da sua especialidade, buscando conhecimentos e práticas que melhore a qualidade do ensino.

O professor precisa buscar através de um trabalho crítico o exercício da cidadania, deve mostrar às novas gerações a importância de cada indivíduo e seu papel na sociedade, enquanto cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. É preciso que a escola juntamente com o professor compreenda que também é seu papel, dar ao aluno condições para se inserir no meio social, é preciso atentar para a evolução do mundo e orientar o estudante para a vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É justamente, pensando dessa forma que o professor deve estar ciente de que não basta tratar somente de conteúdos atuais em sala de aula, mas também, resgatar conhecimentos mais amplos e históricos, contextualizado com a vida do aluno, dando significado ao aprendizado, para que os alunos possam interpretar suas experiências e suas aprendizagens na vida social, fazendo uma relação interdisciplinar dos conteúdos.

Segundo Libâneo (1998), a atitude interdisciplinar requer uma mudança no pensamento e na prática do professor, visto que os alunos não conseguirão pensar de forma interdisciplinar se o professor oferecer um saber fragmentado e descontextualizado. Assim, um instrumento capaz de ajudar o professor na transmissão e aprendizagem dos conteúdos estudados, democraticamente, é o tratamento interdisciplinar que o mesmo pode dar à sua prática. Como práticas interdisciplinares são várias as formas de viabilização: reunir disciplinas cujos conteúdos permitem o mesmo tratamento pedagógico-didático interdisciplinar; formular temas geradores para compreensão da realidade; orientar o estudo de um assunto para abordá-lo em todos os seus aspectos e fazer a ligação com os problemas sociais e cotidianos. Por tanto é papel do professor junto com a escola formar cidadãos, dar aos alunos os ensinamentos de que eles necessitam para viver e trabalhar neste mundo de evolução, bem como orientá-los para a vida.

REFERÊNCIA:

BULGRAEN, Vanessa C. **O Papel do Professor e sua Mediação nos Processos de Elaboração do Conhecimento.** Revista Conteúdo, Capivari, v.1, n.4, ago./dez. 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora?** Novas Exigências Educacionais e Profissão Docente. São Paulo: Cortez, 1998.

CARMO, Antonio Rosemir do. **O Papel da Escola e do Professor na Construção do Saber Crítico do Aluno.** 2009. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/o-papel-da-escola-e-do-professor-na-construcao-do-saber-critico-do-aluno-1361189.html>>
Acesso em: 16 jan. 2013.

MORENO, Patrícia Cândida. **As Dificuldades da Escola Perante a Inclusão Escolar.** 2009. <<http://www.pedagogia.com.br/artigos/incluescolar/>> Acesso em: 16 jan. 2013.

JANUARIO, Paula Cancelli. **Formação de formadores: o docente do ensino superior é um profissional da educação.** SOLETRAS. Ano VII, N° 13. São Gonçalo: UERJ, 46 jan./jun.2007.

Perfil de Estudantes que Frequentam o Programa Pré- ENEM do Vale do Gurguéia.

Emanuela Pereira e Silva¹, Kelly Cristine Rodrigues de Moura², Robson de Sousa Nascimento³.

1 UFPI/Campus Profª. Cinobelina Elvas/ Bom Jesus-PI, Acadêmica/bolsista de Licenciatura em Ciências Biológicas; 2 UFPI /Campus Profª. Cinobelina Elvas/ Bom Jesus-PI, Docente e Coordenadora do Projeto de Extensão. 3 UFPI /Campus Profª. Cinobelina Elvas/ Bom Jesus-PI, Docente;

Resumo

Este trabalho apresenta o perfil dos alunos egressos no cursinho popular intitulado Pré-ENEM vale do Gurguéia. A região do Vale do Gurgueia vem apresentando um aumento demográfico substancial nos últimos dois anos. Dentre as regiões, se destaca o município de Bom Jesus, que vem atraindo estudantes de todo o Brasil para o egresso na Universidade Federal do Piauí. Iniciativas de instituições de ensino superior vêm sendo realizadas com a finalidade de propiciar uma equidade de acesso para alunos com baixa renda e defasagem no ensino básico. Dentre essas iniciativas, está o Programa Cursinho Popular do Vale do Gurguéia, intitulado PROJETO PRÉ – ENEM POPULAR VALE DO GURGUÉIA (PEPVG) que contribui para a redução da desigualdade no acesso a Universidades Públicas. O perfil dos alunos egressos no cursinho é em suma de baixa renda, em sua maioria sexo feminino, solteiros e que não trabalham.

Palavras – Chaves: Gurgueia; cursinho; desigualdade;

Introdução

Nos últimos anos é notória a intensificação da demanda pelo ensino superior em decorrência da expansão do ensino básico, da urbanização e das transformações do mercado de trabalho, com profundas repercussões no desemprego, sobretudo entre os jovens (ZAGO, 2008). Os cursos preparatórios populares ou comunitários fazem parte de iniciativas coletivas pela democratização do ensino no país e o acesso ao Ensino Superior.

Os cursinhos populares sejam gratuitos ou particulares vem ganhando grande visibilidade. Apesar de não dispormos de dados precisos sobre os seus resultados, os indicadores existentes permitem concluir que esses cursos vêm exercendo um papel importante na demanda e também no acesso ao ensino superior (OLIVEIRA, 2001).

A região do Vale do Gurgueia, região Sul do Piauí, segundo estimativas divulgadas pelo Instituto e Estatística (IBGE), aponta que a população vem crescendo casa vez mais. No

sul do Piauí entre as maiores cidades a que mais avançou em população nos últimos dois anos foi à cidade de Bom Jesus. O município cresceu 5,1% ficando acima da média nacional e do Estado. O município é conhecido pela forte imigração de gaúchos e paranaenses que buscam os cerrados para a produção de soja¹.

Outro fator que aumenta ainda mais essa estimativa, esta associada a quantidades de universitários que migram para a Universidade Federal do Piauí.

O acesso ao ensino superior está diretamente relacionado à problemática das desigualdades, especialmente da rede pública - que ganharam maior visibilidade com a quase universalização do Ensino Fundamental e a ampliação do Ensino Médio (Moehlecke e Catani, 2006).

Iniciativas que nasceram e ainda nascem no seio das instituições públicas de ensino superior, vêm buscando contribuir para reverter esta realidade. A componente social é fundamental para a justificativa de qualquer atuação do poder público. Desta forma, a ação extensionista com o (PEPVG) viabilizada por professores e alunos do campus Universitário Profª. Cinobelina Elvas em Bom Jesus – PI representa mais uma forma de retorno, para a comunidade da região do Vale do Gurgueia.

Dessa forma, este trabalho tem como pressuposto apresentar o perfil dos estudantes que participaram do projeto cursinho Pré- Enem Vale do Gurgueia, ressaltando as perspectivas e limitações encontradas.

Metodologia

Para o egresso no programa os candidatos foram selecionados mediante uma avaliação contendo todas as disciplinas que compõe a grade curricular do Ensino Médio. Após avaliação foram convocados os 100 primeiros candidatos, e os demais permaneceram em lista de espera para posterior preenchimento de vagas.

¹ IBGE: Sul do Piauí cresce mais que o Norte, disponível em <<http://www.suldopiaui.com/portal/noticias/piaui/12,405,ibge-sul-do-piaui-cresce-mais-que-o-norte.html#.UoPGtHBJPPo>> acesso em 14/11/2013.

O PEPVG era desenvolvido no período noturno, com aulas semanais de todas as disciplinas cobradas no ENEM, além das aulas o programa disponha de palestras, simulados e etc. Todos os professores bolsistas e voluntários eram acompanhados pela coordenadora do programa e orientados por docentes da Universidade Federal do Piauí.

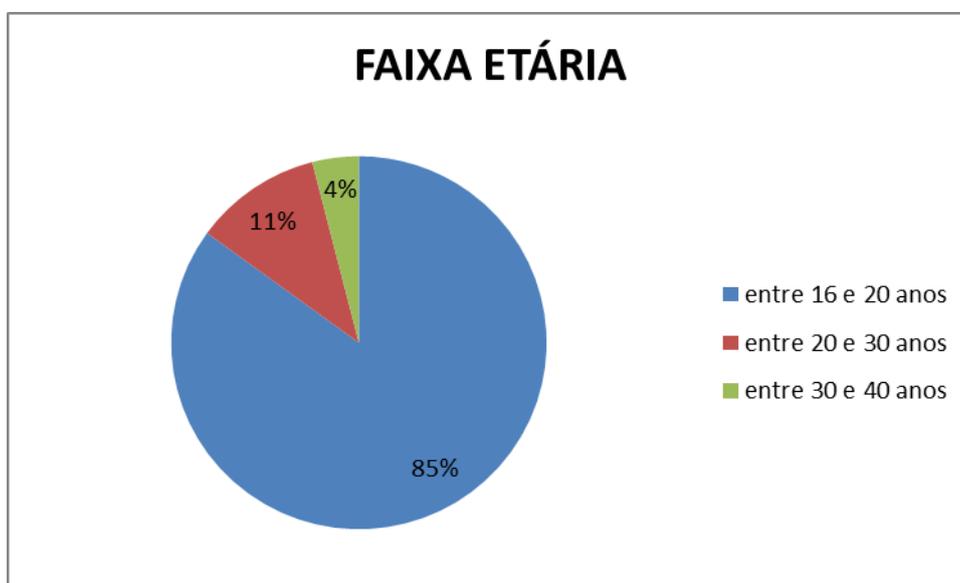
Com carga horária anual de 20160 horas o programa teve início em abril de 2013 e término em outubro de 2013.

O levantamento dos dados foi feito mediante a aplicação de uma ficha de inscrição aplicada para os 100 alunos selecionados. A ficha continha perguntas como:

- 1) Faixa Etária
- 2) Sexo
- 3) Estado Civil
- 4) Renda Familiar
- 5) Trabalho

Resultados e Discussão

A Figura 1 apresenta um percentual referente à faixa etária dos alunos que participaram do cursinho popular Pré- ENEM do Vale do Gurguéia. De acordo com a legislação educacional brasileira, a faixa etária adequada ao ensino médio é de 15 a 17 anos (CORTI, 2011). Ao compararmos os resultados obtidos pela análise dos dados podemos observar que 85% dos alunos egressos no programa se enquadram nesse padrão. Portanto uma parte significativa irá realizar o ENEM numa faixa etária considerada “normal”.



Projeto Pre – Enem Popular Vale do Gurgueia

Figura 1: Percentual da faixa etária dos alunos que frequentaram o Pré – ENEM Vale do Gurgueia.

Entre os egressos predomina o sexo feminino como demonstra a Figura 2, com 59%. Essa tendência corrobora as estatísticas nacionais que indicam maior representatividade feminina no ensino superior (RISTOFF; GIOLO, 2006).

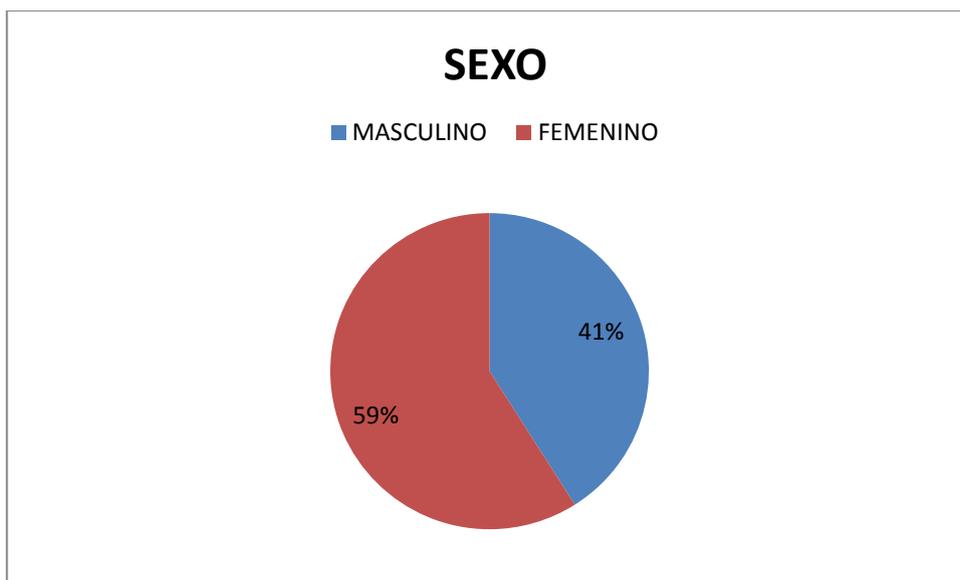


Figura 2: Percentual da faixa referente ao sexo alunos que frequentaram o Pré – ENEM Vale do Gurgueia.

A pesquisa apontou também, como podemos observar na Figura 3 que 91% dos estudantes são solteiros e apenas 9% casados.

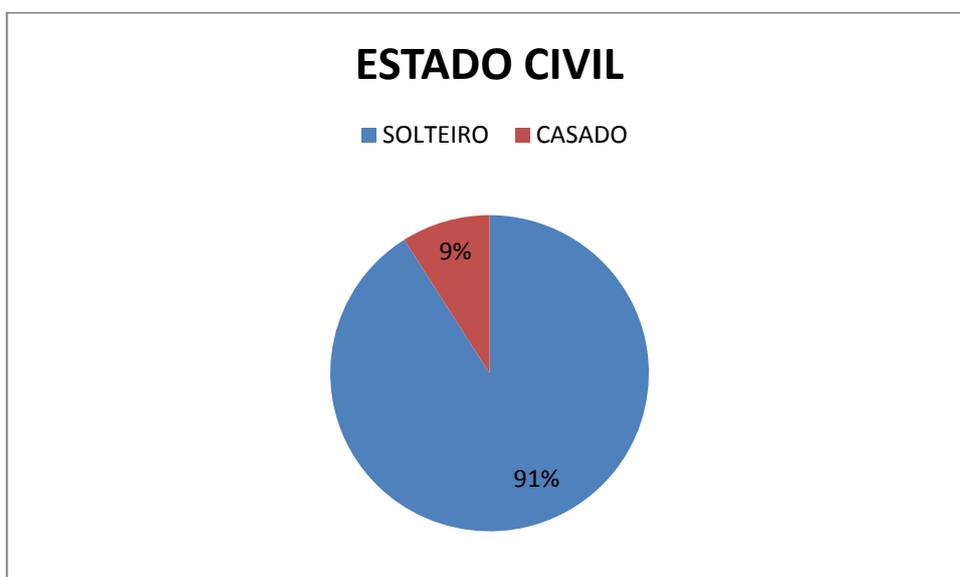


Figura 3: Percentual referente ao estado civil dos alunos que frequentaram o Pré – ENEM Vale do Gurgueia.

É significativa a proporção da renda familiar, onde 52% dos alunos obtêm a renda de um salário mínimo, ao passo que 34% possuem uma renda de 2 salários e 14% mais de dois salários (Figura4). Assim, conforme dados da pesquisa, o perfil da população atendida no cursinho popular é de baixa renda. Desta forma o curso popular Pré- ENEM Vale do Gurgueia, coopera para a redução das desigualdades sociais no que tange as condições de competitividade dos alunos do sistema público de ensino básico no processo seletivo do ENEM que hoje é o meio de ingresso na maioria das instituições públicas de ensino superior.

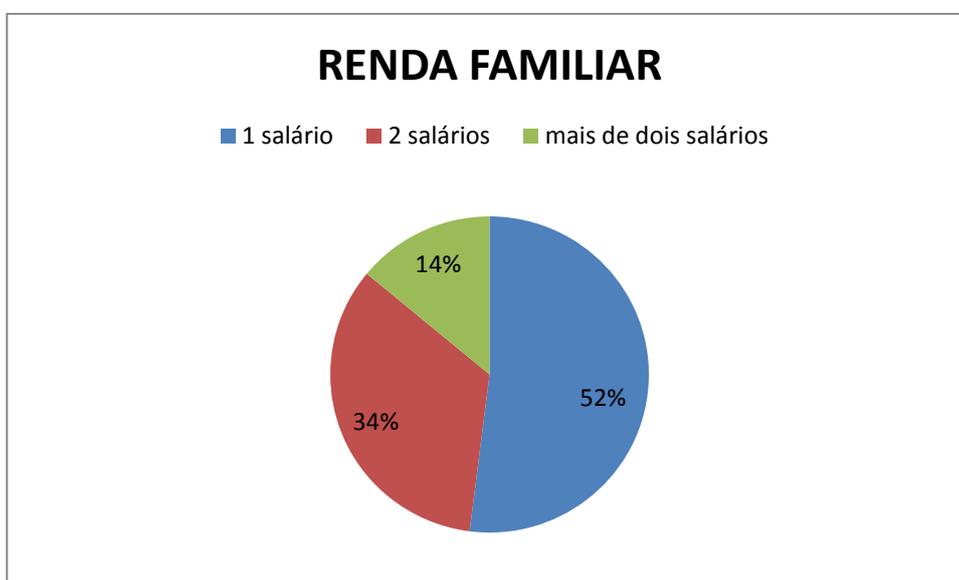


Figura 4: Percentual referente à renda dos alunos que frequentaram o Pré – ENEM Vale do Gurgueia.

Ainda em relação ao perfil, um percentual de 79% dos egressos não trabalham. São estudantes que conciliam suas atividades de estudo, pois em a maioria fazem o ensino médio concomitante com o técnico e o cursinho popular. Entre os que trabalham com um percentual correspondente a 21%, se desdobram entre trabalho e o curso. Tais dificuldades em conciliar estudo/estudo e trabalho/estudo, justifica a evasão de uma quantia considerável de estudantes ao longo do período letivo.



Figura 5: Percentual referente a situação profissional dos alunos que frequentaram o Pré – ENEM Vale do Gurgueia.

Conclusão

O presente trabalho mostrou o perfil dos alunos egressos no cursinho popular Vale do Gurgueia, a pesquisa revelou a importância social que o cursinho popular desempenha para os alunos egressos, proporcionando uma diminuição na redução da desigualdade que alunos de baixa renda e com defasagem no ensino básico enfrentam para ter acesso ao ensino superior.

Agradecimentos

Os autores agradecem a PREX pela bolsa cedida aos alunos Extensionistas.

Referências Bibliográficas

CORTI, Ana Paula. VÓVIO, Claudia Lemos. DAYRELL, Juarez, *et al.* **Caderno de Reflexões – Jovens de 15 a 17 Anos no Ensino Fundamental**. Brasília: Via Comunicação. 2011.

IBGE: Sul do Piauí cresce mais que o Norte, disponível em <<http://www.suldopiaui.com/portal/noticias/piaui/12,405,ibge-sul-do-piaui-cresce-mais-que-o-norte.html#.UoPGtHBJPPo>> acesso em 14/11/2013.

OLIVEIRA, E. S. Diferentes sujeitos e novas abordagens da educação popular urbana. 2001. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, R. J., 2001.

RISTOFF, D. I.; GIOLO, J. (Org.). **Trajetória da mulher na educação brasileira superior: 1991-2004**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

ZAGO, Nadir; **Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas**. Florianópolis, v. 26, n. 1, 149-174, jan./jun. 2008;

Perfil de Estudantes Vulneráveis do Terceiro Ano do Ensino Médio e Políticas de Ingresso e Permanência no Ensino Superior¹²

1. Antonia Amanda Lopes Frazão; 2. Érica Milena da Fonseca Sousa; 3. Lays Cristina Pereira Portela; 4. Rayane Gomes Abreu Bacelar.

1. Graduanda de bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí e bolsista do PET-Integração/PREX;
2. Graduanda de bacharelado em Direito na Universidade Federal do Piauí e bolsista do PET-Integração/PREX;
3. Graduanda de licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Piauí e bolsista do PET-Integração/PREX;
4. Graduanda de licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Piauí e bolsista do PET-Integração/PREX.

Resumo: Este trabalho propõe relacionar as informações colhidas sobre estudantes de segundo e terceiro ano do ensino médio de uma escola pública da capital teresinense com as políticas de ingresso e permanência universitárias. A partir de oficinas realizadas visando estimular o ingresso universitário dos jovens, bem como esclarecer dúvidas, foram obtidos dados, por meio de questionário, e feita uma associação entre o perfil socioeconômico destes alunos e as condições necessárias para ingressar na universidade via ações afirmativas. Após isso, tratou-se sobre as referidas ações e sua importância para os estudantes vulneráveis social e economicamente, trazendo, inclusive, uma visão dos próprios alunos sobre as mesmas. Em seguida, a permanência, principal objeto deste trabalho, foi colocada em foco, como sendo uma medida importantíssima para a real manutenção dos alunos egressos por meio das políticas de ingresso, ou cotas, e fonte de estudo para várias pesquisas que continuamente precisam ser elaboradas para se conhecer a atual sociedade em que estamos inseridos.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Ensino Superior. Acesso e Permanência.

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo traçar o perfil dos estudantes acompanhados pelo projeto de extensão “Comunidades populares e o acesso às informações sobre políticas de ingresso no ensino superior” e a partir disso levantar considerações a respeito das políticas de ingresso e permanência no ensino superior.

Para tanto, as informações colhidas via questionário serviram para direcionar nosso olhar frente às dificuldades sofridas pelos referidos estudantes e, então, procurar meios para que estes pudessem adentrar, definitivamente, no espaço do terceiro grau de ensino brasileiro. Por meio das chamadas ações afirmativas, ou cotas, o ingresso naquele nível de ensino torna-

¹Trabalho vinculado ao projeto de extensão “Comunidades populares e o acesso às informações sobre políticas de ingresso no ensino superior”, devidamente cadastrado na PREX/UFPI.

² Trabalho feito sob orientação da professora tutora Dra. Cecília Maria Resende Gonçalves de Carvalho, Departamento de Nutrição – Centro de Ciências da Saúde – Universidade Federal do Piauí.

se menos obstaculizado e, pelas políticas de permanência, a manutenção destes alunos no espaço universitário faz-se de forma mais branda.

A partir da análise dos dados obtidos, portanto, este trabalho procura relacionar as condições sociais do público-alvo com o ingresso e a permanência universitária, enfatizando esta última. As oficinas de extensão levadas aos estudantes do terceiro ano do ensino médio foram decisivas, também, para que pudéssemos colher impressões internalizadas destes alunos sobre as diversas faces da dinâmica da academia.

2. Metodologia

Para a realização do presente trabalho, os alunos dos cursos de Direito, Serviço Social, Pedagogia e Ciência da Computação, vinculados ao Programa de Educação Tutorial (PET), fizeram uso de abordagens tanto quantitativas quanto qualitativas. Com base nas duas linhas de atividades a pesquisa se complementa, pois como dizem Minayo & Sanches (1993), em algumas circunstâncias, estas “(...) podem e devem ser utilizadas (...) como complementares” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 240).

As ações acontecem de forma interdisciplinar e participativa, envolvendo um grupo de estudantes dos cursos de graduação numa escola da rede estadual de ensino, localizada no bairro Promorar, zona sul do município de Teresina, PI, a Unidade Escolar Domício Magalhães de Melo.

Pretendeu-se, pois, realizar a construção de conhecimento científico e isso aconteceu com a devida articulação da teoria com a realidade social. Durante o desenvolvimento do projeto, ou seja, desde a sua fase de elaboração, foram formados grupos de trabalho e feito levantamento de artigos da cultura popular e científicos sobre as temáticas: instituição, público-alvo da intervenção; políticas de acesso e permanência no ensino superior. Depois disso, foram realizadas sessões educativas para oportunizar a reflexão e discussão, bem como o desenvolvimento de dinâmicas que levassem a um maior conhecimento e o envolvimento recíproco dos integrantes, sob supervisão e orientação da tutora.

A partir de então, foi feito o contato com a instituição e a apresentação do projeto junto à direção pedagógica da escola que prontamente apoiou a proposta de trabalho. Após esta fase, os estudantes da unidade escolar foram convidados a participar da pesquisa e receberam explicações acerca dos objetivos e procedimentos da coleta dos dados, garantindo-se o anonimato e o sigilo das informações.

Para a coleta das informações foi utilizado um questionário contemplando perguntas abertas e fechadas abordando dados pessoais e de percepção dos estudantes sobre o ensino

superior, questão-problema do projeto. O instrumento utilizado foi testado e adaptado especificamente para este estudo.

A partir do consentimento voluntário, o questionário foi aplicado, individualmente, em 28 estudantes do segundo e terceiro ano do ensino médio, no período de maio a agosto de 2013. Tais informações coletadas foram avaliadas e comparadas com a literatura existente a respeito dos dados pessoais (sexo e idade, por exemplo) e informações socioeconômicas (renda familiar).

As oficinas pedagógicas foram dirigidas aos estudantes do ensino médio e aconteceram, quinzenalmente, em sala de aula na própria escola. Foram fomentadas diversas discussões importantes sobre os programas de financiamento de bolsas para graduandos e a dinâmica de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí. Durante esta etapa, foram desenvolvidos materiais educativos com o uso de cartolina, revistas, cola branca, papel cartão, fita gomada e atividades lúdicas (dinâmicas e brincadeiras) para motivar o grupo e facilitar a aprendizagem. A falta de recursos financeiros foi um obstáculo importante, mas não desmotivou o grupo para o alcance dos seus objetivos.

3. Resultados e Discussão

Quando o jovem estudante chega ao ensino médio, muitas vezes enfrenta grandes dificuldades para acompanhar a dinâmica que lhe é proposta no processo escolar, pois os trabalhos exigem domínio de conhecimentos específicos com maior complexidade, além de cumprir um determinado número de disciplinas. Deste modo, o modelo educacional apresenta-se com muitos desafios, escolhas e responsabilidades que os estudantes não estão acostumados a assumir e seguir. Como exemplo cita-se as dificuldades manifestadas pelos participantes desta pesquisa em relação à escolha da profissão. Frente a estas questões, os alunos se sentem inseguros e temerosos de fazer a escolha errada do curso superior diante das diversas opções que surgem.

Em geral, os alunos, principalmente os provenientes das camadas populares, foco desta pesquisa, recebem um ensino que nem sempre vem acompanhado de qualidade para habilitá-los a ter uma oportunidade válida de ingressar no ensino superior. Em adição, por falta de oportunidade e devido à educação ruim que recebem, esses jovens acabam repetindo a mesma história de vida dos seus pais que, na maioria das vezes, e dentre outros motivos, foi marcada pela falta do acesso à escola, pelo fracasso escolar e especialmente pelo abandono da escola para trabalhar e garantir assim a sua sobrevivência e de suas famílias.

Para melhor identificar e compreender as necessidades, foi traçado o perfil dos estudantes, isto é, foram analisadas suas características individuais para desse modo descobrir suas dificuldades e apreciações a respeito da sua própria escola e do ingresso no ensino superior.

De acordo com os dados obtidos, a maioria dos estudantes é do gênero feminino, totalizando (72%). Isso mostra que as mulheres possuem maiores oportunidades de concluir o ensino médio que os homens, já que estes por sua vez, principalmente os que residem em comunidades populares, necessitam e são exigidos que ingressem mais cedo no mercado de trabalho para ajudarem na renda familiar, de acordo com Rosemberg (1989). Tal dado corrobora com o estudo de Zibas (1999), com o da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1998) e com o de Tokarnia (2013).

Outra questão abordada foi a renda familiar, sendo que a maioria dos estudantes pertence a famílias com renda inferior a um salário mínimo (42%). Boa parte dos alunos não soube opinar sobre isso, totalizando 33% dos entrevistados. Apenas 12% deles disseram possuir renda entre dois e três salários mínimos.

Sugere-se, portanto, o desenvolvimento de estratégias que mude a realidade destes alunos, de modo a favorecer o engajamento deles na universidade, um direito de acesso ao ensino superior público constitucionalmente garantido pelo princípio da igualdade. Portanto, é importante propiciar aos estudantes informações qualificadas, estimular a reflexão, despertar o interesse por uma profissão que atenda às aptidões e aspirações, e, além disso, programar e orientar a realização de cursos e oficinas sobre as ações afirmativas de ingresso e permanência no ensino superior.

3.1. Ações afirmativas na educação: o ingresso de estudantes vulneráveis na universidade

Tendo em vista a frágil educação disponibilizada no âmbito público do país, as ações afirmativas surgem como medidas imediatas para facilitar o ingresso de estudantes vulneráveis ao ensino superior. Estas ações afirmativas, ou, como comumente são chamadas, cotas, são formas de se reparar o passado (e o presente), marcados por vários tipos de desigualdades, fazendo com que estudantes de escolas públicas, negros ou não, possam conquistar o sonho de ingressar numa universidade. Adentrar neste ambiente, sem educação, estímulo e meio social compatível com os oferecidos aos estudantes favorecidos social e economicamente, ou sem as ações afirmativas em discussão, não seria amplamente possível para o alunado mais prejudicado.

Os estudantes que participaram deste projeto extensionista são potenciais beneficiários das ações afirmativas, em razão do perfil que apresentam estar profundamente associado com aquele de estudantes vulneráveis, do ponto de vista educacional, social e econômico.

De acordo com os dados colhidos, 42% dos estudantes possuem renda inferior a um salário mínimo e muitos dizem não possuir uma educação plena. A partir dessas informações, fica claro que as ações afirmativas são meios razoáveis para que estes alunos possam entrar na faculdade, desejada pela maioria deles, em razão do que foi mencionado pelos investigados.

Ao abordar sobre ações afirmativas, os adolescentes foram indagados sobre a importância do tema para facilitar o ingresso na educação superior. O resultado foi expresso de forma que, para eles, apenas a “força de vontade” se faz necessária para lograr êxito e conquistar uma vaga na universidade. Este fenômeno pode ser explicado pelo discurso vulgar a que todo cidadão têm acesso, haja vista a ampla divulgação, pela TV e jornal. Corroborando com isso encontram-se Leal, Grohmann e Silva, que afirmam que: “pressupondo-se que os valores hegemônicos seriam majoritários na circulação dos meios de comunicação de massa (...) estariam presentes na opinião dos adolescentes” (LEAL; GROHMANN; SILVA, 2010, p. 76).

O discurso em questão é usado de forma pejorativa sobre as cotas, reforçando a opinião veiculada de que são usadas como medida que seleciona incapazes, subtrai vagas de quem realmente merece, numa verdadeira tentativa para não admitir que as desigualdades existem e que são determinantes de uma universidade sem diversidade.

Houve, porém, uma tentativa para que esta visão negativa sobre as cotas fosse reconsiderada. No geral, os jovens mostraram-se receptivos com as explicações sobre as ações afirmativas, ou cotas, e bastantes interessados, manifestando concretamente mais motivação e interesse de entrada no terceiro grau.

Desta maneira, as ações afirmativas contribuem não só para reparar desigualdades, como também para diversificar o ambiente universitário. Ocorre que não apenas o ingresso deve ser levado em conta, é necessário perceber que a permanência de jovens na universidade possui caráter igualmente importante e decisivo para a efetivação dessas ações.

3.2. Política de permanência no ensino superior: complementaridade das políticas de ingresso

Tomando como referência as ações afirmativas, que têm como um dos condicionantes principais a renda familiar bruta mensal per capita, os alunos oriundos de escola pública, em

geral, possuem uma condição econômica pouco favorável para a sua permanência no ensino superior.

Para amenizar essa desigualdade no interior do ensino universitário, verifica-se a plena necessidade da elaboração e implementação de políticas de permanência, para além do ingresso desses estudantes em condições de vulnerabilidade econômica. É preciso alta prioridade no investimento desta linha de ação educacional para auxiliar os estudantes a permanecerem na universidade em padrão de excelência, visto que o ensino superior representa um investimento para ampliar as oportunidades para estes estudantes no mercado de trabalho.

Esta relação fica visível quando boa parte destes alunos relatou que nem eles e nem os seus respectivos pais podem mantê-los no ensino superior. Desta forma, esta realidade se compatibiliza com os dados obtidos num estudo recente do Observatório da Universidade Cândido Mendes, ao revelar que: “(...) 25% dos potenciais alunos universitários são tão carentes que não tem nem condições de entrar no ensino superior, mesmo se ele for gratuito” (PACHECO; RISTOFF, 2004, p. 9 apud ZAGO, 2006, p. 228). E para além deste déficit financeiro ainda existe o déficit informacional, cultural.

Mediante a ampliação do ingresso de alunos oriundos de camadas populares, e, além deles, do ingresso daqueles que entraram por cotas, ou por ações afirmativas, e também dos que vieram de escolas particulares, onde eram bolsistas ou possuíam baixa renda, fez-se necessário implantar políticas, conforme Zago (2006), voltadas para a permanência desses alunos no sistema educacional superior de ensino. Tais políticas começaram a ser implantadas mesmo que em proporção inferior às medidas que são realmente necessárias.

Sendo assim, as políticas de permanência possuem como objetivo principal diminuir as situações de repetência e de evasão escolar. Para tanto, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), assegura que o governo federal deve destinar recursos às instituições federais de ensino superior, os quais são aplicados em moradia, alimentação, transporte, inclusão digital, lazer, cultura, dentre outros.

Os estudantes acompanhados pelo referido projeto de extensão, portanto, devem estar assegurados por estas políticas que visam à manutenção na universidade, haja vista a grande compatibilidade de seus perfis com os requeridos pelas políticas de assistência estudantil, para que possam usufruir dignamente do tão almejado curso superior.

4. Considerações Finais

Como mostrado neste trabalho, a condição econômica e social dos estudantes é precária e, juntamente com o pertencimento à rede de ensino público, constitui as condicionalidades exigidas para que tenham acesso a ações afirmativas, ou cotas.

Diante desta situação, surge a necessidade de construir políticas que promovam, além do alargamento do acesso desses alunos, medidas que venham garantir melhores condições para que os mesmos consigam se subsidiar na universidade, tanto financeiramente quanto socialmente. As denominadas “Políticas de Permanência”, implementadas em universidades e institutos, apresentam cobertura de ação ainda muito pequena quando comparadas com as proporções reais de demanda.

Em relação à percepção sobre as políticas afirmativas em favor do ingresso no ensino superior, em geral, os resultados apontam para uma desinformação acompanhada por uma lógica rica de significados puramente pejorativos. É notória a importância do tema e mais estudos com essa população representam uma necessidade para compreender as transformações nas demandas para o ingresso no ensino, bem como no perfil dos estudantes na sociedade atual.

5. Referências

LEAL, P. R. F.; GROHMANN, R. N.; SILVA, R. S. **A extensão universitária a serviço da politização de adolescentes de bairros periféricos: o caso da oficina de cultura política em projeto da UFJF.** Extensão em Foco, n. 5, p. 75-85, jan./jun. 2010. Editora UFPR.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul./set. 1993.

ROSEMBERG, F. **2º grau no Brasil: cobertura, clientela e recursos.** Cadernos de Pesquisa, n. 68, p.39-54, 1989.

TOKARNIA, M. **Meninas têm mais chance de sucesso na escola do que meninos.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/.../meninas-tem-mais-chance-de-sucesso-na-esc> 31.03.2013>. Acesso em: 31 Ago. 2013.

UNESCO. **Rapportmondialsur l educacion.** Paris: Unesco, Le Monde, mar. 1998.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares.** Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 32, p. 226-237, mai./ago. 2006.

ZIBAS, D.; FRANCO, M. L. P. B. **O Ensino médio no Brasil neste final de século: uma análise de indicadores.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Textos FCC, n.18, 1999.

Educação Superior como Direito Social, Inserção no Mundo do trabalho e Construção da Cidadania: realidade ou utopia?

1. Jovina da Silva; 2. Francisco Renato Lima

1. Filósofa (UFPI). Pedagoga (FAEL). Mestra em Educação (UFPI). Docente da Faculdade Santo Agostinho (FSA). Email: projov@hotmail.com

2. Pedagogo (FSA). Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Educação Inclusiva com Docência do Ensino Superior (FTDR). Graduando em Letras - Português e Francês (UFPI). Docente da rede pública e privada de ensino. Email: fcorenatolima@hotmail.com

RESUMO

O direito a educação superior está assegurado pela Constituição Federal do Brasil de 1988 e regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A partir desse pressuposto, este estudo objetiva investigar a eficácia do direito à educação superior, no atendimento ao preparo profissional e promoção da cidadania social e política; com base no seguinte questionamento: O Direito à Educação Superior garantido na legislação brasileira tem eficácia na preparação profissional e na promoção da cidadania? Realidade ou Utopia? Toma-se como percurso metodológico a pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, confrontando fundamentos teóricos sobre a temática. A análise das informações realiza-se mediante a técnica de Análise de Conteúdos, adquiridos pela leitura da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 9.394/96) e autores como Chauí (2008), Chizzotti (1998), Pereira; Passos (2013), Sorj (2006), entre outros. A discussão aponta que o direito à educação é uma necessidade de promoção do homem e da sociedade, rumo à igualdade de oportunidades. No contexto sócio-histórico e político atual, a inserção profissional e a cidadania enfrentam novos desafios, buscam novos espaços de atuação e abrem novas áreas advindas das transformações pelas quais passa o mundo contemporâneo, portanto, torna-se importante ter o conhecimento das garantias educacionais legais e a efetivação real, o que implica em discernir se o que está na legislação tem cumprimento na prática ou se encontra apenas no plano teórico-discursivo, uma utopia.

Palavras chave: Educação Superior. Direito Social. Mundo do Trabalho. Cidadania.

1 Introdução

A constituição Federal do Brasil de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional garantem e regulamentam a educação no país. Nelas constam os preceitos que determinam a compreensão de educação superior e princípios norteadores das propostas de Ensino Superior adotadas pelas Instituições de Ensino Superior. O principal desafio é a efetiva aplicação desses dispositivos, tanto nos aspectos de formação profissional para a inserção no mundo do trabalho, como a construção da cidadania. Nesse estudo, busca-se responder ao seguinte questionamento: O Direito à Educação Superior garantido na legislação brasileira tem eficácia na preparação profissional e na promoção da cidadania? Realidade ou Utopia?

Este estudo objetiva investigar a eficácia do direito à educação superior, no atendimento ao preparo profissional e promoção da cidadania social e política. Portanto, é de fundamental importância buscar no acervo da literatura e no conjunto normativo, as bases desses direitos.

Na sociedade atual em que a inserção no mercado de trabalho e o exercício da cidadania enfrenta novos desafios, ocupam novos espaços de discussão e abrem novas áreas por meio das grandes transformações pelas quais passa o mundo contemporâneo, é importante ter o conhecimento das garantias educacionais e a efetivação real. Nesse sentido, o direito à educação escolar é uma necessidade de promoção do homem e da sociedade, rumo à igualdade de oportunidades.

A opção pelo tema deve-se ao interesse dos pesquisadores em contribuir para o debate da temática, a partir da compreensão de que a educação superior tem o papel de oportunizar aos sujeitos a qualificação para a inserção no mundo do trabalho e contribuir para a construção da cidadania. Questiona-se se estes princípios estão sendo realmente atendidos ou ainda persistem traços de resistência e desalinhamento a efetivação desse construto social.

2 Metodologia

Considerando o objetivo da pesquisa, trata-se de uma abordagem qualitativa no tratamento dos dados, a partir da leitura de teóricos que permitem uma discussão crítica do tema. Conforme Michel (2009, p. 36), este tipo de pesquisa caracteriza-se pela “relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre o pesquisador e o objeto de estudo. [...] na

discussão da correlação de dados interpessoais, na participação das situações dos informantes, analisados a partir da significação que estes dão aos seus atos”.

Na realização desta investigação, a trajetória metodológica desenvolve-se mediante pesquisa bibliográfica, que teve como apoio a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 9. 394/96), bem como a fundamentação de Chauí (2008), Chizzotti (1998), Pereira; Passos (2013), Sorj (2006), entre outros.

A análise e interpretação das informações procederam mediante a técnica de Análise de Conteúdos. Segundo Chizzotti (1998, p. 98) é uma técnica de pesquisa em ciências humanas e sociais, que privilegia uma análise “decompondo um texto em unidades léxicas, classificando-o segundo categorias, desvelando o sentido de uma comunicação no momento do discurso ou revelando os significados dos conceitos em meios sociais diferenciados”.

3 Resultados e Discussão

Os avanços e ao mesmo tempo os entraves para promoção de uma educação superior que atenda ao mundo do trabalho sem restringir a cidadania é um desafio. Trata-se de reafirmar a necessidade da formação humana e cidadã. Conforme Bernard apud Sorj (2006. p. 47) “[...] o conceito de cidadania implica a idéia fundamental de indivíduos regidos por regras universais de igualdade no acesso a direitos e no cumprimento de normas sociais.” Essa perspectiva, exige o aprimoramento da educação como um todo, e da formação de profissionais que vislumbram uma realidade mais humana, conscientes da necessidade de se combater as desigualdades sociais, através de intervenções que pressupõe uma visão crítica e interdisciplinar da realidade social da qual os sujeitos fazem parte.

A leitura dos apostes teóricos, apontam para um cenário de contradições entre ensino superior de visão mecanicista e a expectativa de um ensino permeado pela visão política e ética. Esta é ainda um desafio a ser alcançado, o que implica em uma sociedade mais justa em seus direitos, enquanto que a primeira é aquela que por sua natureza agrava a desigualdade no acesso das classes menos favorecidas político-economicamente.

Os alunos advindos desta classe além do processo educacional a nível básico não ter lhes preparado para concorrer em igualdade com os alunos oriundos da elite dominante do país, ao chegarem ao ensino superior encontram dificuldades para permanecer e concluir seus estudos, isso por vários motivos, tais como acumular estudo e trabalho para se manter, na maioria das vezes, em áreas que não tem relação com o estudo, a falta de um ensino básico

eficiente, produz uma sensação de incompetência, ou desafio para aqueles que mergulham na busca de seus objetivos. Nessa perspectiva, percebe-se que o sistema brasileiro de educação superior é ainda excludente, isto é, atende apenas uma pequena parcela dos jovens, e aqueles que já estão no mercado de trabalho e querem voltar aos bancos da educação superior buscando uma qualificação profissional. Conforme Pereira; Passos (2013, p.03)

Assimétrico, estando marcado pela inversão na representatividade da população de acordo com o nível de renda; a minoria da população com os níveis mais elevados de renda é predominante no ensino superior, enquanto a maior parte da população, com baixa renda, apresenta menor participação.

Historicamente, a desigualdade no acesso ao ensino superior no Brasil sempre esteve presente. “Desde que foi instituído em 1808, o ensino superior constituiu-se quase como um monopólio das classes dominantes econômica e politicamente” (PERREIRA; PASSOS, 2013, p. 05). Sendo assim, o

Ensino superior quando foi instituído no Brasil constituía importante capital de distinção social e somente com a Reforma de 1968, com a instituição de universidades em todas as unidades da federação e aumento do número de matrículas, outras classes sociais puderam vislumbrar possibilidades de acesso a esse nível educacional. Até então, o nível superior de ensino no Brasil funcionava para formar membros das elites para o exercício dos papéis sociais, políticos e econômico e político (PEREIRA; PASSOS, 2013, p. 20).

Nesse contexto, entende-se que somente o Estado Democrático de Direito, em efetiva plenitude, possibilitará que o Ensino Superior seja um direito social, que além de inserção no mercado de trabalho, oportuniza a construção da cidadania, superando a anomalia educacional, ao se compreender a educação como um serviço. Para Chauí (2008) isso significa que a “educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser um serviço que pode ser privado ou privatizado”, o que ultrapassa a noção de classificar as instituições de ensino, relacionado ao atendimento em igualdade de oportunidades, o que implica em tratar os diferentes de forma diferente para que tenham a esperada igualdade de direitos.

A instituição de ensino superior precisa transformar-se, para atender a demanda social e do mundo do trabalho, tornando-se um espaço de formação, transformação e produtividade. No cenário acadêmico, há de se buscar, além das preocupações de natureza mercadológica,

um incremento das atividades formativas na perspectiva de produzir conhecimentos e formar profissionais críticos e transformadores da realidade social, no enfrentamento dos dilemas de uma sociedade que respeite a equidade e a imparcialidade para reconhecer o direito de cada um, usando a equivalência para se tornarem iguais e a dignidade da pessoa humana.

Cabe a instituição formadora viabilizar um ensino desprovido de exclusão, atendendo ao critério de construção da cidadania, o que pressupõe a promoção de uma educação para a formação integral do homem, possibilitando o desenvolvimento dos saberes sociais, profissionais e, reinventando-os, contribuindo para as transformações sociais e pessoais.

Portanto, a educação superior para a inserção no mundo do trabalho e a construção da cidadania, não se restringe ao espaço escolar formal, exige experiências de vida e de relação com o saber. A cidadania se aprende na prática, é um direito assegurado pelo Estado, que tem o dever de prestar serviços educacionais com a finalidade de preparar o aluno para além do mercado de trabalho do século XXI, mas para o ímpeto da soberania da criatividade e autonomia na forma de pensar e agir.

4 Considerações Finais

O estudo mostra que uma formação linear, seja visando só à aquisição de habilidades técnicas profissionais, ou políticas no sentido de escolhas em função do poder econômico, e desconsiderando valores importantes como respeito, realização pessoal, compromisso coletivo, torna-se insuficiente na contemporaneidade, pois a promoção integral do homem, exige um pensar e um agir conscientes de seu papel, um ser não apenas em si, mas para si, um vir a ser, que pressupõe um projeto a ser concretizado.

Em suma, urge planejar e implantar ações estratégicas numa visão multidimensional inclusiva, onde a sociedade e gestores busquem trilhar um caminho para a promoção do ser humano, e conseqüentemente, das instituições sociais e profissionais. Torna-se necessário o enfrentamento dos dilemas entre os valores de uma sociedade capitalista, competitiva e a realização humana na visão de igualdade para todos.

Em via deste entendimento, acredita-se que o atendimento às exigências do mundo do trabalho e construção da cidadania é objeto de luta de todos, o que implica em desconstrução das subjetividades de base capitalista, rumo a uma formação que desenvolva competências nos sujeitos participantes, respeite a diversidade e proponha ações desafiadoras as quais levam

o sujeito a enfrentar a si mesmo no confronto entre o que somos e o que os outros desejam de nós, entre as expectativas pessoais e a comunicação e contribuição ao coletivo.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1998.

_____. Lei Federal nº 9.394/96. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: MEC, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2008.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**: Um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalho monográfico. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PERREIRA, Samara Cristina Silva; PASSOS, Guiomar de Oliveira. **Desigualdade de Acesso e Permanência na Universidade**: Trajetórias Escolares de Estudantes das Classes Populares. Disponível em: < <http://www.ufpi.br/subsiteFiles> >. Acesso em: Abril/2013.

SORJ, B. **Cidadania, direitos humanos e desigualdade social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PET Cidade Saúde e Justiça Três Anos de Experiência e Aprendizado no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros em Picos – Piauí: uma retrospectiva de sua intervenção aos olhos do Participante

Luan Cardoso Silva¹; Janille Maria Lima Ribeiro²; Ana Roberta Vilarouca da Silva³

¹ – Universidade Federal do Piauí. Acadêmico de História/CSHNB. Bolsista PET.

² – Universidade Federal do Piauí. Docente da Graduação no CSHNB.

³ – Universidade Federal do Piauí. Docente da Graduação em Enfermagem/CSHNB. Docente Mestrado Ciências e Saúde/CCS. Tutora PET/CSHNB.

RESUMO

Este resumo contará um pouco sobre a História de criação e fundação do Programa de Educação Tutorial (PET) Cidade saúde e Justiça “Conexão Saberes” na Universidade Federal do Piauí – UFPI campus Senador Helvídio Nunes de Barros em Picos – PI o mesmo que completará este ano três anos de sua existência onde num curto intervalo de tempo foram feitas muitas coisas que serão relatadas aqui neste artigo também à experiência e aprendizado, o convívio entre os bolsistas e a tutora será abordado aqui também numa forma de retrospectiva e veremos no decorrer deste tempo tudo o que já foi feito pelo PET para o campus de Picos como também para a Cidade de Picos em particular o Bairro Parque de Exposição local de maior vínculo e atuação nestes primeiros passos dados dessa caminhada de luta e inclusão social e de troca de saberes, pois o conhecimento acadêmico como diz Paulo Freire deve ultrapassar os muros da Universidade e chegar até a comunidade estabelecendo uma troca de experiências e aprendizado.

PALAVRAS CHAVE: Experiência. Aprendizado. Retrospectiva. Intervenção.

INTRODUÇÃO

O PET (Programa de Educação Tutorial) visto por seu criador Cláudio de Moura Castro quando diretor da CAPES, entre 1979 e 1982 copiou uma invenção do Professor Ivon Leite de Magalhães Pinto da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Nesse intuito qual seria a lógica do PET? O PET tem uma lógica muito simples antes de tudo, não é um sistema de voluntariado visando resolver um problema social. Não é para usar os bolsistas como substituto dos professores (os bolsistas não devem virar monitores de tempo completo, essa não é a lógica do programa). Tampouco, a sua dinâmica e a sua lógica podem virar rotina de quartel.

PET não é instrumento de equidade, de benemerência ou de justiça social. É concebido para ser a meritocracia mais pura e rude. Ou é bom – e sua sangue – ou está fora, no PET Obviamente, espera-se que os seus graduandos, quando se tornarem profissionais importantes, preocupem-se muito com equidade. Mas no PET, trata-se de buscar os melhores candidatos e oferecer-lhe as melhores condições de crescimento intelectual.

O PET foi criado para formar as pessoas que vão mudar o Brasil. Nada menos do que isso. Já que não é possível criar Oxford, com meia dúzia de alunos, o PET deve ser um enclave de superqualidade dentro de universidades de massa. Podemos pensar no seu papel de reforçar áreas problemáticas. Mas no nível individual, é a meritocracia pura, pois o critério de escolha e permanência no PET tem que ser brutalmente meritocrático.

Agora citarei alguns princípios básicos norteadores do PET que são muito simples: Tutores inspirados e inspiradores, Controle do tempo, afim de não precisar controlar muito as atividades específicas, Espaço físico suficiente e adequado para os alunos, fator importante para promover a integração do grupo, Criação de um espírito de solidariedade e competição acadêmica, valorizando o esforço e a vida intelectual e por fim seleção meritocrática dos candidatos e grupos.

Foi nesta concepção que os professores do campus Senador Helvídio Nunes de Barros (Campus de Picos) da UFPI (Universidade Federal do Piauí) Janille Maria Lima Ribeiro, Fortunato Monge e Ada Raquel Teixeira Mourão através de um Edital Aberto pelo MEC e SISU concorrido no Brasil Inteiro com as demais universidades pelo tema “PET conexões e saberes” foi contemplado e agraciado em Novembro de 2010 com a aprovação do Projeto enviado pelos professores ao MEC e SISU sendo um marco histórico e de muita valorização para um campi localizado no interior do Piauí.

Passado toda esta fase burocrática de regularização e consolidação do programa ficou definido que a Professora Msc. Janille Maria Lima Ribeiro seria a Tutora do PET de Picos campus da UFPI “conexão e saberes” auxiliada pelos professores Msc. Fortunato Monge e Msc. Ada Raquel Teixeira Mourão, os mesmos também fizeram um edital e abriram para as inscrições dos primeiros bolsistas a ser contemplados pelo programa abrindo vaga para 12 bolsistas dos 9 cursos de graduação do CSHNB da UFPI campus de Picos.

Onde foi realizado duas etapas do concurso a primeira seria uma prova de exame intelectual onde os alunos teriam que escrever um texto dissertativo sobre o tema

Cidade Saúde e Justiça num total de 60 discentes inscritos só 25 foram selecionados para a segunda fase do exame, que seria a entrevista com os três professores criadores do PET do campus SHNB da UFPI desses 25 entrevistados só restariam 12 Discentes que seriam chamados para serem bolsistas do programa foi então que na primeira reunião do PET ocorrida no dia 10 de dezembro de 2010 em uma sala de aula do campus por volta das 8:00Hs da manhã com os 12 bolsistas e os três professores criadores do PET da UFPI de Picos.

Foi criado o grupo e a data de fundação do programa no campus de Picos da UFPI e batizado com o nome que foi levado no projeto aprovado pelo MEC e SISU “PET Cidade Saúde Justiça”. A partir daí começamos os nossos trabalhos de intervenção no Campus da UFPI de Picos e deste tempo até hoje já aconteceu muita coisa e está acontecendo muito, mas, pois já faz um ano e meio de trabalhos de experiência, alegria, frustrações, decepções, superação, amizade e convívio de pessoas diferentes de cursos diferentes de ideias diferentes e isso que nós faz de inovador e únicos no Piauí e por que não no Brasil.

Desde a data de fundação do programa muitos bolsistas passaram por aqui e outros como eu continuam no projeto, costumamos dizer no grupo que uma vez petiano sempre petiano. São estes os bolsistas que contribuíram e contribuí até hoje para o crescimento intelectual do nosso campus: Bárbara Beatriz (ADM), Camila Dias Andrade (NUT), Eveline Maria Bento Costa (HIS), Erick Willer Rodrigues (HIS), Eugênio de Melo (ENF), Eliano Batista (HIS), Eduardo Bezerra (ENF), José Elierson Moura (HIS), Janaílsa (PED), Karla Jessik Fernandes (ENF), Luan Cardoso Silva (HIS), Larice íris Marinho (HIS), Maísa de Lima Claro (NUT), Nathany Rocha de Jesus (HIS), Rielly Sousa (ENF), Robson (HIS), Silvia Noeli Firmeza (ENF), Trindade Santos (ADM).

METODOLOGIA

Ao longo desse tempo fomos altamente treinados e capacitados para exercer a intervenção no campus de Picos, pois graças às leituras de textos que fazemos por semana ajuda muito além da tarefa de fazer resenha do texto que serve como um treino para escrita e o grupo de estudos que é feito sobre os textos do grupo PET onde debatemos cada ponto do texto a nosso entendimento e interpretação do nosso ponto de vista, que ao final do debate é esclarecido pela tutora do PET aprendemos a como ler

um texto, pois existem vários métodos de leituras cabe a cada um se enquadrar no melhor método que achasse lemos textos de motivação ensinando-nos a aprendermos a ter o estudo como hábito, lemos textos sobre cidades, pois trabalhamos no PET com esse tema.

No que se referem à saúde nós usamos como ferramenta de conhecimento textos de Psicologia Social para buscarmos entender melhor a sociedade o espaço e mundo em que vivemos a cultura também e de grande importância para nós e sobre Justiça lemos textos da Filosofia, pois a base da justiça esta inserida em um contexto filosófico como vimos na obra de Nytramar de Oliveira conhecida por Rawls que se trata de uma teoria da justiça.

Aprendemos ao longo desse tempo muita coisa como as Normas para indicação de Referência da ABNT, sobre Projetos de Pesquisa como as primeiras questões como definir o que é um projeto de pesquisa a sua estrutura básica e entender a subjetividade na investigação científica, esclarecimentos sobre termos de monografia, Dissertação e Tese, apreendemos a fazer Questionários para o projeto de pesquisa suas funções e características os tipos de questionários, tipos de perguntas suas vantagens e Desvantagens, aplicação dos mesmos sua construção, preparação e Recomendações e Disposição das perguntas para facilitar a análise e por fim o Pré-Teste.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Vimos como é difícil arte/Ciência de pesquisar com o cotidiano, pois fomos todos ensinados, na considerada importante disciplina Metodologia da Pesquisa, que o sujeito da pesquisa há que manter a indispensável neutralidade, de modo a não contaminar os resultados de sua pesquisa. E que a outra da pesquisa é o objeto, do qual deveríamos manter uma distância prudente, a fim de garantir a objetividade na relação sujeito-objeto.

Nesse processo de pesquisa que, cumprindo o que deveria ser esperado de uma pesquisa que se prezasse, é mutante, gera insegurança e provoca incertezas, revela o insuspeitado, desconcerta com a relação de acasos, algumas vezes confirma pistas, outras destroem, nos incita garimpar para então se mostrar, cobra humildade, coragem, perseverança, dedicação, mas devolve a alegria da descoberta, da aprendizagem, da co-aprendizagem. Isso faz com que comesse a se fazer perguntas sobre o processo de

ensinar e aprender, tentando melhor compreender a reação de cada aluno ao que pretende ensinar. “Não há método, não há receita somente uma grande preparação”.

Fomos capacitados na Observação Participante na Pesquisa Qualitativa: conceitos e Aplicações na área da Saúde onde podemos concluir que a observação participante é uma ferramenta importante e facilitadora para a construção do conhecimento nas pesquisas em saúde, principalmente na comunidade aprendemos suas etapas Habilidades e Competências do Observador, os pressupostos Alcance e Limite da Observação Participante.

Aprendemos sobre a documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: como algumas considerações acerca do diário de campo vêm que a documentação é fundamental no processo de obtenção e análise de dados, pois permite a sistematização da intervenção desenvolvida pelos Assistentes Sociais e estudantes tanto nos processos investigativos sobre a realidade social, os sujeitos e o processo de intervenção profissional, quanto marcos orientadores para as suas ações quando articuladas em diferentes processos de intervenção.

Além de projetos de Pesquisa e Extensão que desenvolvemos ao longo deste Período muitos deles concluídos ou em fase de conclusão outros em fase de andamento agora citarei aqui alguns projetos de pesquisa desenvolvidos pelos Petianos no PET como o trabalho intitulado “Os Começos e a Formação da Cidade de Picos em Flashes de memórias” Orientados pela Professora Msc. Ada Raquel Teixeira Mourão Escrito por mim e o Petiano José Elierson lotado na área de Humanas, outro Projeto e o da área da Saúde desenvolvido pelos Petianos Camila Dias, Eugênio Barbosa Melo, Karla Jéssik, Maísa Claro e Silvia Noeli intitulado de “O Conceito e a vivência de saúde dos moradores do Bairro Parque de Exposição: o que pensam e como agem na busca pela saúde”, orientado pela professora Msc. Janille Maria Lima Ribeiro (Tutora) outra pesquisa desenvolvida no PET e da área de Exatas é desenvolvido pelas Petianas Bárbara Beatriz e Trindade Santos intitulado “Economia solidaria: Desenvolvendo a comunidade como um todo” orientado pela Professora Msc. Janille Maria Lima Ribeiro.

E por fim outra Pesquisa da Humanas intitulada “O Rio Guaribas e o processo Histórico da identidade de lugar dos Picoenses de 1950 aos dias Atuais” desenvolvida pelos Petianos Larice íris Marinho e José Elierson orientados pela professora Msc. Ada Raquel Teixeira mourão, sem contar como os projetos de extensão que são desenvolvidos pelos Petianos junto com a tutora no Bairro Parque de Exposição em Picos – Piauí como o projeto da Casa Aliança, Grupo de Idosos que tem parceiros com a

professora Iael Sousa (história) Casa Aliança e a professora Teresa Galiza (enfermagem) grupo de idosos e ainda a professora Marylu Oliveira (história) do grupo de Teoria da história. Outros projetos em andamento e a BiblioPET (Biblioteca Particular do PET Cidade saúde e Justiça, CinePET (exposição de filmes e documentários) e a RádioPET (programa de rádio do PET semanal)

Também realizamos o I fórum do PET cuja experiência não foi muito proveitosa, mas em compensação realizamos o I e II Encontro do PET Cidade Saúde e Justiça que e um sucesso no CSHNB - UFPI onde caminhamos para a realização do nosso III Encontro onde fazemos mesas Redondas de discussão, Palestras, apresentação de trabalhos e simpósios Temáticos, atividades culturais etc. Para o próximo ano faremos a recepção dos novos calouros do CSHNB – UFPI apresentaremos seminários e palestras para eles compreenderem o mundo acadêmico e atividades culturais para eles se integrem a Universidade da melhor forma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse e o PET Cidade Saúde e Justiça do CSHNB - UFPI Picos Piauí que tenho orgulho de fazer parte, pois erramos muito, mas a cada dia estamos aprendendo mais e mais em acertar para melhor representar nosso povo o nosso torrão nesses dois anos e meio podemos perceber o quanto foi feito em meio as dificuldades e o quanto ainda tem para ser feito, mas e preciso abraçar e acreditar que somos capazes de tal coisa e confiar em si mesmos parabéns PET Cidade Saúde e Justiça pelos seus dois anos de Intervenção tanto no CSHNB – UFPI como na cidade de Picos PI. Que venha um futuro bem promissor para todos nós que fazemos parte desta equipe que para mim em particular já e a minha Família a minha segunda Casa.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Cláudio Moura de. **O PET visto por seu criador**. Artigo transcrito de uma palestra entre 1979 e 1982.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira prefácio de Jacques Chonchol 7Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1983.

GONSALVES, Eliza Pereira. **Conversas sobre iniciação á pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora alínea, 2007.

GARCIA, R. **Método, Métodos, contramétodos**. São Paulo: Cortez, 2003.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Normas para referências, citações e notas de rodapé da universidade Tiradentes**. Aracaju: UNIT, 2003.

LIMA, Telma Cristiane Sasso. MIOTO, Regina Célia Tamaso. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. **Revista Textos & Contextos**; v.6, n. 1, p.8-10. 2007.

MARTINS, Lígia Márcia. **Ensino – Pesquisa – extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade**. São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Nythamar **de Rawls**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

QUEIROZ, Teixeira Danielle. VALL, Janaina. SOUZA, Ângela Maria Alves. VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. Observação Participante na Pesquisa Qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **R Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, 2007

SILVIA, Rosalina Carvalho da. **Metodologias participativas para trabalhos de promoção de saúde e cidadania/** Rosalina Carvalho da Silva – 1Ed. São Paulo: Vitor, 2002.

**Conhecendo a história por meio da literatura:
parceria universidade-escola básica¹**

Cláudia Cristina da Silva Fontineles²
ÁREA TEMÁTICA: 7- EDUCAÇÃO

Resumo: O presente texto é fruto de uma atividade extensionista promovida em parceria entre professores das Universidades Federal do Piauí – UFPI e Estadual do Piauí – UESPI e os professores de Letras Português e História da rede estadual do Piauí, financiado por um edital FAPEPI/SEDUC. As atividades propostas foram desenvolvidas em uma escola pública da rede estadual, situada na zona sudeste de Teresina e que tinham como propósito integrar duas áreas fundamentais para o desenvolvimento crítico-reflexivo dos estudantes, capazes de contemplar eficientemente estas dimensões: História e Literatura. A metodologia adotada consistiu no trabalho com discentes da Educação Básica de obras literárias em que eram tratados temas pertinentes à história nacional e piauiense, tendo como resultado o crescimento do interesse dos referidos estudantes pelas temáticas estudadas e o seu amadurecimento em relação à história brasileira – dando realce às interfaces com o cenário piauiense.

Palavras-chave: História. Literatura. Ensino. Extensão.

Introdução

O conhecimento histórico tem, entre tantas possibilidades, a capacidade de contribuir para que o ser humano se situe no tempo e no espaço em que constrói suas sociabilidades e formas de sentir e de pensar, bem como as relações de poder que se configuram em seu entorno, comparando-as com o que ocorre em outras épocas e sociedades. Assim, o ensino de História no Ensino Médio deve possibilitar refletir acerca das problemáticas que envolvem as ações humanas e pensá-las em suas diferentes temporalidades, comparando-as com a do tempo vivido pelos educandos, discutindo sobre suas necessidades e possibilidades de mudanças ou de manutenção de determinadas ações individuais e coletivas.

Assim, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1999), no Ensino Médio a área de História deve desenvolver as competências de Representação e comunicação, Investigação e compreensão, Contextualização Sociocultural. Para que isso ocorra é fundamental despertar a sensibilidade e a criticidade nos estudantes por

¹ O presente texto é fruto do projeto de extensão *Visitando a História por meio da Literatura*, financiado pela FAPEPI/SEDUC.

² Professora Doutora da Universidade Federal do Piauí (Pós-Graduação em História e Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino – DMTE e Coordenadora de área de História do PIBID/UFPI/CAPES).

meio das diferentes linguagens disponíveis no cenário escolar e extraescolar e promover a integração dos temas discutidos no componente curricular de História aos demais componentes curriculares.

O presente texto discute os resultados do projeto *Visitando a História por meio da Literatura*, que tinha como propósito integrar duas áreas fundamentais para o desenvolvimento crítico-reflexivo dos estudantes, capazes de contemplar eficientemente estas dimensões: História e Literatura. Interdisciplinaridade, aliás, já conquistada no âmbito acadêmico por meio das pesquisas que tem gerado textos de dissertação de mestrado e teses de doutorados, mas ainda deficitária em nível de Educação Básica, porém, que tem uma dimensão muito ampla se considerada sua abrangência e poder.

Ensinando História por meio da Literatura: metodologia

Assim, visava-se trabalhar a história por meio da leitura, análise e debate de obras literárias de diferentes gêneros e períodos históricos, estudando as circunstâncias nas quais elas foram produzidas e consumidas, procurando entender tanto o cenário de sua produção, de sua circulação, quanto as repercussões de sua recepção, bem como os interesses e propostas dos seus autores. Com isso, pretendeu-se cumprir o que estabelece o art. 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, quando define que o currículo do Ensino Médio “destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania” (BRASIL, 1996).

Com essa atividade de extensão foi possível criar as mediações em que os estudantes do Ensino Médio de uma escola da rede pública estadual do Piauí, situada na região sudeste de Teresina, lessem e discutissem textos da literatura brasileira – incluindo produções piauienses – articulando constantemente a produção, a obra e o autor. A leitura inferencial visava estimular o entendimento dos textos por meio de metodologias diversificadas – desde leitura direcionada às problematizações acerca da pertinência das temáticas no mundo contemporâneo, promovendo a articulação entre os diferentes níveis temporais que a obra literária possibilita contactar, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais de História.

Os desafios enfrentados: Resultados e Discussão

Entre as habilidades precípuas propostas para a área de História no Ensino Médio destacam-se a de: “Crítico, analisar e interpretar fontes documentais de natureza diversa, reconhecendo o papel dos diferentes contextos envolvidos em sua produção” e “Produzir textos analíticos e interpretativos sobre os processos históricos” (BRASIL, 1999, p. 307). Além disso, o trabalho interdisciplinar há muito desafia e integra o ofício do historiador no desenvolvimento de suas pesquisas, e, embora muito proposto para a obtenção de eficiência no ensino na Educação Básica, ainda tem permanecido predominantemente no campo discursivo.

Isso, portanto, ainda carece de uma maior efetivação nas práticas pedagógicas em vigor na maioria das escolas do país, negando aos estudantes os eixos estruturais da educação escolar exigidos pela UNESCO para o mundo contemporâneo, que seriam o *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser*. A LDB n. 9394/96, em seu art. 35, ainda ressalta que estão entre as finalidades do Ensino Médio: I- a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental; II – preparação para o trabalho e a cidadania, desenvolvendo autonomia intelectual e pensamento crítico; III – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática.

Considerando o exposto, o que se conquistou com a execução deste projeto foi a contribuição para que os estudantes da Rede Estadual de Educação do Piauí alcançassem estas finalidades através do estudo interdisciplinar que envolvesse o estudo de História por meio de obras literárias, permitindo, além do desenvolvimento de habilidades conceituais (os conhecimentos específicos da área da História), atingir habilidades procedimentais (a capacidade de relacionar os vários conhecimentos estudados) e atitudinais (o amadurecimento nas condutas assumidas pelos educandos do que fora estudado), exercitando o pensar crítico e a compreensão do mundo contemporâneo por meio da comparação entre as várias situações apresentadas, sem que isso, implique em uma análise anacrônica da história.

O pensar do agir humano no tempo - com suas diferentes significações e apropriações, suas rupturas e permanências - não pode e não foi ignorado neste projeto, posto que veio acompanhado do compromisso com o desenvolvimento da leitura e da escrita pelo público da escola selecionada e da comunidade na qual esta estava inserida, uma vez que contribuiu para diminuir as barreiras entre o conhecimento de História e a prática da leitura e da escrita, aliás, assim como sugere Fernando Seffner (2000), o espaço escolar é o lugar formal da cultura escrita, devendo ser também o espaço em que a leitura e a escrita sejam exercitadas de maneira prazerosa por todas as áreas, inclusive História.

Além da compreensão da história por meio de textos literários, este projeto também possibilitou desenvolver o interesse dos estudantes do Ensino Médio pela

leitura e escrita inferenciais, cujos frutos foram o amadurecimento nas dimensões do pensar historicamente e do ler e escrever de maneira consciente e competente, aliás, ler e escrever devem ser habilidades desenvolvidas com a colaboração de todas as áreas, não somente Língua Portuguesa, e por representarem patrimônios da história e da cultura brasileiras, assim devem ser entendidos e valorizados pelo espaço escolar, que é o *locus* privilegiado da conservação do patrimônio cultural acumulado socialmente ao longo do tempo.

Foi sob essa perspectiva que a leitura das obras literárias em apreço foi pensada e desenvolvida na referida escola pública, defendendo a capacidade de superação das várias dificuldades enfrentadas no cenário escolar local.

Para isso este trabalho só foi possível a partir da colaboração de dois professores da rede pública – um da área de Letras; outra da área de História – com o interesse de promover um trabalho de cunho interdisciplinar, além de contar com colaboração para capacitar estes professores de profissionais de reconhecida competência nas áreas de História, Letras e Pedagogia das duas maiores universidades públicas do Estado, que atuam tanto no cenário universitário quanto na Educação Básica no Estado do Piauí, tendo o caráter interinstitucional e interdisciplinar.

A partir do estudo das obras literárias foi possível estimular estudantes do Ensino Médio a se interessarem pela leitura e pela compreensão do conhecimento histórico por meio da leitura de obras literárias, potencializando o desenvolvimento de sua sensibilidade e de sua postura crítica, inserindo-lhe no cenário histórico das obras trabalhadas de maneira a reconhecerem seu protagonismo.

Também foi possível estabelecer um diálogo cooperativo entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes produzidos no cenário escolar, socializando as práticas educativas existentes entre as diferentes áreas envolvidas no projeto, uma vez que para desenvolver as atividades previstas no projeto era necessário relacionar as diferentes potencialidades e habilidades que os estudantes dispunham, mas também era necessário definir o que cada componente curricular poderia colaborar.

Assim foi possível incentivar que os estudantes reconhecessem os diferentes contextos históricos evidenciados nas obras literárias analisadas, bem como as circunstâncias históricas nas quais foram produzidas e consumidas, nas dimensões constituição e significação, bem como comparar problemáticas nacionais e piauienses evidenciadas nas obras literárias em apreço com as existentes no presente, reconhecendo suas relações de continuidade/permanência e de ruptura/transformação. O estudo das configurações históricas demandou dificuldades, mas nenhum desafio foi maior que o de estimular o interesse dos estudantes pela leitura, haja vista as muitas dificuldades que os permeavam. Por isso este foi o momento o que demandou maior empenho e zelo dos participantes.

Superados esses obstáculos, foi possível contribuir para o estudante do Ensino Médio posicionar-se conscientemente diante de fatos históricos presentes a partir da

interpretação de suas relações com o passado exposto nos textos analisados, por meio de uma leitura inferencial e o amadurecimento da escrita, contribuindo para o êxito dos estudantes da escola pública estadual em exames como o ENEM.

Considerações Finais

Por meio deste estudo foi possível reconhecer a validade de trabalhos interdisciplinares na Educação Básica, bem como a validade de desenvolver atividades de extensão, cuja ação visa aproximar a Universidade da sociedade na qual está inserida. Pela presente atividade foi possível por em evidência o quanto não deve haver hierarquia entre esses espaços de saber, mas uma interação e integração.

O presente estudo possibilitou despertar o interesse dos estudantes pela leitura, pela literatura e pela história, consequentemente, estimulando-os a se interessarem por sua própria realidade, além de termos conseguido propor uma parceria entre os professores universitários envolvidos no projeto e os profissionais da Educação Básica, junto à comunidade, sem hierarquizações, para que a história pudesse ser lida, pensada e vivida de maneira crítica, consequente e responsável, cuja principal produção fosse o interesse e envolvimento dos estudantes com as histórias lidas e com sua própria história.

Referências

- BALDIN, Nelma. *A História dentro e fora da escola*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.
- BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*, 2ª ed. São Paulo: Contexto. 2002.
- BRASIL. *Lei n. 9.394/96*. Brasília: Gráfica do Congresso Federal. 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC; SEMTEC, 1999.
- CABRINI, Conceição [et. al.]. *O ensino de história: revisão urgente*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- EAGLETON, T. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática de Ensino de História*. Campinas/SP: Papirus, 2003.

JOBIM, José Luís. A literatura no ensino médio: um modo de ver e usar. In: ZILBERMAN, Regina; ROSING, Tania M. K. (Orgs.). *Escola e leitura: velha crise, novas alternativas*. São Paulo: Global, 2009.

KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2008.

LOIS LENA. *Teoria e prática da formação do leitor: leitura e literatura na sala de aula*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MINDLIN, José. *No mundo dos livros*. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. IN.: *Educação e Sociedade*. 2ª ed. Campinas/SP, n. 68, CEDES, 2001.

SEFFNER, Fernando. Leitura e Escrita na História. In.: NEVES, Iara Conceição B. *Ler e escrever: compromisso de todas as áreas*. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2000.

SEIXAS, Heloisa. *O prazer de ler*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis,RJ: Vozes, 2005.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

VILLARDI, Raquel. *Ensinando a gostar de ler: formando leitores para a vida inteira*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZILBERMAN, Regina. *A leitura e o ensino da literatura*. São Paulo: Contexto, 1988.

Utilização de Dinâmicas de Grupo pra Prevenção do Uso Abusivo de Drogas na Unidade Educacional Araci Lustosa

Débora de Albuquerque Pereira¹; Bárbara de Albuquerque Pereira¹; Mariza Ferreira de Sá¹;
Francisco Cleiton da Rocha²

Bolsista PIBID/UFPI/CAPEŠ¹; Coordenador de Área – Biologia/PIBID/UFPI/CAPEŠ²

RESUMO

É na escola onde ocorre a interação primordial dos indivíduos em grupos desde a infância até a vida adulta. Durante o desenvolvimento humano essa interação é importante e fundamental, como também na construção de suas relações sociais. Todavia, os tipos de relação que ocorre no contexto escolar são de ampla complexidade que podem refletir problemas que surgem tanto dentro quanto fora do ambiente escolar. Assim, um problema de grande relevância na sociedade e que vem refletindo no ambiente escolar é o problema das drogas, que entre muitos interferem no processo de ensino- aprendizagem. O presente trabalho desenvolvido pelo PIBID (programa institucional de bolsa de iniciação a docência) na unidade escolar Araci Lustosa, propõe discutir os problemas causados pelas drogas em âmbito escolar, e prevenir o uso abusivo, a partir de esclarecimentos com a utilização de atividades lúdicas como, dinâmicas de grupo relacionado à temática abordada. No entanto, todas as atividades desenvolvidas pela escola foram no intuito de aplicar estratégias educacionais visando permitir a interação e reflexão. Sendo assim, as estratégias de prevenção abordam a integralidade pessoal e social do adolescente preconizando as consequências e buscando um bom convívio no âmbito escolar.

PALAVRAS CHAVE: PIBID, Educação Básica, Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

O uso de drogas na adolescência é um tema que preocupa famílias, educadores e profissionais da saúde. Estudos investigam desde a idade em que ocorreu o primeiro uso até

Projeto “Ações educativas voltadas para o combate ao uso de drogas nas escolas públicas de Bom Jesus-PI” como parte integrante do subprojeto do PIBID/UFPI/BIOLOGIA

as principais influências ou fatores de risco para o estabelecimento do comportamento de consumo de substâncias, e os aspectos familiares envolvidos no processo.

Alguns dos fatores fortemente associados ao uso de drogas por adolescentes são: a facilidade de obtenção e o consumo de drogas pelos amigos. Na adolescência, a necessidade de fazer parte de um grupo assume grande importância, pois ajuda na afirmação da própria identidade, aumenta as opções de lazer e reduz a solidão. As atitudes assumidas pelo grupo passam a ser tão ou mais importantes do que alguns valores familiares, pois dele vem parte do suporte emocional e a aceitação pelos outros componentes reforça a auto-estima.

Durante esse período de transição entre a infância e a vida adulta, caracterizado pela necessidade de integração social, busca da autoafirmação e da independência individual, além da consolidação da identidade sexual e emoções conflitantes (SILVA E MATOS, 2004). Pode ser considerada a etapa de desenvolvimento, envolvimento e adaptações.

A família se encontra como a primeira e mais importante linha de defesa dos jovens e adolescentes contra o contato com as drogas por parte de seus próprios filhos. Torna-se fundamental que os pais estejam se informando e tendo um contato mais a fundo da vida social de seus filhos, e dos impactos causados pelo uso de drogas, a saúde mental, física e social.

As escolas também têm um papel importante na prevenção da inserção do alunado no “mundo das drogas”, pois trazem conhecimentos ainda não vistos por muitos usuários e assim como incentiva muitas vezes o afastamento desses adolescentes do uso de drogas e prevenindo a entrada de outros.

A partir desse contexto torna-se importante a utilização de estratégias que possam ser colocadas em ação, como atividades práticas desenvolvidas na escola a partir de dinâmicas de grupo para adolescentes.

Ante ao exposto, o presente estudo desenvolvido na Unidade Educacional Araci Lustosa, no âmbito do projeto UFPI/PIBID, teve como objetivo discutir a temática das drogas de forma lúdica por meio de dinâmicas de grupo, buscando o senso crítico e reflexão dos adolescentes de como evitar o uso indevido de substâncias psicoativas por meio de uma abordagem positiva. Assim como refletir o conhecimento que se têm sobre drogas, promover a prevenção ao uso indevido de drogas e compreender as consequências causadas pelo uso de drogas quanto a saúde física, mental e social.

Projeto “Ações educativas voltadas para o combate ao uso de drogas nas escolas públicas de Bom Jesus-PI” como parte integrante do subprojeto do PIBID/UFPI/BIOLOGIA

MATERIAIS E MÉTODOS

Para atingir os objetivos propostos, desenvolveram-se dinâmicas na turma de 9º ano da Unidade Escolar Araci Lustosa, num total de 45 alunos atendidos.

Primeira etapa: abordou-se a temática das drogas por meio de debate com a participação dos alunos, citando exemplos e ouvindo experiências de alguns participantes frisando as principais formas de se envolver com as drogas a partir do primeiro contato, os motivos que induz o adolescente ao consumo, suas consequências, dando ênfase a dependência, preconceito e exclusão para com o usuário.

Segunda etapa: realizou-se a dinâmica “Código de cores” proposta por Priotto (2012)

Material: Sala ampla, seis fichas de cartolinas de cores diferentes (branca, azul, verde, amarela, vermelha e preta) e diversos materiais didáticos (canetas coloridas, papéis, revistas e etc.).

Desenvolvimento: O grupo foi dividido em seis subgrupos, e enquanto o orientador deu o código individualmente para cada subgrupo, segundo a cor da ficha recebida:

- Cor branca- código grupo 1: Qual a visão que vocês têm da droga?
- Cor verde- código grupo 2: O que vocês sabem sobre drogas?
- Cor amarela- código grupo 3: O que vocês podem fazer para prevenir o uso das drogas?
- Código azul- grupo 4: Qual a visão que vocês têm das drogas?
- Cor vermelha- código 5: O que vocês sabem sobre drogas?
- Cor preta- código 6: O que vocês podem fazer para prevenir o uso das drogas?

O orientador repassou os códigos aos subgrupos, certificando-se de que um grupo não soube o código do outro. Cada grupo fez o uso da linguagem não verbal, usando os demais métodos para se comunicar.

Projeto “Ações educativas voltadas para o combate ao uso de drogas nas escolas públicas de Bom Jesus-PI” como parte integrante do subprojeto do PIBID/UFPI/BIOLOGIA

Terceira etapa: após todos os subgrupos apresentarem, abriu-se o grande grupo para expor a turma os trabalhos produzidos por cada grupo e identificar os códigos favorecendo, assim a discussão:

- Por que é tão difícil falar sobre drogas?
- Drogadização;
- Quando se deve entender e conhecer de drogas?
- O que pode ser feito para trabalhar a prevenção?
- Qual o meu papel para promover essa prevenção no meu bairro?

Quarta etapa: realizou-se a dinâmica “jogo duro” proposta por Priotto (2012)

Material: três pedaços de cartolina para cada participante, 25 ao todo, um cartaz do tamanho de dois papéis A4, com barbante para ser pendurado ao pescoço do facilitador, onde se lê os nomes das drogas: *ecstasy, crack, álcool, maconha, xaropes (opiáceos, cola, nicotina, inalantes, anfetaminas)*.

Desenvolvimento: Reuniu-se a turma em um círculo. O orientador pediu que cada adolescente escrevesse seu nome com uma META, (que visa seu ponto ideal, seu ponto de chegada...) um OBJETIVO, (mira, fim, propósito, intento) e DESEJO, que gostaria de alcançar em três pedaços de papéis separadamente. Os adolescentes ficaram com os papéis nas mãos, segurando-os de forma como se segura um baralho, com as cartas voltadas para fora.

O facilitado colocou o papel tamanho A4 pendurado no seu pescoço por um barbante, onde estão escritos os nomes de cada droga. Andou até o centro do círculo olhando para os adolescentes, aproxima-se e retira um ou até dois papéis de alguns adolescentes do grupo, o orientador sempre observando a reação do grupo, interagiu com expressões. Assim que o facilitador parou de recolher papéis, pegou alguns e leu o nome do adolescente e disse que ele não poderá mais atingir o que planejava devido ao uso, abuso de drogas. E assim fez com vários adolescentes, perguntando a esses qual foi o sentimento percebido, houve frustrações, perda, o que sentiu?

Projeto “Ações educativas voltadas para o combate ao uso de drogas nas escolas públicas de Bom Jesus-PI” como parte integrante do subprojeto do PIBID/UFPI/BIOLOGIA

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após o desenvolvimento das atividades de dinâmicas de grupo, com a exposição das produções e discussões em cima das perguntas propostas, foi possível verificar o grande interesse dos alunos e maior compreensão do uso e consequências das drogas. Através de tal iniciativa observou-se a grande contribuição que este tipo de atividade pode trazer para o aprendizado individual de cada discente assim como proporciona aos mesmos se expressarem.

A partir da elaboração dos cartazes, os alunos puderam expor as causas, consequências e o que podem fazer para evitar o abuso de drogas, contribuindo significativamente para uma melhor assimilação do conteúdo abordado.

Uma abordagem dessa problemática no contexto escolar se faz necessário, pois possibilita identificar praticas preventivas que sejam bem sucedidas e sua possível divulgação, bem como, possíveis sugestões dentro da área preventiva (MURER; OLIVEIRA; MENDES, 2009).

No âmbito escolar nos deparamos com problemáticas que podem desencadear prejuízos na vida escolar e social, que vem a causar um desequilíbrio no psicológico do aluno afetado. A comunidade escolar torna-se de grande importância na tentativa de resolver esses problemas, pois convive diariamente com a rotina dos mesmos, sendo possível a observação comportamental e a detecção do eventual problema, no caso citado, sendo as drogas um dos principais, que vem atingindo nossas escolas. Diante disso, e das práticas elaboradas e aplicadas de forma lúdica, permitiu tanto a expressividade dos alunos, incluindo seus relatos e experiências já vividas mediante o uso de drogas, quanto a oportunidade de esclarecer as dúvidas e dando abertura dos mesmos procurarem ajuda.

Segundo Abramovay e Castro 2005 a escola é o local propício para ajudar na prevenção das drogas, no sentido em que reúne várias qualificações que colaboram para tal difusão de tal perspectiva na comunidade e na sociedade.

CONCLUSÕES

A partir do conjunto de atividades desenvolvidas na Unidade Educacional José Lustosa, no âmbito do subprojeto UFPI/PIBID, podemos inferir que a utilização de dinâmicas de grupo para a abordagem das drogas, vem contribuindo para:

a) Promover a prevenção do uso indevido de drogas;

Projeto “Ações educativas voltadas para o combate ao uso de drogas nas escolas públicas de Bom Jesus-PI” como parte integrante do subprojeto do PIBID/UFPI/BIOLOGIA

b) intercâmbio entre os alunos e professores, promovendo a difusão do conhecimento dos envolvidos;

c) maior interação entre os colegas por meio da troca de informações e compreensão das consequências causadas pelo uso de drogas quanto a saúde física, mental e social.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia, (2005). **Drogas nas escolas: versão resumida**. Brasília: UNESCO.

MURER, E.; OLIVEIRA, J. D. F.; MENDES, Roberto Teixeira, (2009) "**Substâncias Psicoativas no Ambiente Escolar**", "Alimentação, Atividade Física e Qualidade de Vida dos Escolares no Município de Vinhedo/SP". Editorial, nº 11, p.89-99.

PRIOTTO, E.P. **Dinâmicas de grupo para adolescentes**. 6^a.ed – Petrópoles, vozes, 2012 Rio de Janeiro.

SILVA, V. M. e MATTOS, H. F. (2004). **Os jovens são mais vulneráveis às drogas?** Em Pinsky, I. e BESSA, M. A. (Eds.). **Adolescência e drogas** (pp. 31-43). São Paulo: Contexto

Projeto “Ações educativas voltadas para o combate ao uso de drogas nas escolas públicas de Bom Jesus-PI” como parte integrante do subprojeto do PIBID/UFPI/BIOLOGIA

Economia solidária: desenvolvendo a comunidade como um todo¹

Janille Maria Lima Ribeiro¹; Bárbara Beatriz de Sousa²; Trindade Santos Sousa³

Docente do curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí e ex-tutora do Programa de Educação Tutorial (PET Cidade, Saúde e Justiça)¹. Acadêmica do curso de Bacharelado em Administração pela Universidade Federal do Piauí e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Cidade, Saúde e Justiça)². Acadêmica do curso de Bacharelado em Administração pela Universidade Federal do Piauí e ex-bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Cidade, Saúde e Justiça)³.

Resumo

Economia Solidária trata-se de uma inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e é uma resposta a favor da inclusão social. Com base nisso este trabalho pretende apresentar e implementar a Economia Solidária na realidade dos moradores do bairro Parque de Exposição em Picos – PI com o objetivo de facilitar um desenvolvimento econômico solidário, humanizador e socialmente justo. Este Projeto de Extensão irá adotar como metodologias a Investigação Ação Participante (IAP), entrevistas por meio de roteiro com perguntas abertas, diário de campo e oficinas que culminarão na realização da 1º Feira Solidária do PET Cidade, Saúde e Justiça. Foi possível concluir que a população mostrou-se receptiva a ideia e se envolveu com o andamento do projeto, fazendo com que este concretizasse o objetivo de levar uma nova forma de economia para o bairro, que influenciou positivamente sua qualidade de vida.

Palavras-chave: Economia Solidária. Trabalho. Inclusão social.

INTRODUÇÃO

Estigmatizados, excluídos, mal tratados. Nesta situação estão muitos moradores de uma das comunidades mais empobrecidas de uma cidade do interior do estado do Piauí. Em Picos, o bairro Parque de Exposição representa uma localidade repleta de problemas de cunho econômico, estrutural e psicossocial. Foi neste contexto que bolsistas do PET (Programa de Educação Tutorial) Cidade, Saúde e Justiça e discentes do curso de Administração da Universidade Federal do Piauí (UFPI), realizaram, de 2012 a 2013, um trabalho com base na

¹ Trabalho vinculado ao projeto de Extensão: “Economia solidária: desenvolvendo a comunidade como um todo” integrante das atividades do Programa de Educação Tutorial (PET Cidade, Saúde e Justiça).

Economia Solidária visando facilitar um processo de conscientização e emancipação para vislumbrar sementes de mudanças nas condições precárias de vida deste bairro.

No mundo capitalista onde vivemos atualmente a má distribuição de renda gera a concentração de riquezas nas mãos de poucos e, conseqüentemente, leva uma grande parcela da população a viver em situações desumanas. Na busca por oferecer uma melhor qualidade de vida vem surgindo vários movimentos que para a população menos favorecida. Um desses movimentos é intitulado Economia Solidária. Trata-se de uma inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e é uma resposta a favor da inclusão social. Segundo Singer:

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho (SINGER, 2000, p. 13).

A Economia Solidária compreende um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizados sob a forma de autogestão. Este modelo da autogestão é pautado na administração participativa e democrática dos empreendimentos.

Este movimento é fundamentado em uma globalização humanizadora, pois consiste na busca por um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e ecologicamente correto, voltado para a satisfação das necessidades e pela busca de uma melhor qualidade de vida para todos os integrantes. Segundo Cavalcante:

Sem data ou local de nascimento, inventor ou paraninfo, a economia solidária representa um esforço coerente e sistematizado e desenvolvido pelo conjunto dos trabalhadores, a princípio, pelo resgate da própria essência da economia geral (CAVALCANTE, s.d., p.67).

A Economia Solidária tem em sua prática a vivência do diálogo, o qual, segundo Góis (2003), oferece um clima psicossocial facilitador do crescimento, pois através dele temos o encontro de homens para refletir e agir, buscando a transformação e humanização do mundo. O não uso do trabalho infantil, uso racional dos recursos naturais, lucro justo e inexistência de atravessador são outras características dessa alternativa econômica.

Estas características decorrem dos seus princípios e valores que são adesão livre e voluntária, gestão democrática e participativa, participação econômica dos indivíduos,

autonomia e independência, educação, capacitação e informação, cooperação e compromisso com a comunidade.

Além destes princípios, esta economia é regida por alguns valores, como: ajuda mútua, democracia, igualdade, responsabilidade, equidade, solidariedade, honestidade, transparência e responsabilidade social. De acordo com Singer (2000) “o que ela condena no capitalismo é antes de tudo a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção”.

Solidariedade, humanização e sustentabilidade foram características da Economia Solidária que levaram o PET Cidade, Saúde e Justiça a tentar aplicar essa alternativa econômica na cidade de Picos e em um dos bairros mais pobres da região. Localizada no semiárido do Estado do Piauí, Picos possui uma grande riqueza econômica, porém concentrada nas mãos de poucos. A desigualdade social encontrada entre os bairros da cidade pode ser claramente percebida, pois enquanto alguns locais são considerados nobres, o Parque de Exposição é conhecido como pobre e violento. Havia, então, a necessidade de buscar alternativas que auxiliassem a evolução socioeconômica do contingente populacional excluído do crescimento econômico.

Com base nessa realidade, este trabalho pretendeu apresentar e efetivar uma experiência em Economia Solidária com os moradores do bairro Parque de Exposição em Picos com o intuito de facilitar um processo de emancipação e conscientização através de um desenvolvimento econômico solidário, humanizador e socialmente justo.

Este Projeto de Extensão tem como objetivo geral apresentar as bases da Economia Solidária por meio de uma breve experiência com esta alternativa econômica a ser feita com os moradores do bairro Parque de Exposição, na cidade de Picos.

Arelados a este objetivo o PET possui com esta intervenção os seguintes objetivos específicos: identificar produtos que facilitem a implantação de organizações baseadas nos princípios da Economia Solidária; apresentar a Economia Solidária como uma alternativa econômica viável; realizar a 1ª Feira Solidária do PET Cidade, Saúde e Justiça.

METODOLOGIA

Este Projeto de Extensão foi realizado no período de janeiro de 2012 a março de 2013 pelo Programa de Educação Tutorial (PET) Cidade, Saúde e Justiça da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Multimétodos qualitativos foram aplicados neste trabalho. A Investigação Ação Participante (IAP), entrevistas por meio de roteiro com perguntas abertas, diário de campo e

oficinas que culminaram na realização da 1ª Feira Solidária do PET Cidade, Saúde e Justiça foram os métodos utilizados.

Segundo Ochoa et al. (2004), a Investigação Ação Participante (IAP) é denominada como uma forma de intervenção na sociedade. Essa intervenção tem como objetivo proporcionar oportunidades e melhorar a qualidade de vida das pessoas com a participação das mesmas. Ochoa et al. (2004) afirma que a IAP além de visar oportunidades em busca de melhoria na qualidade de vida das pessoas, também busca a igualdade e a inclusão social das mesmas. Esta metodologia foi utilizada nesta intervenção para se aproximar da realidade a ser pesquisada e permitir que as pessoas participassem do processo de construção de parte da intervenção.

Este Projeto se realizou em dois momentos. No primeiro foi feita uma coleta de dados por meio de questionário. As perguntas foram abertas, onde o entrevistado teve mais liberdade em responder de acordo com sua opinião.

A partir deste questionário foi identificada qual a opinião e afinidade que as pessoas do bairro têm a respeito do projeto e da Feira Solidária que se pretendeu realizar com eles.

No segundo momento, foram realizadas oficinas, que contribuiriam na preparação para a Feira Solidária. Segundo Silva (2002), as oficinas, também chamadas de Trabalho Grupal, são um conjunto de atividades, tarefas ou técnicas de dinâmica de grupo, que propõe a capacitação e preparação dos participantes durante o processo. Foi através desse processo de trabalho grupal que as pessoas participaram e compartilharam suas habilidades e esforços, dedicando-se aquilo que melhor sabiam fazer ou criar.

Durante esses dois momentos foram elaborados um diário de campo pelas autoras da pesquisa, que serviu como auxílio as fontes utilizadas no projeto. Este instrumento consistiu em uma análise subjetiva e observadora da realidade (LIMA, 2007).

Este trabalho culminou na realização de uma Feira Solidária, que teve como objetivo oferecer a oportunidade de comercializar produtos artesanais e viabilizar a participação das pessoas do bairro Parque de Exposição mostrando as suas habilidades e obtendo, assim, uma recompensa construída de forma coletiva. Um dos fatores que difere esta das demais feiras convencionais é que nela os próprios produtores é quem comercializam seus produtos.

Na feira solidária, além da comercialização temos a divulgação dos produtos e serviços dos participantes. É o momento de um contato direto entre produtor (a) e consumidor (a) e também um espaço de informação, formação, divulgação e comercialização não só para os produtores (as), mas para todos que dela participam. O lucro oriundo dessa transação de mercadorias é repartido de forma justa, cada um recebe conforme o seu trabalho.

A feira solidária foi realizada na Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. Desta forma, além do âmbito econômico a feira promoveu a integração entre universidade e comunidade, ajudando desmistificar a ideia de que uma depende da outra.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisarmos de perto, foi possível perceber vários pontos negativos na realidade do bairro Parque de Exposição como falta de saneamento, de acessibilidade, áreas de lazer e esporte, policiamento, profissionais no posto de saúde e da coleta de lixo. A violência, presença de tráfico de drogas, precariedade da iluminação e das estradas, terrenos baldios, moradias em locais inadequados, falhas na educação e abandono do Poder Público também foram apontados como problemas nos métodos de coleta de dados do trabalho. As potencialidades do local relatadas foram os pontos comerciais; instituições sociais e educativas como o CRAS, escola, igrejas, PSF, Organização Não-Governamental Casa Aliança e Creche Aliança, UFPI, UESPI e Hospital Dia. Além disso, a população se considera honesta e muitos possuem uma visão crítica sobre a realidade.

Neste momento da coleta de dados foi encontrado inicialmente mais receptividade no grupo de idosos, formado pela Igreja Católica do local, no qual já existia um grupo de artesanato, tornando mais viável à proposta desse projeto. Posteriormente ocorreu um contato com o grupo de artesanato pertencente à Organização Não Governamental Casa Aliança, onde também se manifestou interesse em participar deste trabalho.

Com a aplicação dos questionários foram encontrados os seguintes resultados. Todos os participantes eram do sexo feminino, com idade compreendida entre 35 e 73 anos, seus graus de escolaridade oscilavam desde analfabetas ao ensino médio completo. A maioria delas eram donas de casa, mas realizavam algum trabalho extra como costureiras, artesãs, agricultoras e autônomas. Possuíam renda de um salário mínimo ou menos.

Todas sabiam produzir manualmente alguma coisa, principalmente do meio artesanal, como: bordados, costuras, fuxico, tapetes de trança, terços de semente de Pau-Brasil, roupas entre outros. E a maioria delas utiliza isso como fonte de renda, porém em pequenas quantidades gerando pouco lucro.

Com relação ao nível de conhecimento a respeito da economia solidária quase todas já tinham pelo menos escutado algo a respeito, mas não tinham tanto conhecimento, mesmo assim demonstraram interesse em participar de atividades com esse enfoque.

A partir deste interesse foi implantada a segunda fase: as oficinas, onde foram feitos os produtos para a exposição na feira solidária. A princípio a feira contaria com a participação do grupo de idosas e de artesanato da Casa Aliança, porém, por razões particulares, somente as idosas participaram.

A I Feira Solidaria do PET Cidade, Saúde e Justiça aconteceu no Pátio da Universidade Federal do Piauí, Campus de Picos, em março de 2013, contando com a exposição dos seguintes produtos: tapetes de trança e fuxico, tapetes de barbante, bolsas de tecido, sacolas retornáveis, aventais, capas para almofada, conjunto de panos de cozinha e no campo da alimentação foi oferecido creme de galinha. Este momento contou com grande aceitação do público (docentes, discentes e comunidade), pois ocorreu a venda de 95% dos produtos ofertados. Todo o dinheiro ficou com o grupo que deve administrar o lucro para comprar mais material e prosseguir na confecção de seus artesanatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber que este projeto trouxe uma experiência significativa para todos os envolvidos, pois o grupo PET conseguiu se inserir na comunidade, realizar atividades conscientizadoras com os moradores e aproximá-los do espaço universitário, gerando um vínculo maior entre comunidade e universidade de modo que permitiu troca de conhecimentos.

Um fator que vale ressaltar é a forma como as pesquisadoras foram recebidas pelos membros do grupo, pois desde o início demonstraram muita receptividade. Isso foi algo muito notável, pois foi construído um vínculo a partir de visitas realizadas semanalmente no grupo, surgindo algo muito importante, a amizade, a dedicação e, sobretudo, a proximidade por parte de cada um deles. No geral isso representa um valor significativo, pois além da colaboração obtida por eles pode-se perceber a satisfação dos mesmos em estar participando desta produção.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Â. **Uma contracultura chamada economia solidária**. Disponível em <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj12/artigo07.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2012.

OCHOA, G. M. et. al. **Introducción a La Psicología Comunitária**. 1º ed. Barcelona, 2004.

SILVA, R. C. da. **Metodologias participativas para trabalhos de promoção de saúde e cidadania**. 1º ed. São Paulo: Vetor, 2002.

LIMA, T.C.S. et al. **A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações a cerca do diário de campo**. Porto Alegre: Revista Textos e Contextos, jan./jun. 2007.

SINGER, P.; SOUSA, A. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2000.

Relato de Experiência dos Professores de Biologia no Pré-Vestibular Popular da UFPI

¹Mirna Andrade Bezerra; ²Adrielly da Silva Vieira; ³Micaías Andrade Rodrigues; ⁴Lúcia Helena Bezerra Ferreira

¹Bolsista Biologia UFPI, Campus Teresina, ² Bolsista Biologia UFPI, Campus Teresina, ³ Subcoordenador, DMTE/CCE/UFPI, ⁴ Coordenadora, DMTE/CCE/UFPI

RESUMO

Este artigo relata a experiência docente de alunas graduandas do curso de Ciências Biológicas da UFPI – Universidade Federal do Piauí - vivenciada no pré-vestibular popular, em um projeto de extensão desta Instituição. O objetivo desta pesquisa é relatar de que forma as professoras de Biologia puderam contribuir para o ingresso dos estudantes de escolas públicas e/ou de baixa renda em uma instituição de Ensino Superior. A metodologia adotada envolveu principalmente a observação direta do desenvolvimento dos alunos e por meio de várias etapas que forneceram as discentes a experiência na prática docente. As observações realizadas no campo da pesquisa sugeriram uma mudança de visão dos pré-vestibulandos, evidenciando um maior interesse pelos assuntos de biologia. Tal experiência permitiu que alguns dos alunos do pré-vestibular popular pudessem alcançar o Ensino Superior, desenvolvendo habilidades e adquirindo conhecimentos que possam ajuda-los no futuro. Esta experiência foi também muito enriquecedora para as graduandas, pois estas vivenciaram o exercício docente, agregando valores a sua prática e ao mesmo tempo construíram novas formas de conduzir as suas aulas e repassar novos conhecimentos, tornando-se um professor reflexivo de sua prática.

Palavras-chave: Pré-vestibular popular. Biologia. Ensino Superior. Alunos. Professores.

INTRODUÇÃO

O Projeto Pré-vestibular Popular da UFPI faz parte de muitas iniciativas coletivas pela democratização do ensino no país e o acesso de estudantes ao Ensino Superior. Segundo Zago (2008), foi possível verificar, nos últimos anos, uma intensificação da demanda pelo ensino superior entre os jovens de baixa renda, mobilização não isenta de contradições uma vez que as políticas de expansão mediante a privatização do ensino superior brasileiro não

favoreceram o acesso dos egressos do ensino médio que dependem essencialmente do ensino público.

Com o objetivo de facilitar a aprendizagem de conceitos e desenvolver as habilidades necessárias para tornar os alunos aptos à realização de processos seletivos para ingresso na academia. Isto se caracteriza também como algumas das prioridades adotadas e desenvolvidas ao longo das atividades de experiência como professores de Biologia. O curso conta com vinte e um bolsistas, dentre eles estão professores de diversas áreas e pedagogas que realizam a coordenação do projeto.

A interdisciplinaridade constitui fator importante na experiência vivenciada pelos professores do projeto, aliando os conhecimentos absorvidos nas aulas de História, geografia, matemática e outras matérias para viabilização de um estudo mais completo e amplo dos conteúdos de Biologia e que se assemelhem ao que será exigido deles no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Este relato de experiência demonstra o envolvimento dos professores no projeto, confirmando o potencial das atividades desenvolvidas ao longo do curso e a motivação e envolvimento demonstrado pelos alunos, possivelmente evidenciando os objetivos almejados pelo projeto, que seria principalmente a inserção dos alunos de escolas públicas e de baixa renda no Ensino Superior.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada durante os meses que antecederam o ENEM, em salas de aula da Universidade Federal do Piauí – UFPI e o principal método utilizado foi à observação direta do desenvolvimento dos alunos e a própria experiência na prática docente, que se deu através da preparação dos professores participantes do projeto pré-vestibular popular por meio de várias etapas. Primeiro foram realizadas reuniões entre coordenadores e docentes para o entrosamento da equipe e esclarecimentos sobre o que é o projeto, como ele funciona e métodos de ensino que poderiam ser utilizados em sala de aula. A segunda etapa caracterizou-se pelo primeiro contato com os alunos através de um processo seletivo que apurou os seus conhecimentos e determinou os que participariam do projeto. Após esta fase iniciou-se a construção das aulas e seleção dos conteúdos pelos professores bolsistas.

Todas as aulas foram preparadas com apoio de livros didáticos já utilizados nas escolas públicas e na maioria das escolas privadas, como os dos autores Sergio Linhares e

Fernando Gewandsznajder (volumes 1, 2 e 3), Amabis e Martho (volume único), Sônia Lopes (volume 1, 2 e 3), entre outros.

A partir da análise das provas utilizadas no teste seletivo foram selecionados os conteúdos de maior relevância de cada série do Ensino Médio, sendo complementadas por estudos em periódicos, leituras em artigos científicos e informações adicionais da internet que proporcionem a curiosidade e a busca de atualidades referentes aos assuntos de Biologia. Ao final das aulas, alguns parâmetros de avaliação foram escolhidos para nortear a pesquisa, isso se deu através de perguntas e respostas feitas pelas próprias professoras, como alguns questionamentos sobre os conhecimentos prévios e adquiridos, a participação em sala de aula, interação e motivação dos alunos, esses questionamentos foram discutidos pelas professoras até chegar aos resultados adquiridos.

Quanto aos recursos didáticos utilizados nas aulas expositivas dialogadas esses foram: O quadro acrílico, pincel e data show, proporcionando aulas mais interativas e dinâmicas para torna-las menos cansativas. A metodologia desenvolvida na pesquisa foi baseada nas ideias de Piaget.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A observação direta dos alunos do Projeto de Extensão Pré-Vestibular Popular foi essencial para relatar esta experiência, permitiu perceber de perto a mudança e a trajetória que os mesmos percorreram até chegarem aos últimos dias de aulas para a realização das provas do ENEM. No decorrer desta experiência as professoras de Biologia aliaram as suas aulas ao incentivo da motivação. Pozo (2002) salienta que a motivação deve ser considerada como um requisito, uma condição prévia da aprendizagem, pois, como tem sido recorrente afirmar, sem motivação não há aprendizagem. A qualidade e a intensidade desta aprendizagem dependem disso.

A aprendizagem é, portanto, um processo de construção e reconstrução de conhecimentos, apoiado na ação do sujeito sobre o objeto e dependente do desenvolvimento da inteligência, ou seja, para o indivíduo aprender determinado conteúdo é necessário ter desenvolvido dadas estruturas cognitivas que propiciem esse aprendizado (PIAGET, 2007)

As aulas expositivas dialogadas foram realizadas na sua grande maioria com o auxílio de data show para a dinamicidade e interação professor-aluno dentro da sala de aula, sempre considerando os conhecimentos prévios dos alunos, mas visando também a aquisição de novos conhecimentos. A função do professor é participar do processo de construção do

conhecimento como facilitador, permitindo que o indivíduo se aproprie por meio de ações sobre o objeto do conhecimento. Segundo Carvalho e Matos (2009) descrevem Piaget (2007), certas estruturas cognitivas predominam em um determinado momento do desenvolvimento (esquemas), as ações que o indivíduo desempenha sobre determinado objeto levam-no a abstrair (assimilar ou acomodar) os objetos, coisas, fatos, e situações pertencentes ao meio em que está inserido, e com isso, conhece-los, entrando em estado de equilíbrio (adaptação). Desta forma os indivíduos constroem o conhecimento que tem do mundo, tornando-se apto a sempre adquirir novos saberes.

A construção de novos conhecimentos deve sempre partir do conhecimento prévio dos alunos, mesmo que intuitivos e derivados, levando-se em consideração que o processo de aprendizagem implica a desestruturação e conseqüente reformulação dos conhecimentos através do diálogo e reflexão (MORAES, 1998)

CONCLUSÃO

O projeto pré-vestibular popular proporcionou aos docentes a oportunidade de relembrar conhecimentos e adquirir novos. Já as professoras tiveram a oportunidade de ter o primeiro contato com a sala de aula caracterizando a sua iniciação a docência trazendo a tona todas às problemáticas profissionais tal como as diferenças culturais de cada aluno, o aprendizado com relação à seleção de assuntos, a observação, análise e reflexão sobre a dificuldade de cada docente procurando otimizar a aula da melhor forma, aproveitando ao máximo o tempo e retirando todas as dúvidas possíveis.

De acordo com as experiências obtidas por cada professora ao longo do seu percurso no pré-vestibular popular e com a discussão sobre elas, pôde se concluir a grande contribuição do projeto para a identificação do aluno graduando de licenciatura em biologia como professor da disciplina, responsável pelo futuro dos seus alunos e oferecendo a chance de alto criticar a sua prática docente e refletir sobre essa crítica em busca do progresso como profissional do aluno graduando que então já se vê como professor, diferente das aulas iniciais que o nervosismo, o medo e a insegurança eram observados.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. V. C. MATOS, K. S. A. L. Psicologia da Educação: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão. In: **A epistemologia genética de Jean Piaget**. 1 ed. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORAES, R. O significado da experimentação numa abordagem construtivista: O caso do ensino de ciências. In: BORGES, R. M. R.; MORAES, R. (Org.) *Educação em Ciências nas séries iniciais*. Porto Alegre: Sagra Luzzato. 1998. p. 29-45.

MORAES, R. O significado da experimentação numa abordagem construtivista: O caso do ensino de ciências. In: BORGES, R. M. R.; MORAES, R. (Org.) *Educação em Ciências nas séries iniciais*. Porto Alegre: Sagra Luzzato. 1998. p. 29-45.

RUIZ, Alvaro João. **Metodologia científica**: Guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PIAGET, J. **Epistemologia Genética**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007

ZAGO , N. Egressos do Ensino Médio da rede pública e a demanda pela ampliação dos estudos : entre oportunidades e limitações. Anais do IV Colóquio Luso-Brasileiro sobre Questões Curriculares.

APLICANDO A MATEMÁTICA NO COTIDIANO ATRAVÉS DAS QUESTÕES DO ENEM NO PROJETO PRÉ-VESTIBULAR POPULAR

Thalysen Patrick Martins da Silva - bolsista Matemática PREX/UFPI, Campus Teresina;

Marcelo Teixeira de Nazaré - bolsista Matemática PREX/UFPI, Campus Teresina;

Lúcia Helena Bezerra Ferreira - Coordenadora, DMTE/CCE/UFPI;

Micaías Andrade Rodrigues - Subcoordenador, DMTE/CCE/UFPI.

Resumo

Este trabalho apresenta as ações do projeto de extensão *Aplicando a matemática no cotidiano através das questões do ENEM no Projeto Pré-vestibular Popular*, relata a necessidade do aluno saber interpretar e resolver problemas matemáticos, os quais podemos encontrar em várias situações do nosso cotidiano, tomando como base questões do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). A escolha do tema foi feita a partir de uma discussão sobre o plano de curso da área de matemática, percebemos que o alvo seria o ENEM, assim visamos a grandes dificuldades dos estudantes na interpretação e resolução de problemas, pois os estudantes que ali se encontravam muitos faziam a prova do ENEM pela primeira ou segunda vez. As atividades se desenvolvem em 3 (três) salas de aula de perfeita estrutura na própria universidade, ali se encontravam 180 estudantes com ensino médio completo.

Palavras-chave: Pré-vestibular. Formação de professores. Matemática. Organização. Trabalho.

Introdução

O Projeto Pré-vestibular Popular é uma atividade de extensão que conta com vinte e um bolsistas de diversas licenciaturas e, entre estes, três bolsistas da Matemática. Este projeto tem como objetivo fazer o estudante que concluiu o ensino médio em escolas da rede pública e ainda não ingressou na universidade rever conteúdos aprendidos durante toda a vida escolar, aprimorando-os ou adquirindo-os se não os viu, para que possa alcançar a vaga almejada no Ensino Superior. Como toda atividade educativa, não é somente os alunos que integram o processo, mas também coordenadores, pedagogos e professores devem estar inseridos para a realização de todo este trabalho.

Atualmente o ser humano lida com uma grande dificuldade no ensino da Matemática, com resoluções de problemas, os quais fazem parte do cotidiano dele, seja dos mais simples aos mais difíceis. A resolução de problemas irá facilitar ao aluno uma melhor compreensão

dos conteúdos, pois estarão relacionados ao seu dia-a-dia. Hoje o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), o qual é realizado anualmente para estudantes que concluíram ou pretendem concluir o Ensino Médio. É elaborado para que a avaliação seja feita através das competências e habilidades aprendidas durante todo o processo escolar e serve como prova de acesso ao Ensino Superior. Essa prova é bastante contextualizada e interdisciplinar, onde os alunos não precisam de muita memorização dos conteúdos, pois exige raciocínio lógico para resolver os problemas.

O problema certamente não é um exercício em que o aluno aplica, de forma quase mecânica, uma fórmula ou processo operatório. Só há problemas se o aluno for levado a interpretar o enunciado da questão que lhe é posta e a estruturar a situação que lhe é apresentada. (BRASIL, 1998, pág. 41)

O projeto Pré-Vestibular Popular tem como objetivo, mostrar aos alunos que a matemática pode ser trabalhada a partir do cotidiano deles, fazendo diminuir o tradicionalismo em sala de aula. Para isso, foi utilizado o recurso resolução de problemas como método facilitador do ensino-aprendizagem e aparelhos multimídias como Notebook e projetores. Ao longo do desenvolvimento as metodologias de ensino foram sendo modificadas, a fim de sempre melhorar a compreensão e assimilação dos conteúdos matemáticos.

Portanto buscamos estimular o desenvolvimento do raciocínio lógico nos alunos, tomando como base as provas do ENEM dos anos anteriores. Discutir os erros e as razões pelas quais ocorreram esses erros, desenvolver o hábito de leitura e pesquisa além de incentivar o uso de diferentes estratégias de resolução foram algumas das ações desenvolvidas pelos bolsistas de matemática. Sendo assim, este projeto ajudou os alunos que pretendia fazer a prova do ENEM com a finalidade de se inscreverem em uma universidade pública.

Metodologia

O trabalho dos professores de matemática está inserido em toda e qualquer formação aluno-cidadão. Este trabalho visa descrever as atribuições dos bolsistas da Matemática no referido Projeto e a sua importância na formação do profissional na área da licenciatura em matemática.

O primeiro momento os professores de matemática se reuniram para uma breve discussão sobre os métodos de ensino-aprendizagem. Decidimos dividir em três etapas: Primeira etapa, abordamos os conteúdos e no final de cada um, foram feitos alguns desafios voltados ao raciocínio lógico matemático, com o intuito de observar quais eram as dificuldades de cada aluno(a).

Segunda etapa, foram selecionadas algumas questões de diversas provas do ENEM para a formação de listas de exercício, separadas por conteúdo matemático já abordados até aquele momento. O professor fez com que o aluno compreenda o problema, percebendo claramente o que é necessário. Depois, observou-se como os diversos itens estão inter-relacionados também como a incógnita está ligada aos dados do problema, para termos a ideia da resolução. Assim, fizemos uma recapitulação da resolução completa, por fim resolvendo-a e discutindo-a, sempre mostrando que, para a resolução de problemas, é necessário que seja compreendido e analisado, de maneira a tornar o aprendizado eficaz. Percebemos que em alguns conteúdos os estudantes apresentaram dificuldades na aprendizagem.

Na parte da Geometria buscamos sanar as dificuldades sentidas pelos estudantes na interpretação das questões. Para isso, utilizamos o recurso do DataShow, mostrando sólidos geométricos, para melhorar o entendimento através do visual. Também foram trabalhadas questões relacionadas à contagem, visando princípios multiplicativos, a probabilidade com princípios de possibilidades e a estatística para podermos fazer à análise de dados (média aritmética, média ponderada, mediana e moda) em diferentes tipos de gráficos e tabelas. Mostramos a importância da contagem, da probabilidade e da estatística, pois estas podem ser encontradas em várias situações do nosso dia a dia. Ao final dessa etapa, percebemos que houve um melhor entendimento dos estudantes nos problemas selecionados.

Na terceira etapa foram realizadas provas e testes com todos os tipos de questões matemáticas vistas durante o projeto. Utilizamos também, uma ficha de frequência, com intuito de acompanhar os estudantes, e motivando-os a não faltarem. Logo, percebemos que o desempenho dos estudantes ao longo de todo processo estava sendo crescente.

Resultados e Discussão

O trabalho dos professores da área de matemática desenvolvido envolveu organização, articulação do pedagogo com os demais profissionais pois a matemática se entrelaça em todas as áreas, controle dos alunos por meio de uma ficha de frequência e do trabalho em geral.

Desta forma, o Pré-vestibular Popular proporcionou às futuros professores de Matemática o contato com a sala de aula e também com a gestão escolar, que providenciou materiais a ser utilizados em sala de aula, como pinceis para quadro de acrílico, apagador e

impressão das listas de exercícios. Além destas atividades, no Pré-vestibular Popular elas puderam vivenciar também atividades de planejamento e discussão com base em Ibiapina e Lima (2007), de forma a organizar mais eficientemente as atividades a serem realizadas e, desta maneira alcançar os objetivos do Projeto.

Esperamos ter contribuído de forma significativa na construção do conhecimento dos estudantes do Projeto Pré-vestibular Popular, despertando, o interesse e gosto pela matemática. Dessa forma, esperamos também que todos os objetivos propostos no início do projeto foram alcançados, mostrando que as dificuldades podem ser vencidas.

Conclusão

Dessa forma, a interpretação e resolução das questões do ENEM, mostrou grandes benefícios para os estudantes que desejam uma vaga em uma Universidade Pública ou até mesmo conseguir uma bolsa de estudos em uma Instituição de Ensino Superior Privada. Além disso, ajudou outros professores de áreas distintas do projeto, por ser interdisciplinar e contextualizada.

O Projeto Pré-vestibular Popular tem sido de grande relevância e referência, o qual proporciona aos alunos(as) de diversas licenciaturas da UFPI, o contato com a prática profissional. A experiência adquirida no projeto foi muito significativa não só para os estudantes, mas também para o bolsistas que compõem o projeto Pré-vestibular Popular, pois contribui para a sua formação profissional.

Referências

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática* / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Disponível em <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0173-5/Sumario/4.1.11.pdf>. Acesso em 13/11/2013.

IBIAPINA, I. M. L. de M.; LIMA, M. da G. S. B. *Formação de professores: Texto & contexto*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

A Busca da Efetividade dos Direitos a Educação e Igualdade Através da Política de Acesso e Permanência na Universidade Federal do Piauí.¹

Autoras: Antônia Josélia Campelo Alves; Keuelanne Alves Carvalho

Graduandas do curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Piauí integrantes do grupo PET-Integração/UFPI.

Resumo: O presente trabalho visa discutir o acesso ao ensino superior pelas camadas populares e negros através da política de cotas e a permanência material e simbólica destes estudantes na UFPI por meio da perspectiva dos próprios estudantes. Refletimos sobre a lógica segregacionista a que a educação tem sido usada a luta dos movimentos sociais populares e negros para democratizá-la, tirando o ensino superior do “pedestal” e efetivando o direito constitucional a educação e igualdade. Nesse sentido, enxergamos a política de cotas como uma política tardia, porém necessária para democratização do ensino e que deve ser realizada cumulada com outras políticas públicas como a permanência e melhorias na educação básica.

Palavras-chave: Ensino Superior; Cotas; Permanência; Direito a Educação e Igualdade.

Introdução

O vestibular como forma de ingresso para o ensino superior se consolidou no início do século XX no Brasil, este é baseado num processo meritocrático, no qual quem tem melhores condições financeiras vence, uma vez que são estes que conseguem ter acesso a uma boa formação educacional privada. Mesmo com o processo de expansão por qual passou pela década de 90 o ensino superior continua sendo um espaço excludente e elitista, pois não está ao alcance de todos enquanto direito, principalmente, no tocante aos cursos mais elitizados como é o caso do curso de Direito em que a maior parte dos alunos provém de uma mesma camada social.

Recentemente, por meio das reivindicações dos movimentos sociais e estudantis, foi aprovada a Lei 12.711/2012 – Lei de cotas – que determina a criação de cotas numa porcentagem de no mínimo 50% para os alunos de baixa renda, incluindo o recorte para negros e índios de acordo com os índices recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE). A pesar de a lei determinar a aplicação gradual de vagas para cotistas, a sua aprova-

¹ PET- Programa de Educação Tutorial Integração, Tutora Cecília Maria Resende Gonçalves de Carvalho.

ção teve enorme resistência dos setores mais conservadores e elitistas do país, que afirmam que tal política desfigura a meritocracia do vestibular, e rompe com o princípio da igualdade.

No entanto, ao contrário do que se pensa as cotas, enquanto ações afirmativas, tem por intuito realizar o direito das minorias, utilizada aqui não no sentido quantitativo, mas sim político, como aqueles que são mais vulneráveis socialmente e que historicamente sofrem opressões, em face da Constituição, restringindo assim o poder das majorias sem, no entanto, retirar-lhes direitos. É necessário ainda frisar que as cotas, por si só, não garantem o ensino universitário, é preciso, além disso, investir numa política de permanência eficaz, que garanta a permanência material e simbólica dos alunos e alunas cotistas, para que assim, esses se sintam pertencentes ao espaço acadêmico.

Este estudo tem como objetivo analisar as ações afirmativas, através da política de acesso e permanência na Universidade Federal do Piauí, destacando o curso de Direito, demonstrando a legitimidade dessas ações e a necessidade de seu aperfeiçoamento. Para tanto, utilizamos como referencial teórico para discutir a questão da legitimidade Barroso, Barbosa e Dworkin, assim como Zago, Kabengele, Santos para discutir a política de permanência.

Metodologia

Inicialmente, realizamos reuniões para a discussão sobre o tema a ser trabalhado nessa pesquisa. Esse tema foi escolhido devido a polêmica que gerou a decisão do supremo pela constitucionalidade das cotas e a emergência da lei de cotas sendo debatida pela sociedade e a comunidade acadêmica continuava alheia a essa realidade.

A partir da escolha do tema, suscitou dúvidas sobre qual seria o universo da nossa pesquisa, isto é, nossos sujeitos pesquisados e definimos trabalhar com estudantes do curso de direito, devido a fazermos este curso, o que facilitaria o contato.

A metodologia que estamos utilizando para trabalhar com os cotistas são relatos de vida e entrevistas semiestruturadas, por isso não trabalhamos com muitos alunos. A escolha dos alunos deu-se através da informação que já havia um pequeno grupo de estudantes cotistas que começou a se formar com a finalidade de discutir a permanência destes.

Realizaremos oficinas com os cotistas com o objetivo de empoderá-los, contribuindo para a luta por seus direitos e também para fomentar o grupo. A etapa seguinte da pesquisa é o levantamento da legislação que envolve o caso e a bibliografia a ser discutida, além de reuniões com os cotistas.

Resultados e discussão

As ações afirmativas, como é o caso da política de cotas, representam nada mais do que a complexidade de um Estado Democrático de Direito, elas servem para restringir a concentração do poder e as discriminações sociais. É nesse sentido, que nos fala Dworkin (2002) que tais ações são dirigidas não a um indivíduo, mas a coletividade, a fim de tornar a sociedade mais justa, assegurando o equilíbrio e a igualdade social.

O princípio da igualdade, no entanto, é utilizado tanto para defender como para negar as ações afirmativas. Em diversas partes a nossa carta constitucional faz referência ao princípio da igualdade e condena as discriminações que influem na promoção do bem comum, impondo ao Estado uma atitude combativa em face das desigualdades. No entanto, é importante, visualizar que a igualdade possui três facetas, segundo adverte Barroso. A primeira faceta é a da igualdade formal, fundada nos princípios liberais, que coloca todos os indivíduos no mesmo patamar em face do Estado e da lei, essa é uma igualdade meramente simbólica, que em geral é utilizada como argumento pelos que são contrários a esse tipo de política. Estes também enfocam os critérios meritocráticos como forma justa de seleção e exclusão, pautados nas bases individualistas elemento central do liberalismo, que prega ser o indivíduo responsável pelas escolhas que faz em sua vida, como se tais não fossem condicionadas pela exclusão social e econômica, que refletem diretamente na educação como parte desse sistema que não está alheia a essa lógica e vem se tornando cada vez mais uma mercadoria exclusiva das classes mais bem favorecidas economicamente. A segunda faceta seria a da igualdade material, fundada nos princípios sociais e ligada a ideia de justiça distributiva, que busca garantir as mesmas condições materiais e de oportunidades a todos, corrigindo as desigualdades através da criação de outras desigualdades. E por fim, tem-se a igualdade enquanto reconhecimento, que seria como um “direito a diferença”, de proteção das minorias.

Por conta dessa tripla dimensão, seria simplista afirmar que toda e qualquer desequiparação entre indivíduos seria inválida. Pelo contrário, legislar nada mais é do que classificar e distinguir pessoas e fatos, com base nos mais variados critérios. Aliás, a própria Constituição institui distinções com base em múltiplos fatores, que incluem sexo, renda, situação funcional e nacionalidade, dentre outros. O que o princípio da isonomia impõe é que o fundamento da desequiparação seja razoável e o fim por ela visado seja legítimo. (BARROSO, 2012)

Isso significa que as ações afirmativas não ferem o princípio da igualdade, pelo contrário, possui sua base legal nele fundamentada, porém, elas só são legítimas quando os motivos e a finalidade que a ensejam são justos e necessários.

Todas as ações afirmativas devem ser adequadas, proporcionais e necessárias. A adequação diz respeito a sua eficácia para resolver o problema, a proporcionalidade se refere a comparação entre o direito que se busca assegurar em relação as demais restrições causadas pela implantação da política de ação afirmativa. E a necessidade que implica na busca pela melhor forma de resolver a questão, é claro que as cotas são uma medida pontual e que o Estado não deve se furtar em qualificar o ensino público e garantir melhores condições de vida e combater as discriminações.

As cotas raciais são as que mais causam divergências nesse meio, pois além da discussão sobre sua legitimidade, outro empecilho colocado é a dificuldade de encontrar critérios objetivos para identificar os negros no Brasil, uma vez que se vive sobre o mito da democracia racial. No entanto, a imperfeição dos critérios não justifica a não implantação da política e a continuidade das injustiças do status quo. Para tanto é que se define a autodeclaração como o melhor instrumento, uma vez que ela permite que cada indivíduo reconheça suas próprias diferenças e crie o sentimento de pertencimento a um grupo.

As ações afirmativas, portanto, servem como um meio de promoção da igualdade jurídica, já que, a igualdade formal por si não é suficiente para equiparar os grupos mais vulneráveis aos que possuem uma melhor posição social. Enquanto política de acesso ao ensino superior, as cotas, em especial as raciais, servem como uma forma de reparação histórica de injustiças, das desigualdades sociais e econômicas entre os grupos hegemônicos e os setores oprimidos e de promoção da diversidade, permitindo a ocupação de espaços que permitam o crescimento enquanto indivíduo e enquanto ser político dentro de uma estrutura de poder.

Mas, as cotas, exclusivamente, não garantem a continuidade dos alunos na universidade, isso porque muitos não possuem condição financeira de arcar com estudos, mesmo sendo o ensino gratuito, assim como não conseguem se identificar com o mundo acadêmico competitivo e excludente, o que ocorre, em geral, nos cursos mais elitizados. Nessa perspectiva é que a política de permanência também deve ser enxergada como um viés das ações afirmativas.

A permanência no entender de Santos deve englobar dois aspectos, um material e outro simbólico, sendo definida a permanência

como o ato de continuar que permita não só a constância do indivíduo, mas também a possibilidade de existência com seus pares. Permanecer não pode ser entendido aqui, como o simples ato de persistir apesar e sob todas as adversidades, mas a possibilidade de continuar estando dentro; estando junto; estando “in”. (SANTOS, 2009, p. 4)

No aspecto material, a permanência engloba as questões econômicas e financeiras da continuidade dos estudos, além do material didático os alunos precisam garantir transporte, alimentação, muitas vezes até moradia. Alguns buscam esse financiamento por meios institucionais, como é o caso das bolsas de pesquisa, extensão, e monitoria e das bolsas de permanência, essas, porém, são limitadas e não abrangem todos os alunos que delas necessitam. Muitos, portanto, se dividem entre o trabalho e a universidade, o que nem sempre é possível, como no caso dos cursos integrais que requerem uma maior dedicação do tempo aos estudos. De toda forma, a divisão entre trabalho e estudo, em principal, quando esses são de áreas distintas, distancia e dificulta a vivência da universidade. Tais condições materiais pioram quando mais elitizado é o curso, como ocorre no curso de Direito em que há uma maior seletividade social, pois é um curso considerado de prestígio, e onde as diferenças entre cotistas e não cotistas mais se acentuam.

Quanto ao aspecto simbólico, esse engloba as questões subjetivas do sentimento de pertencimento ao espaço universitário, a ausência de políticas que contribuam com essa questão deixam invisíveis os problemas gerados pelo sentimento de exclusão e não-pertencimento. Há nesse caso, segundo Santos, duas estratégias de inserção, uma pacífica, no qual o aluno se insere numa estrutura já formada renegando suas próprias origens, e há ainda a estratégia de enfrentamento, que são aqueles que buscam a desconstrução de uma estrutura de pré-conceitos já posta, a fim de se criar uma nova realidade, é essa última forma que deve ser incentivada.

Através da aplicação do questionário ressaltou-se neste trabalho que o número de ingressantes na UFPI provenientes de escolas públicas ou do sistema de cotas é muito pequeno. Enquanto 89% dos que ingressaram em 2012, são provenientes de escola privada, somente 7,7% tiveram as cotas como forma de ingresso. Essa é uma realidade que dificulta a diversidade de pensamentos e a formulação de novas proposições e debates dentro do curso de Direito, assim como quantitativamente o número representa a dificuldade de mobilização e de organização desses alunos. Tal dado representa o quanto a Universidade Federal ainda precisa avançar na política de acesso e também na de permanência.

Considerações Finais

Diante das reflexões feitas, percebemos que o acesso ao ensino superior reflete um problema oriundo da sociedade em que está inserido: a desigualdade. O ensino superior sempre se mostrou como um privilégio de classe negando o direito à educação, principalmente as camadas populares e aos negros. Realidade que vem sendo alterada devido as discussões e

questionamentos feitos pelos movimentos sociais que lutam pela expansão e democratização do ensino superior, onde é possível constatar conquistas desde a década de 90, a mais significativa e polêmica delas é o sistema de cotas. Tal política pública tem sido adotada como forma de efetivar a igualdade prevista na constituição brasileira, argumento também usado pelos opositores a esse sistema.

Entendemos o sistema de cotas como uma medida a curto prazo para democratizar o acesso ao ensino superior, mas como parte de algo maior que seriam as ações afirmativas, com investimentos na educação básica, além de uma efetiva política de permanência para esses jovens de classe popular que ingressam no ensino superior.

Quanto à permanência, discutimos ela deve ser garantida no seu viés material e simbólico. No que tange ao primeiro, diz respeito as condições básicas e necessárias para que os jovens continuem estudando. Quanto à segunda, revela-se como forma de exclusão em que mais uma vez o critério meritocrático é usado de forma preconceituosa para legitimar a discriminação dos estudantes que ingressaram por meio do sistema de cotas através de um discurso de que tais alunos são incapazes de acompanhar academicamente os demais.

Então, refletimos que não basta o acesso, a permanência, mas é preciso também aprender a lidar com o diferente, não transformando as diferenças em desigualdades, nem negando-a transformando igualdade em padronização, é necessário incluir racial e etnicamente mas não colocando-os em uma “forma”, mas sim conviver com a pluralidade, inclusive respeitando os diversos saberes e reconhecendo-se como porta-voz de apenas mais um destes. É isso que o novo paradigma do Estado Democrático de Direito nos coloca, por isso, não devemos mais falar em *universidade* e sim *multidiversidade*.

Referências

BARROSO, Luís Roberto. **Cotas raciais são legítimas com parâmetros razoáveis**. Consultor Jurídico. 25 abr 2012. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2012-abr-25/politica-cotas-raciais-legitima-parametros-razoaveis>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

Dworkin, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Políticas Públicas De Acesso E Permanência Da População Negra No Ensino Superior – Um Debate Em Curso.** Orientador: Prof. Dr. Robinson Moreira Tenório – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2009.

ZAGO, Nadir. **Do Acesso á Permanência no Ensino Superior: Percurso de estudantes universitários de camadas populares.** Revista Brasileira de Educação. V.11 N.32, Maio/Agosto

Produção de um herbário escolar como ferramenta didática para o ensino de Botânica em uma escola pública de ensino médio na cidade de Parnaíba, Piauí¹

²Therezinha de Jesus Carvalho Barros; ²Maria de Jesus Miranda Nunes; ²Thaynara Fontenele de Oliveira; ³Jesus Rodrigues Lemos

²Graduandas do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Piauí-UFPI/*Campus* Parnaíba-Monitoras do Projeto de Extensão; ³Professor Adjunto do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFPI/*Campus* Parnaíba-Coordenador do Projeto de Extensão

Resumo

Um material didático que pode ser utilizado na área de Botânica nas escolas da educação básica como pode ser, por exemplo, um herbário escolar. O presente trabalho propôs a construção e o uso de um herbário didático com alunos do 2º ano do ensino médio de uma escola pública na cidade de Parnaíba, norte do Piauí, com a finalidade principal de promover uma vivência diferenciada com parte do conteúdo de Botânica, relacionando a teoria à prática e estimulando a percepção dos alunos acerca da importância das plantas no cotidiano, auxiliando no processo ensino-aprendizagem. Todo o processo de construção do herbário escolar seguiu as técnicas usuais em Botânica para tal atividade. Os resultados mostraram significativamente a necessidade de práticas diferenciadas no processo de modificação da absorção do conhecimento teórico e prático por parte dos alunos, em contraposição a um sistema no qual vigora, na maioria das vezes, a simples memorização de nomes técnicos e conceitos abstratos e desconectados com a realidade, desvalorizando os fenômenos vivenciados pelos alunos.

Palavras-chave: Estratégia didática; Ensino de Botânica; Educação básica

¹Trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto de Extensão “Instrumentos didáticos para o ensino de Botânica em uma escola de ensino médio da cidade de Parnaíba, Piauí”

Introdução

Na maioria das escolas, as aulas de Botânica não possibilitam que o alunado tenha uma aprendizagem científica significativa e efetiva e uma das situações que dificulta esse aprendizado é a forma como vem sendo ensinada, ou seja, muito teórica, desestimulante, fundamentada na repetição e fragmentação do conteúdo, bem distante da realidade dos alunos (SILVA, 2008). Neste sentido, torna-se importante, e necessário, que o professor desenvolva atividades que possam dar ao aluno uma visão mais clara das relações que ocorrem no ambiente e estimule a reflexão a respeito destas relações. A aprendizagem em sala de aula é vista como algo que requer atividades práticas bem elaboradas, que desafiem as concepções prévias do aprendiz, encorajando-o a reorganizar suas teorias pessoais (DRIVER *et al.*, 1999).

Um método de trabalho que pode ser utilizado na área de Botânica pode ser, por exemplo, um herbário escolar, o qual funcionará como material didático. Um herbário cumpre a função científica de preservar e acondicionar as coleções de plantas devidamente coletadas para estudo, identificação e classificação de exemplares que após os procedimentos de herborização são incorporados à coleção, passando a receber a denominação de *exsicata* (planta desidratada acompanhada de uma ficha com informações sobre o coletor e o local da coleta da planta, por exemplo). Neste processo, os alunos podem participar ativamente, contribuindo em diferentes fases, passando pela coleta, herborização até a classificação do material, o que desencadeará em uma aprendizagem muito mais efetiva.

Neste contexto, o presente trabalho, realizado no âmbito de um Projeto de Extensão, visou desenvolver um herbário didático com a finalidade principal de promover uma vivência diferenciada com parte do conteúdo de Botânica, relacionando a teoria e a prática, uma vez que esta ferramenta estimula a percepção dos alunos acerca da importância das plantas no cotidiano, auxiliando no processo ensino-aprendizagem.

Metodologia

O trabalho desenvolveu-se em uma escola pública de ensino médio integral, localizada na cidade de Parnaíba, norte do Piauí. A amostra foi composta por alunos do 2º ano, correspondendo a cerca de 70 alunos.

Em um primeiro momento, aplicou-se um pré-questionário com nove questões onde analisou-se o conhecimento prévio dos alunos acerca do conteúdo de Botânica como um todo.

Em um segundo momento, uma atividade prática passou a ser desenvolvida, sendo a mesma a construção de um herbário didático.

O processo de formação do herbário escolar abrangeu quatro fases distintas: coleta da planta, prensagem, produção das exsicatas e identificação científica. Na primeira fase foram realizadas algumas coletas dentro e próximo à escola com a participação dos alunos, após as devidas instruções para cada fase do trabalho. Os alunos foram também instigados a perceber a variação e a diversidade das plantas na própria área onde transitavam rotineiramente. Na segunda fase, utilizaram-se materiais tais como prensas (feitas de madeira), papelão, jornal e barbantes. Na terceira fase, quando todas as plantas já estavam secas, foram confeccionadas suas *exsicatas* utilizando cartolina e papel madeira e, na última fase, ocorreu a identificação científica das plantas conforme as informações contida nas fichas de campo e a utilização de chaves dicotômicas, com as quais os alunos identificaram todas as plantas coletadas.

Após a conclusão das quatro fases do herbário, aplicou-se um pós-questionário com 10 questões, a fim de analisar tanto o conhecimento adquirido ao longo da prática diferenciada quanto a sua contribuição em sua vivência escolar e no seu cotidiano.

Resultados

A análise do pré-questionário demonstrou alguns aspectos importantes a serem observados, como o fato de que 100% dos alunos consideraram importante o estudo das plantas, ressaltando a sua importância e necessidade no seu cotidiano.

Quando se perguntou aos alunos que conheciam sobre o Reino *Plantae*, constatou-se que 96% dos alunos têm algum tipo de conhecimento, por menor que seja este. Apenas uma pequena quantidade (4%) afirma não possuir conhecimento sobre o referido Reino. Isto se torna bem interessante porque converge com a afirmação de Silva (2008), no qual ressalta que o conhecimento da maneira como as pessoas percebem o ambiente, como interagem com ele e que valores norteiam a forma como o indivíduo percebe o ambiente auxiliam na compreensão da visão de mundo e da capacidade de ação efetiva e responsável destas pessoas.

Ao perguntar-se sobre a os motivos pelos quais se devem estudar as plantas, 98% dos alunos responderam que as plantas são importantes para os seres humanos, uma vez que pode-se utilizá-las na alimentação, na indústria, no comércio, enfim, no dia a dia em geral. Carlini (2004) destaca que a aprendizagem significativa que acrescenta sentido novo ao universo de

conhecimentos dos alunos é aquela que estabelece continuamente a relação entre a teoria estudada e a realidade vivida.

Constatou-se, através deste questionário, que o conteúdo de Botânica tem sido trabalhado semanalmente, endossado por 37% dos alunos entrevistados, já 32% afirmaram que somente às vezes é abordado, 24% afirmaram que esta abordagem é mensal e 7% responderam que nunca se trabalha com esse conteúdo.

No decorrer das questões constatou-se que a maior dificuldade dos alunos (55%) está concentrada na complexidade do vocabulário dos termos botânicos. Para cerca de 26% deles a dificuldade está na falta do material para o acompanhamento nas aulas e 15% concentra-se nas aulas apenas dialogadas. Apesar disso, Krasilchik (2005) coloca que as principais funções das aulas, reconhecidas na literatura sobre o ensino de Ciências são: despertar e manter o interesse dos alunos; envolver os estudantes em investigações científicas; desenvolver a capacidade de resolver problemas e; compreender conceitos básicos e desenvolver habilidades.

Os alunos avaliaram a maneira como o conteúdo de Botânica é abordado no livro didático como ótimo (9%), bom (28%), regular (26%) e péssimo (7%).

Quando indagados sobre a percepção dos alunos sobre a diversidade de plantas na escola, verificou-se que 92% responderam que não existe enquanto que 8% afirmam que existe diversidade vegetal na escola.

Finalmente, neste pré-questionário, verificou-se o grau de interesse dos alunos em participar de um outro projeto que trabalhasse o conteúdo de Botânica e, neste quesito, 96% dos alunos gostariam de participar de algum projeto que envolvesse esse conteúdo, no qual seria trabalhado aspectos importantes relacionando a teoria e a prática. Apenas 4% dos alunos não participariam de projeto abordando o Reino *Plantae*. Este resultado parece apontar para uma clareza, por parte dos alunos, de que a relação contínua entre a teoria estudada e a realidade vivida promove uma aprendizagem significativa, acrescentando sentido novo ao seu universo de conhecimentos, como já mencionado por Carlini (2004).

A análise do pós-questionário aplicado tornou-se fundamental para procurar compreender os impactos e as contribuições da ferramenta didática utilizada (herbário escolar), no processo de aprendizagem dos alunos. Os diferentes aspectos desta avaliação são colocados e comentados a seguir.

Quando questionados sobre como avaliam a própria participação no projeto do herbário escolar, constatou-se que 40% dos alunos consideraram ótimo, 30% bom, 20% regular e 10% péssimo. Já em relação se a participação deles no projeto os fizeram perceber e observar a diversidade de plantas ao seu redor, cerca de 60% responderam que sim e 40% responderam que não foi possível observar através do projeto. Viveiro & Diniz (2009) destacam que as atividades de campo permitem o contato direto com o ambiente, possibilitando que o estudante se envolva e interaja em situações reais. Ainda indagou-se aos alunos se as plantas fazem diferença no dia-a-dia dos seres humanos e apenas 2% responderam negativamente, enquanto que 98% responderam positivamente, como trazido a seguir:

“As plantas são a base para que exista vida na terra.”

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN's (BRASIL, 2001) a aprendizagem será significativa quando a referência do conteúdo estiver presente no cotidiano da sala de aula e quando se considerar o conhecimento que o aluno traz consigo, a partir da sua própria vivência.

Quando indagados sobre a importância da construção de um herbário escolar e a contribuição que esta participação trouxe para eles, 70% deles respondeu que isto facilitou o aprendizado dos nomes complexos, 20% respondeu que seria dispensável e apenas 10% respondeu que não contribuiu em nada, pois além de requerer tempo, dedicação e concentração, às vezes prejudicava nas atividades diárias.

Em comentários espontâneos, colocados em espaço específico na questão, tem-se:

Aluno A: *“É uma ideia muito boa, porque possibilita aprender coisas novas sobre botânica”*.

Aluno B: *“(...) A conhecer mais sobre as plantas e suas espécies”*.

Torna-se importante salientar que uma porcentagem significativa dos alunos, como colocado anteriormente, tem consciência de que projetos como estes são de suma importância na rotina escolar e que na grande maioria das escolas é algo ainda inexistente, necessitando assim, de ações que modifiquem esta realidade.

Especificamente sobre cada uma das etapas de construção do herbário escolar, 80% responderam que eram importante pois se tornam essenciais ao aprendizado de Botânica e 20% disseram que não porque trata-se de uma atividade diferente da que estão acostumadas a vivenciar em sala de aula.

Indagando-se o motivo aos que consideraram a participação importante, obteve-se:

Aluno A: *“Importante, pois seguindo todas as etapas ensinadas fica bem mais fácil aprender.”*

Aluno B: *“Seria melhor se construir um herbário fosse obrigado na disciplina de biologia.”*

Um total de 90% dos alunos considerou positiva a construção do herbário na escola, contrapondo a apenas 10% deles. Quanto ao testemunho espontâneo dos primeiros, tem-se:

Aluno A: *“O herbário proporciona um maior aprendizado de características de diversas plantas e suas utilidades na vida dos seres humanos.”*

Aluno B: *“(…) Porque colocamos em prática o que aprendemos em sala de aula antes da primeira etapa, que foi coletar.”*

Pode-se constatar assim, que a experiência diferenciada de construir um herbário na escola torna-se importante, pois proporciona ao aluno algo inovador capaz de propiciar um desenvolvimento mais ativo e uma aprendizagem mais eficaz, como já apontado por alguns autores.

Em uma percepção final acerca da experiência do uso desta ferramenta didática na aprendizagem sobre plantas por parte dos alunos da escola trabalhada, pode-se constatar que 45% deles sentiram-se motivados em participar, 40% disseram estar felizes com a participação na atividade e apenas 10% deles desanimados e, quando questionados se os mesmos acreditam que as práticas trabalhadas facilitaram o aprendizado de Botânica e perceberam-se pontos positivos, como expressos a seguir:

Aluno A: *“Sim. O herbário facilita de várias formas, pois, com todas as suas características, ajuda a relacionar a teoria à prática.”*

Aluno B: *“Sim, pois nos fez entender sobre as diversas espécies de plantas.”*

Não pode-se deixar de comentar que, apesar de todos os benefícios adquiridos no desenvolvimento de um ferramenta auxiliar (nas aulas de qualquer disciplina), é preciso estar consciente das adversidades que existem no dia-a-dia dos alunos, isto porque estes nem sempre estão focados nas atividades a que se propõem a realizar, sendo isto um dos maiores desafios que existe na construção da aprendizagem.

Considerações Finais

Observou-se com esta pesquisa que aulas práticas diferenciadas funcionam como uma ótima ferramenta para despertar o interesse dos alunos em aprender o conteúdo apresentado.

Uma parte bem significativa da amostra (cerca de 80%) revelou ter interesse em estudar Botânica, porém, a maioria dos alunos afirmou sentir alguma dificuldade em assimilar o conteúdo. As dificuldades e a falta de interesse apresentadas por alguns alunos são também reflexos de um processo de ensino que enfatiza a simples memorização de nomes e conceitos abstratos e desconectados e que não valoriza os fenômenos vivenciados por eles. Trabalhos como estes ajudam a enriquecer o conhecimento a respeito do ensino de Botânica, tornando-se de vital importância para o aprendizado dos alunos porque permitem que estes questionem a teoria e alcancem suas próprias conclusões, atrelando o que viram nos livros didáticos ao seu cotidiano.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**; Meio ambiente e Saúde. Ministério da Educação. Secretária da Educação Fundamental, v. 9; 3. ed.; p.15- 54. Brasília, 2001.

CARLINI, A. L. E. Agora: Preparar a Aula. In: SCARPATO, M. (Org.). **Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer**. São Paulo: Avercamp, 2004. p. 127.

DRIVER, R.; ASOKO, H.; LEACH, J.; MORTIMER, E.; SCOTT, P. Construindo conhecimento científico em sala de aula. **Química nova na escola**, n. 9, p. 31-40, 1999.

KRASILCHIK, M. **Prática de Ensino de Biologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005,197p.

SILVA, P. G. P. **O ensino da botânica no ensino fundamental, um enfoque nos procedimentos metodológicos. 2008**. Tese de doutorado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru, 2008.

VIVEIRO, A. A.; DINIZ, R. E. S. Atividades de campo no ensino das ciências e na educação ambiental: refletindo sobre as potencialidades desta estratégia na prática escolar. **Ciência em tela**, v. 2, n. 1, 2009.

AS DIVERSAS CONTRIBUIÇÕES DO PRÉ-VESTIBULAR POPULAR PARA A FORMAÇÃO DO FUTURO PROFESSOR DE FÍSICA E PARA A COMUNIDADE DIRETAMENTE BENEFICIADA

Área Temática: Educação

Wendel Isac Pereira Viana (bolsista Física PREX/UFPI, Campus Teresina), Carlan Plácido de Holanda Silva (bolsista Física PREX/UFPI, Campus Teresina), Micaías Andrade Rodrigues (Subcoordenador, DMTE/CCE/UFPI), Lúcia Helena Bezerra Ferreira (Coordenadora, DMTE/CCE/UFPI)

Resumo

Relato de experiência do projeto Pré-vestibular Popular UFPI. Este relato tem como finalidade, socializar as diversas contribuições do Projeto Pré-Vestibular popular, na formação do futuro professor de física, levando em consideração todas as vivências, e experiências adquiridas no decorrer das práticas no referido projeto no ano de 2013. O projeto Pré- Vestibular popular que se deu início no ano de 2000 como o objetivo de proporcionar ao aluno de escola pública competir com igualdade sua tão almejada vaga no ensino superior.. O relato contará com um breve comentário da atuação do professor bolsista de Física no Pré-Vestibular Popular, sua visão antes e depois da experiência, as relações entre planejamento e prática de ensino, as efetivas contribuições para o desenvolvimento da prática docente do futuro profissional licenciado em Física, bem como os benefícios socioculturais e educacionais aos alunos que fazem parte do corpo discente do mencionado projeto. Também serão explanadas as formas de abordagens do ensino de física, pra que se preencham lacunas que não foram preenchidas na educação básica em especial no ensino médio, principalmente na área de física, com abordagens sócio-construtivistas.

Palavras-chave: Professor de Física. Pré-vestibular. Contribuições. Ensino Superior. Projeto de extensão.

Introdução

O projeto Pré- Vestibular popular que se deu início no ano de 2000 como o objetivo de proporcionar ao aluno de escola pública competir com igualdade sua tão almejada vaga no ensino superior. O projeto conta atualmente com 21 graduandos das mais diversas áreas (saúde, humanas e exatas), sendo que destes, 18 são bolsistas e 3 são voluntários, e ainda um coordenador e um subcoordenador, ambos conveniados ao DMTE/CCE. Conta-se especificamente com 3 professores de física, sendo destes somente 2 bolsistas, um cerca de 180 estudantes, previamente selecionados em duas etapas, a primeira consistindo em prova objetiva de múltipla escolha, contendo 90 questões típicas e uma redação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), e a segunda etapa consistindo na avaliação da documentação comprobatória exigida.

Visto em face da grande carência do ensino público no âmbito da educação básica, nota-se claramente que o projeto Pré-Vestibular popular tem uma contribuição efetiva para o desenvolvimento social e cultural dos alunos beneficiados, pois os mesmos tem a possibilidade de rever conteúdos que não conseguiram assimilar de forma satisfatória, ou mesmo ver aquilo que estava no ementário da educação básica, em especial do ensino médio, mas por limitação ou forças superiores, não foi repassado ou visto pelos alunos de uma forma satisfatória. Nesta problemática no decorrer das aulas, verem-se notadamente as carências de base dos referidos pré-vestibulandos, que agora tem a possibilidade de reverter a situação e buscar e lutar pelo tão almejado sonho, que é de ingressar em uma IES.

Metodologia

O projeto pré-vestibular popular tem como fundamental importância a inserção de jovens com limitações educacionais, no ensino superior, ou seja, aqueles jovens e adultos com uma base educacional “deficiente”. Com isso eles poderão ter a oportunidade adquirir conhecimentos que ainda não possui e/ou preencher lacunas que permaneceram abertas durante a formação na educação básica, e também socializar pensamentos, desenvolvendo assim senso crítico dos alunos beneficiados. Entretanto sabe-se ainda que no âmbito de ensino da Física na Educação básica, ver-se notadamente a prática tradicional de se ensinar, ou seja, professor explica pouco, e copia

várias fórmulas no quadro, fazendo que os alunos apenas sejam “adestrados”, com o conhecimento que lhes são repassados de forma estritamente tradicional.

...atribui-se ao sujeito um papel irrelevante na elaboração e aquisição do conhecimento. Ao indivíduo que está “adquirindo” conhecimento compete memorizar definições, enunciados de leis, sínteses e resumos que lhe são oferecidos no processo de educação formal a partir de um esquema atomístico. (Mizukami, 1986, p. 11)

Mas no Pré-Vestibular popular tivemos com êxito a oportunidade de trabalhar de forma diferentemente satisfatória, onde o aluno explanava suas dúvidas e socializava com a turma suas ideias, sendo também de forma intrínseca levada a eles um ensino construtivista, com exemplos práticos, e com relações comuns do cotidiano.

É notório que as ciências exatas, principalmente a física é um pouco que temida por muitos e não compreendida pela grande maioria, pois pelo simples fato de o ensino não ser adequado a realidade do aluno, fica mais complexo a interpretação prática da disciplina citada, então, por este e outros motivos, atitudes metodológica e didáticas tiveram de ser minuciosamente trabalhadas para que o corpo discente tivessem uma maior aproveitamento das aulas ministradas. Usando contextos reais para exemplificar fenômenos físicos e também permitir ao aluno divulgar suas ideias sobre os conteúdos ministrados, de forma a eliminar as deficiências das bases educacionais e diminuir significativamente a aversão pela física.

Levando com clareza as contribuições do referido projeto para o futuro profissional de física, temos a relação teórico-prática, que é de fundamental importância. Pois é bem diferente a relação entre, saber o conteúdo de física e saber repassar esse conteúdo de forma satisfatória para uma classe repleta de alunos, pois a sala de aula é um local amplo social, com vários pensamentos, várias e distintas ideias, então por este motivo a prática de elaborar e planejar aulas, criar e solucionar problemas são sem dúvida os pontos principais para que o futuro professor de física tenha um maior aproveitamento em suas aulas.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos não nos eram surpresa, pois todos os envolvidos colaboraram de forma efetiva e satisfatória para o bom andamento e desenvolvimento das metas planejadas. Alunos com força de vontade nos davam ânimo, para que fizéssemos um trabalho que não deixasse a desejar. Pois a grande maioria dos alunos beneficiados demonstrava que queriam realmente aprender ou mesmo correr atrás do tempo perdido, e fazer com que o “bicho papão” das ciências exatas, principalmente a Física, fosse nesse espaço de tempo, não tão mais temido. Então foi utilizado metodologias acessíveis e de fácil compreensão, pois quando falamos do Projeto pré-vestibular popular, falamos de um ensino médio revisado em 1 ano. Mas que por sinal é muito proveitoso, pois percebemos a evolução dos alunos no decorrer das aulas, com aplicação de lista de exercícios e simulado. Bem como numa participação mais efetiva nas aulas. As resoluções das questões típicas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), levando a cada aluno uma “familiarização” com o modelo adotado ao teste.

Um do resultado também esperado e obtidos, é que principalmente em relação professores bolsistas, percebeu-se também, uma evolução no que diz respeito no domínio de conteúdo, segurança nas aulas, e eficácia em seguir os planejamentos.

Conclusão

Tendo em vista o relato, e com base nos dados é cabível ressaltar que as contribuições do Pré-Vestibular popular para futuro professor de Física, bem como para os discentes beneficiado de forma direta, é de suma importância, pois além de desenvolver a prática docente do aluno da graduação, possibilita o desenvolvimento sociocultural da comunidade, fazendo com que facilite sua inserção no mercado competitivo de trabalho, despertando em cada um, a capacidade em que outrora estava camuflada, por conta das inúmeras dificuldades em que vivemos em nossa sociedade.

Referências:

SAVIANI, D. Escola e democracia. 24. Ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MIZUKAMI, M. G. N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André e PERNAMBUCO, Marta Maria. Ensino de ciências: fundamentos e métodos, São Paulo: Cortez editora, 2003.

Percepção De Gestoras Do Município De Parnaíba Em Relação À Acessibilidade De Crianças Com Deficiência Matriculadas Na Rede Municipal

Rebeca Barbosa da Rocha¹; Kamila Santos da Silva¹; Luzivan Francisco Gonçalves¹;
Alessandra Tanuri Magalhães²

¹ Acadêmicos de Fisioterapia- Universidade Federal do Piauí, Parnaíba

² Prof.^a Dr. Dep. de Fisioterapia- Universidade Federal do Piauí, Parnaíba

Resumo:

Introdução: Os indivíduos com algum tipo de incapacidade enfrentam obstáculos ao conviver em sociedade, seja no ambiente de trabalho, lazer ou escolar. Essas dificuldades podem ser percebidas desde a infância quando a criança é inserida na escola, mostrando obstáculos não apenas físicos como também socioculturais. Nesse contexto se observa a importância da acessibilidade. As escolas que oferecem adequadas condições de acesso garantem aos alunos maior autonomia. Dessa maneira, o presente estudo tem por objetivo verificar a percepção das gestoras do município de Parnaíba com relação à acessibilidade de crianças matriculadas na rede municipal **Metodologia:** Foi utilizado um roteiro de entrevista fechado composto por 15 questões. O questionário foi aplicado com as gestoras de 77 escolas municipais de Parnaíba, O questionário verificou a percepção das gestoras quanto à acessibilidade da escola e teve duração média de 10 minutos. **Resultados:** Foram observados que 85% das crianças com algum tipo de deficiência frequentam a escola diariamente, 60% das escolas possuem rampa de acesso na entrada da escola, 56% das gestoras não consideram sua escola acessível, 53% não possuem rampas de acesso dentro da escola, 88% não possuem corrimãos para o livre acesso do aluno especial, 65% não apresentam portas largas para o livre acesso do aluno especial, 82% não tem barras de seguranças nos banheiros para fácil acesso do aluno especial, 92% não possuem bebedouro adaptado para o aluno especial, 88% tem espaço adaptado no pátio para o aluno especial e ocorreram 60% casos de desistência do aluno especial na escola. **Conclusão:** apesar da deficiência, a maioria das crianças frequentam a escola diariamente, em relação à acessibilidade, as gestoras classificaram as escolas negativamente e foi constatado um índice significativo de desistência do aluno especial.

Palavras-chave: Acessibilidade, gestoras, deficiência.

Introdução

Segundo a OMS, deficiência é definida como toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica (OMS, 1997). No Brasil, de acordo com o censo demográfico de 2010 do instituto brasileiro de geografia e estatística cerca de 23,9% da população total tem algum tipo de deficiência. Sendo 18,60% visual, 5,10% auditiva, 7% motora e 1,40% mental ou intelectual. Estes valores quando comparados ao censo de 2000 mostra uma aumento significativo. Em 2000 a população total que apresentava alguma tipo de deficiência era composta de apenas 14,5% (BRASIL, 2010).

Os indivíduos com algum tipo de incapacidade enfrentam obstáculos ao conviver em sociedade, seja no ambiente de trabalho, lazer ou escolar. Essas dificuldades podem ser percebidas desde a infância quando a criança é inserida na escola, mostrando obstáculos não apenas físicos, como também socioculturais, pois as pessoas não apresentam preparo suficiente para lidar com a incapacidade do outro. Nesse contexto, a forma tradicional de atender as necessidades desses deficientes era através de um ensino educacional especializado, onde essas crianças relacionavam-se apenas com indivíduos de mesma condição. Esse cenário modificou-se com a declaração de Salamanca que inclui essas pessoas no ensino regular para que aprendam juntas independentemente das diferenças que apresentem, tendo a escola que se adaptar aos diversos estilos e ritmos de aprendizagem desses alunos (FERREIRA, 2009); (ESPANHA, 1994).

Ao longo dos anos pode-se perceber que ocorreram mudanças positivas nas políticas públicas e legislação, visando a inclusão e melhora no ensino desses estudantes. O que pode ser constatado pela lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei n. 9.394/96), que garante à inclusão a educação das crianças com deficiência na idade de zero a seis anos (BRASIL, 1996). Entretanto é perceptível que mudanças simples que permitem a acessibilidade destes alunos ao ambiente escolar, não são realizadas (FIEGENBAUM, 2009).

A acessibilidade pode ser definida como a possibilidade e a condição de utilizar, com segurança e autonomia, os edifícios, o espaço, o mobiliário e os equipamentos urbanos. As escolas que oferecem acessibilidade garantem aos alunos maior independência ao se locomover para utilização de todos os espaços. Atualmente o número de pesquisas nessa área vem crescendo, mostrando um maior interesse em verificar as condições de acessibilidade nas escolas (FIEGENBAUM, 2009).

A acessibilidade é dificultada por diversos tipos de barreiras que se caracterizam como obstáculo que limite ou impeça o acesso a circulação com segurança e a possibilidade de

acesso a informação. As barreiras podem ser: urbanísticas, nas edificações, nos transportes e nas comunicações. As principais barreiras encontradas nas escolas refere-se as de edificações, sendo uma estrutura física adequada indispensável para um processo educativo de qualidade (FIEGENBAUM, 2009).

Várias são as condições que caracterizam as escolas como acessíveis, como a presença de rampas de acesso dentro e fora da escola, corrimão, portas largas, barra de segurança nos banheiros, bebedouro adaptado entre outras estruturas que possa permitir a melhor utilização do espaço físico. Ressalta-se também a importância do apoio interdisciplinar, em que vários profissionais tais como fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo entre outros, podem oferecer auxílio tanto aos alunos, quanto as docentes, de forma a unir as áreas da saúde e educação. A atuação do fisioterapeuta no âmbito escolar ainda é pouco pesquisada, porém é possível observar que suas competências profissionais são válidas para promover uma adequação do ambiente escolar, orientar quanto aos equipamentos e dispositivos de suporte, auxiliar o aluno a se locomover na escola, informar quanto aos diagnósticos, quadros clínicos e esclarecer o professor quanto as capacidades e dificuldade do aluno (NETO, 2009). Porém as escolas públicas na sua maioria não possuem verba suficiente para adequar sua estrutura de forma acessível (DUARTE, 2006).

Dessa maneira, o presente estudo tem por objetivo verificar a percepção das gestoras do município de Parnaíba com relação a acessibilidade de crianças matriculadas na rede municipal.

Metodologia

Foi utilizado um roteiro de entrevista fechado composto por 15 questões. O questionário foi aplicado com as gestoras de 77 escolas municipais de Parnaíba. Para aplicação do questionário foi realizada uma visita na escola. O questionário avaliou a percepção da gestora quanto á acessibilidade da escola. e teve duração média de 10 minutos. Foi avaliado as condições físicas de acessibilidade, através das perguntas: “Você considera a sua escola acessível?” , “Existem rampas de acesso na entrada da escola?”, “Existem rampas de acesso dentro da escola?”, “A escola possui corrimãos para o livre acesso do aluno especial?” , “A escola possui portas largas para o livre acesso? , “Existem barras de segurança nos banheiros para fácil acesso do aluno especial”?, “Existe bebedouro adaptado?”, “Existe espaço adaptado no pátio para o aluno especial?”. A permanência desse

aluno na escola foi analisada através das perguntas: “Elas frequentam a escola diariamente?”, “Ocorreram casos de desistência do aluno especial na escola?”.

Resultados

De acordo com os resultados foram observados que as únicas questões que obtiveram como maior prevalência a resposta SIM foram as questões 1 e 3, as quais correspondem as seguintes perguntas: “*Elas frequentam a escola diariamente?*” (85%), “*Existem rampas de acesso na entrada da escola?*”(60%), respectivamente. As outras questões 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, e 10 que obtiveram como maior prevalência a resposta NÃO correspondem as seguintes perguntas: “*Você considera a sua escola acessível?*” (56%), “*Existem rampas de acesso dentro da escola?*” (53%), “*A escola possui corrimãos para o livre acesso do aluno especial?*” (88%), “*A escola possui portas largas para o livre acesso do aluno especial?*” (65%), “*Existem barras de seguranças nos banheiros para fácil acesso do aluno especial?*” (82%), “*Existe bebedouro adaptado para o aluno especial?*” (92%), “*Existe espaço adaptado no pátio para o aluno especial?*”(88%), “*Ocorreram casos de desistência do aluno especial na escola?*”(60%), respectivamente.

Discussão

A legislação assegura aos deficientes o direito a saúde, lazer, educação e trabalho, contribuindo para o processo de inserção do mesmo na sociedade. Entretanto esse acesso é dificultado pelas barreiras físicas e sociais que ainda persistem. Nesse presente estudo foi observado que ocorreram 60% casos de desistência do aluno especial na escola, o que pode ter ocorrido pela falta de acessibilidade e preparo dos profissionais (SANCHES, 2007). Uma porcentagem significativa indica que as escolas não possuem estruturas físicas adequada, o que contraria as normas da ABNT, que determina que os locais de utilização pública e privada de uso comunitário devem ser adaptados, com o objetivo de promover a maior acessibilidade possível aos indivíduos, e que as rampas não podem ter pisos escorregadios e obrigatoriamente devem ter corrimãos (GALLO, 2011)

O ministério da educação considera como adaptação necessária aos banheiros, que estes sejam amplos e possuam barras nas paredes, mas das escolas visitadas 82% não apresentam esta adequação (SILVA, 2006). Em relação aos bebedouros deve haver uma melhor aproximação possível do aluno, como no caso dos cadeirantes as bicas devem está a uma altura de 0,80 metros do piso, das escolas pesquisadas 92% não possuem bebedouro adaptado. O estudo realizado por Melo *et al* corrobora com os nosso achados, onde as escolas

Orientação e mobilidade: Promovendo a independência da criança com deficiência visual

investigadas apresentaram muitas barreiras arquitetônicas ,mas constatou-se uma adaptação pequena, através de rampas de acesso, que no presente estudo representaram uma porcentagem de 60% (MELO, 2007).

É perceptível que as escolas de ensino regular não propiciam uma atuação conjunta entre profissionais da saúde educadores, o que pode resultar em uma maior evasão escolar. Segundo Heymeyer *et al* a deficiência prejudica a troca de experiência e exploração do meio ambiente, dessa forma as crianças devem ser estimuladas á aprendizagem, destacando a importância do fisioterapeuta neste ambiente, que tem objetivo minimizar as dificuldades do aluno, desenvolvendo ao máximo suas potencialidades, consequentemente colaborando com o trabalho dos professores (TAGLIARI, 2006).

Considerações Finais

Ao final do presente estudo foi verificado que uma parcela significativa das escolas não se encontra adaptada para satisfazer as necessidades da criança com deficiência, refletindo em um índice significativo de desistência do aluno especial. Um dado que alarma para a necessidade de implantação de medidas de acessibilidade. Destaca-se a grande valia do Fisioterapeuta na escola, com o intuito de minimizar as dificuldades de acesso e adaptar as práticas pedagógicas visando autonomia da criança.

Referências

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> acesso em: 11 de outubro de 2013.

BRASIL. IBGE. **Cartilha do censo 2010, pessoas com deficiência**. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>> Acesso em: 14 de outubro de 2013.

DUARTE, C. R. **Proposta de Metodologia de Avaliação da Acessibilidade aos Espaços de Ensino Fundamental**. In: Anais NUTAU 2006: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade. São Paulo, USP: 2006.

ESPANHA. Declaração de Salamanca. Dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994.

FERREIRA, W, P. **Direitos da pessoa com deficiência e inclusão nas escolas**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_ferreira_direitos_deficiencia.pdf> Acesso em 13 de outubro de 2013.

FIGENBAUM, J. **Acessibilidade no contexto escolar: tornando a inclusão possível**. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/33297>> Acesso em: 11 de outubro de 2013.

GALLO, E.C. *et al.* Análise da acessibilidade das pessoas com deficiência física nas escolas de Chapecó-SC e o papel do fisioterapeuta no ambiente escolar. **O Mundo da Saúde**. São Paulo, 35(2):201-207, 2011.

HEYMEYER, U. *et al.* O bebê, o pequerrucho e a criança maior: guia para a interação com crianças com necessidades especiais. São Paulo: Memnon, 2004/LORENZINI, M. V. O Papel do Fisioterapeuta em Classe Especial de Crianças Portadoras de Deficiência Física. **Rev. Fisioterapia em Movimento** vol. IV. n. 2, 1992.

OMS. Classificación internacional de las deficiencias actividades e participación: um manual de las dimensiones de la inhabilitación e su funcionamiento. Ginebra. 1997. (Versão preliminar).

MELO, F.R.L.V. *et al.* Acolhendo e atuando com alunos que apresentam paralisia cerebral na classe regular: a organização da escola. **Rev Bras Educ Esp**. 13(1):111-30, 2007.

Orientação e mobilidade: Promovendo a independência da criança com deficiência visual

NETO, A. C. J. *et al.* Contribuições do fisioterapeuta na inclusão escolar de alunos com deficiência sob a perspectiva do brincar. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v.9, n.1, p.76-91, 2009.

SANCHES, I. T. A. Procurando indicadores de educação inclusiva: as práticas dos professores de apoio educativo. **Rev Port Educ.** 20 (2):105-49, 2007.

SILVA, A.F, *et al.*. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física. Brasília: **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial**, 2006.

TAGLIARI, C. Análise da acessibilidade dos portadores de deficiência física nas escolas da rede pública de Passo Fundo e o papel do fisioterapeuta no ambiente escolar. **Rev Neurociência.** 14(1):10-4, 2006.

A transformação da identidade dos bolsistas PET cidade, saúde e justiça por meio de estudos e práticas psicossociais na cidade de Picos-PI¹

Larice Íris Marinho Moura¹; Ana Roberta Vilarouca da Silva²; Janille Maria Lima Ribeiro³

1-Discente do curso de História da UFPI/CSHNB, Picos-PI. Bolsista do PET Cidade Saúde e Justiça da UFPI/CSHNB.

2 - Doutora em Enfermagem. Docente Adjunto II Enfermagem UFPI/CSHNB e Mestrado Ciências e Saúde – UFPI. Tutora do PET Cidade, Saúde e Justiça - UFPI/CSHNB. Líder do Grupo de Pesquisa em Saúde Coletiva - GPESC/CNPq/FAPEPI/UFPI.

3 - Mestre em Psicologia. Docente do curso de Pedagogia da UFPI/CSHNB em Picos –PI.

RESUMO

Este resumo traz uma análise geral das atividades desenvolvidas pelos bolsistas do PET Cidade, Saúde e Justiça da UFPI durante os seus dois primeiros anos, e de como as práticas psicossociais que fundamentavam essas atividades atingiram, a ponto de transformar cotidianamente, a vida dos bolsistas. Para tanto foram aplicados questionários a cada bolsista com perguntas subjetivas e que respondem nossas indagações a cerca da transformação da identidade dos mesmos. É, portanto, um trabalho que nos permite avaliar o que foi feito nesse determinado período de tempo (2010 ao primeiro semestre de 2013), qual a importância dos trabalhos de ensino, pesquisa e extensão para o aprimoramento humano de cada bolsista de forma particular, a partir do contato com a comunidade Parque de Exposição, um bairro carente da cidade de Picos, que é nosso público alvo. Nosso objetivo foi proporcionar uma autorreflexão sobre os papéis sociais que assumimos e como os assumimos ao longo desse tempo transformando nossa identidade. A leitura deste busca não só divulgar tais resultados, mas estimular esse exercício de autorreflexão dentro dos grupos de trabalhos coletivos, atividade importante para revisão e aprimoramento de nossas formas de agir e pensar.

PALAVRAS-CHAVE: identidade; práticas psicossociais; relatos de experiências.

INTRODUÇÃO

Será apresentada uma análise de como os estudos e práticas psicossociais desenvolvidas no PET Cidade, Saúde e Justiça refletiram na vida dos bolsistas do programa, provocando mudanças nas suas identidades. Esses estudos resultam em práticas

¹Análises de relatos de experiências de campo dos bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET Cidade, Saúde e Justiça).

conscientizadoras e libertadoras que nós bolsistas buscamos instigar em uma comunidade carente próxima do campus universitário, e é esse contato com uma realidade, que antes nos parecia distante, que transformou, ou melhor, transforma a cada dia a nossa identidade, ou seja, a ideia que temos de nós próprios e os princípios que demarcam o nosso lugar e importância no contexto social no qual estamos inseridos. Para tal observação é importante a compreensão dos objetivos e papéis do Programa de Educação tutorial (PET) como um todo, e das particularidades do PET Cidade, Saúde e Justiça.

O propósito geral de um grupo PET, Programa de Educação Tutorial, é ampliar os conhecimentos dos bolsistas, subsidiando o desenvolvimento de pesquisas e a qualificação da formação acadêmica. O PET Cidade, Saúde e Justiça teve aprovação em dezembro de 2010 para o Campus Senador Helvídio Nunes de Barros da Universidade Federal do Piauí (UFPI), através de edital público, cujo projeto inscrito foi produzido pelos professores: Msc. Janille Maria Lima Ribeiro (tutora), Msc. Fortunato Monge e Msc. Ada Raquel Teixeira Mourão (professores colaboradores). O quadro de bolsistas foi composto por meio de seleção, onde doze alunos de diferentes cursos do Campus foram escolhidos.

Um ponto que diferencia o PET Cidade, Saúde e Justiça de muitos grupos do Programa, e o enriquece, é o seu caráter interdisciplinar. Essa característica possibilita a expansão dos horizontes de conhecimento que vai além da formação acadêmica oferecida pela Universidade. O quadro de bolsistas é constituído por cinco discentes do curso de Licenciatura em História, duas do curso de Bacharelado em administração, três do curso de Bacharelado em Enfermagem, e duas do curso de Bacharelado em Nutrição.

Em opinião geral dos bolsistas, nos sentimos privilegiados por trabalhar em um programa que envolve o tripé *Ensino, Pesquisa e Extensão*, o que nos oportuniza desenvolver atividades extracurriculares que capacitem, de forma ampla e não especializada, os bolsistas, e estes possam reproduzir e produzir, em seus cursos, novos e já sedimentados conhecimentos. São desenvolvidos grupos de estudos semanais cujos textos trabalhados envolvem as temáticas que nomeiam o grupo (cidade, saúde e justiça).

A *Psicologia Social*, de base crítica, e a *Educação Popular*, com base em *Paulo Freire*, fundamentaram no decorrer de 2010 até o primeiro semestre de 2013 grande parte dos textos estudados. Ferramentas metodológicas para trabalhos de campo e metodologia científica foram outro polo de conhecimento deste grupo de estudos. Os textos eram discutidos por todos, o que nos permitia apreender informações e sentidos que passam despercebidos ou percebidos de outra maneira durante a leitura. Havia, portanto, uma troca de conhecimentos.

As leituras e discursões possibilitaram a construção de um amparo teórico para o desenvolvimento dos trabalhos de Extensão em uma comunidade empobrecida situada ao lado do Campus, o bairro Parque de Exposição. O projeto de Extensão “Cidade e Universidade em ação” tinha como objetivo *conscientizar* as pessoas que vivem em um *contexto social excludente* e de opressão sobre o que podem fazer para, em coletividade, mudar ou, pelo menos, amenizar situações de *sofrimento psicossocial*. Por meio do diálogo com os moradores do bairro, o trabalho de intervenção era destinado para que repensem suas atitudes e seus cotidianos, percebam que existe um caminho de libertação.

E, por meio de uma comunicação que, segundo Paulo Freire (1983), consiste na troca de informações, pensamos em atitudes e escolhas capazes de melhorar a qualidade de vida das pessoas da comunidade, levando-as a lutarem pelo lugar que cada uma tem direito no meio social. Pretendíamos também construir um elo entre a Universidade e a comunidade, a fim de mostrar um *novo conceito de Universidade*, diminuindo as barreiras que existem entre esses dois polos, pois, muitas vezes, a vida acadêmica inferioriza ou exclui as pessoas advindas de comunidades pobres.

Iniciamos também um mini projeto de extensão orientado pela professora Iael de Sousa, que era um desmembramento do projeto geral, na Casa Aliança, uma ONG situada no bairro que atende um público de jovens com trabalhos de reforço escolar e atividades culturais. Nosso objetivo era ganhar um espaço dentro dessa instituição para através de metodologias especializadas, desnaturalizar a situação de vida desses jovens, para que eles se conscientizem do seu verdadeiro papel no espaço social e seus direitos, mostrando como a situação em que vive, ou seja, situação de opressão foi uma construção histórica que se percebe desde o início da colonização do Brasil. Nos fundamentamos em Darcy Ribeiro com o livro *O Povo brasileiro*, e Sérgio Buarque de Holanda, com o livro *Raízes do Brasil*.

Descritas aqui algumas atividades desenvolvidas no recorte temporal de dois anos e meio de PET, podemos tecer análises sobre a influência dessas atividades e estudos na identidade dos bolsistas.

METODOLOGIA

A proposta central desse texto é analisar as mudanças das identidades dos bolsistas do PET Cidade, Saúde e Justiça a partir das atividades desenvolvidas pelo grupo. Vale ressaltar que todas as atividades que contemplam o tripé que privilegia o programa, ensino, pesquisa e extensão, serão abordadas no decorrer desse trabalho. Contudo, para definir a metodologia utilizada para tal investigação, me voltarei para as atividades de Extensão já que, me apropriei

do método do questionário, uma das primeiras ferramentas utilizadas por nós, bolsistas, ao iniciarmos os trabalhos de campo.

De modo particular, mas como ponto de instigação, me senti tocada com as leituras que estávamos fazendo e com as discussões nos grupos de estudos. Cada bolsista associava o contexto das leituras com o seus futuros ambientes de trabalho, com os problemas dos bairros em que residem e até mesmo com questões da própria Universidade, e chamo atenção para esse último espaço, que deveria ser um local mais igualitário, pois cada um contribui com o que sabe para a construção de um conhecimento. Mas, ao contrário disso, construiu-se uma hierarquização de conhecimento que diminui o aluno e o faz um ser oprimido. Esses levantamentos e indagações que foram surgindo entre nós, os doze bolsistas e a tutora, me transformaram em uma pessoa bem mais humana, capaz de ver com olhos críticos e perspectiva de ajudar na situação do outro, saindo do estado de egoísmo que nos faz sentirmos tranquilos e bem quando temos uma qualidade de vida que jugamos boa e várias oportunidades de crescimento no nosso meio social.

Uma das primeiras etapas do trabalho de extensão que nós, bolsistas do PET Cidade, Saúde e Justiça, realizamos, foi a visita às instituições instaladas no bairro Parque de Exposição, uma comunidade carente onde se situa a UFPI, para coletas de dados gerais sobre a comunidade a qual assistiam. Esse primeiro contato nos permitiu enxergar uma realidade lastimável e que estava tão próxima de todos nós. Foi nesse momento que cresceu e se estabilizou uma vontade que com certeza não era só minha, de contribuir para mudanças por meio de um pensar crítico sobre a vida de uma coletividade que vive em situação de opressão e descaso.

Ao estabelecermos um contato mais formal com as instituições Casa Aliança, Craas, Grupo de idosos da Igreja, Centro de Zoonoses, SESI, Associação de moradores e PSF, aplicamos sociodramas com as pessoas que eram assistidas por essas instituições. O sociodrama é uma ferramenta metodológica criada por Jacob Levi Moreno, e que tem o propósito de chegar à cura emocional das pessoas a partir do acolhimento do grupo. Segundo Moreno (2003) as pessoas não adoecem emocionalmente sozinhas, portanto, também não se curam sozinhas. A partir dessas metodologias de questionário e sociodrama fortalecemos laços com moradores que faziam parte de algumas instituições, mas que julgo as principais: Casa Aliança e Grupo de Idosos da Igreja católica, compreendendo jovens e idosos. A partir de visitas regulares começamos a repassar a nossa proposta de “fazer com” eles e não “para” eles, diferenciando-nos dos outros trabalhos realizados no bairro que consistem em práticas assistencialistas.

Segundo Freire (1983), essa proposta do trabalho conjunto exige a mesma responsabilidade dos profissionais (no caso, acadêmicos em formação) envolvidos e da população e garante uma autogestão da população quando o trabalho profissional for concluído. Já o trabalho assistencialista torna a população muito passiva e quando o trabalho dos profissionais acaba, os benefícios também acabam, pois a população não é instigada a “andar com as próprias pernas”.

Para a construção dessa pesquisa aqui exposta utilizei o método do questionário com perguntas diretas, aplicadas para os onze bolsistas que são os sujeitos dessa investigação. Busco entender algo particular de suas vidas, se houve, e como as atividades que aqui expus, desenvolvidas em dois anos e seis meses de PET alteraram suas identidades. Assim, como nos fundamentamos na Psicologia Social para compreender a relação indivíduo-sociedade, e procuramos entender, no projeto de extensão, a relação dos indivíduos do bairro Parque de Exposição com a sociedade picoense, recorro a ela para entender a relação do bolsista com a sociedade depois das vivências no PET Cidade, Saúde e Justiça.

Faremos uma análise a cerca do termo identidade para que possamos refletir e observar com propriedade a transformação da identidade dos bolsistas desse programa. Segundo Ciampa (2004) são vários os elementos que nos caracterizam e constituem a nossa identidade, por isso para a análise desse termo devem ser levados em consideração os fenômenos sociais, psicológicos e biológicos. Bock et al. (2008) define identidade como a consciência que temos e as representações que fazemos do “eu”. Para os autores, como o homem é um ser em movimento constante, a identidade também é algo que muda de acordo com as relações que vamos assumindo com o mundo social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conhecimento adquirido nos grupos de estudos, as experiências realizando pesquisas e extensão, os contatos com a comunidade, o acesso à informações sobre a cidade e as oportunidades que nós, bolsistas, temos no cotidiano do PET Cidade, Saúde e Justiça nos permitiu desenvolver um senso crítico que nos leva a questionar os problemas da cidade e da população em geral, despertando o desejo de fazer mudança a partir da conscientização e de uma Educação libertadora. Com isso, procuramos desenvolver trabalhos não assistencialistas, ou seja, não fazer algo por essas pessoas, vítimas de exclusão social e descaso público, mas, “abrir os olhos” desses indivíduos para o contexto em que estão inseridos e levá-los a lutar por uma sociedade igualitária.

O trabalho coletivo do grupo e as vivências citadas anteriormente, me trouxeram inquietações quanto à influência dessas experiências na vida particular e na identidade dos bolsistas. Para tanto, foram analisados questionários de perguntas subjetivas, respondidos por cada bolsista, bem como os trabalhos já desenvolvidos, o êxito das atividades que foram realizadas e a superação de várias dificuldades encontradas nessa caminhada rumo ao conhecimento.

A partir de minha experiência enquanto bolsista e fazendo uma auto avaliação da minha identidade e das transformações desta, desde quando assumi o papel de bolsista do PET Cidade, Saúde e Justiça, procurei investigar como o conhecimento e as novas relações que foram estabelecidas nos trabalhos de extensão e demais atividades que desenvolvemos no grupo, influenciaram no crescimento de nossa (bolsistas) sensibilidade a ponto de formarmos um grupo pensante e altamente crítico com espírito de mudança. A experiência pessoal foi o ponto de instigação para a pesquisa, mas o objeto de estudo em si consiste nas particularidades de todos os bolsistas, analisadas através dos questionários aplicados.

Nossa identidade tinha tudo para mudar quando assumimos a vida acadêmica, mas trata-se de uma instituição que, embora pública e com papel de sociabilidade de conhecimento, é constituída e sustentada por processos políticos e relações de poder que rouba o espaço de liberdade dos alunos. De fato ela mudou, porque foi no espaço da Universidade que surgiram novas relações sociais e culturais, como também o contato com novos conhecimentos. Contudo, não nos é ensinado a aplicar nossos saberes no nosso dia a dia como um refúgio das desigualdades sociais. Na análise dos questionários percebi que o PET foi uma porta para a liberdade de expressão e trabalhos com perspectiva de mudança social. Na opinião geral, é um exercício que nos faz sentirmos vivos e capazes de fazer a diferença.

De modo geral, todos os questionários respondidos nos permitem concluir que a experiência enquanto bolsistas alterou de forma significativa a vida de cada um, tanto no que diz respeito ao melhoramento no âmbito acadêmico, quanto no enriquecimento de outros conhecimentos consequentes do trabalho interdisciplinar. Percebe-se também, uma mudança no senso crítico e na sensibilidade adquiridos tanto com as leituras quanto com o contato com a comunidade. Tivemos a oportunidade de conhecer a realidade do outro, algo que passa despercebido muitas vezes entre nós mesmo sendo algo que marca o cotidiano da cidade. Nos fez pensar mais no coletivo e como nós poderíamos intervir nesse tipo de realidade excludente a partir da educação. Enfim, para todos, foram experiências gratificantes viabilizadas pelos trabalhos de extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que o trabalho coletivo, tanto do grupo em si como do grupo com a comunidade, além de mais produtivo e mais rico, nos faz crescer e acreditar no potencial de todos envolvidos na mesma causa, assim como na igualdade social, ou seja, nos faz perceber que há diferentes culturas circulando dentro do espaço da cidade, ou da Universidade e até mesmo de uma comunidade, e muitas vezes as pessoas são julgadas e inferiorizadas por essas manifestações culturais. Portanto, todo conhecimento pode ser somado e contribuir para a eficácia nos trabalhos sociais.

Conclui-se, portanto, que o sentimento dos bolsistas em relação a oportunidade de fazer parte desse time de mudança é satisfatório. E é sem dúvida a chave da liberdade que nos foi entregue e que faz diferença na nossa vida pessoal e cívica, que nos deixa inquietos e incapazes de aceitar injustiças sociais, e com o desejo insustentável de propagar e expandir os nossos direitos e deveres enquanto cidadãos (ser social) e seres humanos (ser pessoal). A mudança de pensamento gera a mudança de comportamento o que resulta em uma transformação de identidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; Teixeira, Maria de Lourdes Trassi.

Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. 14ª ed. São Paulo: Saraiva 2008.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a História da Severina.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. Identidade. In: LANE, S. T. M. & CODO, W. (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

FREIRE, Paulo Régis Neves. **Extensão ou comunicação?** Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 8 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MORENO, Jacob Levy. **Psicodrama.** 9 ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

PERSPECTIVAS DA TRANSDISCIPLINARIDADE EM LEITURAS DE TEXTOS INTERPRETATIVOS NO PRÉ-VESTIBULAR POPULAR DA UFPI¹

1 - Crisadália Oliveira Rodrigues; 2 - Luciene do Rêgo da Silva; 3- Smael Maicon de Sousa Lima

Universidade Federal do Piauí / 1- Graduanda em Letras Português; 2 – Graduanda em Letras Português/Francês; 3 – Graduando em Letras Português/Francês

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar as perspectivas da transdisciplinaridade em leituras dos textos interpretativos realizadas pelos alunos do Pré-Vestibular Popular da UFPI. Para tanto, levamos em consideração que a disciplina Português e suas subdivisões (Gramática, Literatura e Redação) são disciplinas multidisciplinares, pois são base para as demais. A transdisciplinaridade é explorada principalmente nos textos literários e nos textos das Redações, além disso as regras gramaticais são utilizadas por todas as disciplinas do Vestibular. Esta transdisciplinaridade foi explorada na nossa disciplina, através dos textos lidos e interpretados. Consideramos que este projeto tem como alvo os estudantes da rede pública e nós, como professores de língua portuguesa devemos tentar sanar as deficiências que porventura estes alunos possam trazer do ensino regular. Nesse sentido, nos perguntamos: que perspectivas os aprendentes, com vulnerabilidade social, apreendem para a interpretação das provas do ENEM até que ponto a visão de mundo destes aprendentes influencia na sua interpretação?

PALAVRAS-CHAVE: Ensino, Leitura, Conhecimento prévio, Transdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

O Pré-Vestibular Popular da Universidade Federal do Piauí tem como público-alvo os alunos da comunidade oriundos da escola pública. Estes alunos em vulnerabilidade social trazem do ensino regular algumas falhas, que são reflexo de um ensino pautado no Cartesianismo, o qual de acordo com SANTOS (1995) “direciona o olhar das pessoas, exclusivamente para o que é objetivo e racional ..”, ou seja, essa visão de mundo desconsidera o conhecimento prévio do aprendente e se focaliza apenas na objetividade, não considera a sua vida fora da sala-de-aula, seu cotidiano, seus aspectos culturais . Todavia, o método de ensino adotado pela nossa disciplina,

1 Projeto de Extensão Pré-Vestibular Popular

Português, fundamenta-se na transdisciplinaridade, que é contrário à disciplinaridade, segundo SANTOS (1995) “reivindica a centralidade da vida nas discussões planetárias”.

Desde o surgimento do ENEM tem-se observado a presença da transdisciplinaridade nas questões e o caráter subjetivo das discussões e interpretações textuais. Consideramos que a disciplina Português e suas subdivisões (Gramática, Literatura e Redação) são disciplinas multidisciplinares, pois são base para as demais. Ademais, a transdisciplinaridade é explorada principalmente nos textos literários e nos textos das Redações, além disso as regras gramaticais são utilizadas por todas as disciplinas do Vestibular. Exploramos em nossa disciplina a transdisciplinaridade através das leituras, discussões, interpretações e produções textuais. Para tanto, fizemos vários questionamentos como: que perspectivas os aprendentes, com vulnerabilidade social, apropriam-se linguisticamente para a interpretação das provas do ENEM? Até que ponto a visão de mundo destes aprendentes influencia na sua interpretação? Nosso trabalho tem por objetivo investigar as perspectivas da transdisciplinaridade em leituras dos textos interpretativos nos alunos do Pré- Vestibular Popular da UFPI.

METODOLOGIA

A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica, com ênfase na confrontação entre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o relato das nossas experiências enquanto docentes das disciplinas de Língua Portuguesa (Gramática, Literatura e Redação) no Pré-Vestibular Popular da UFPI 2013. Tendo em vista, as metodologias de caráter transdisciplinar adotadas pelos professores, pois de acordo com BRASIL (2000, p.16) é necessária uma “reflexão sobre o uso da língua na vida e na sociedade”.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nossa fundamentação teórica baseia-se nos pressupostos da chamada escolanovista e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, uma vez que, esta, rompeu com o modelo tradicional de ensino e propôs que o aluno fosse o foco do processo educacional. A Escolanovista privilegiava a leitura silenciosa como um método de reflexão do aprendente, em busca da formação de um cidadão crítico capaz de juntar as suas experiências pessoais, com o conhecimento sistemático proporcionado pela escola.

Adotamos o livro *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire, para discutirmos as práticas docentes em sala-de-aula. Focamos neste método para avaliarmos a forma que estava sendo ministrado o conteúdo da disciplina e se os alunos, além de receptores, são atores, que possuem autonomia e conhecimento prévio, o qual deve ser valorizado e considerado pelo professor durante sua prática docente.

Escolhemos trabalhar com o conceito de Transdisciplinaridade na nossa pesquisa, porque o Enem, diferentemente da perspectiva que é adotada pelas escolas, alia-se a uma nova perspectiva de educação, onde o conhecimento cartesiano tradicionalista é deixado de lado em nome de uma abordagem multicultural e transdisciplinar, tendo como foco educacional o agente antes passivo e agora ativo, o alunado. Portanto, cumprindo o que já está legislado nos PCNs e nos padrões da escolanovista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da experiência docente no Pré-Vestibular Popular da UFPI podemos verificar que a perspectiva transdisciplinar está presente no ensino de Língua Portuguesa. Esta transdisciplinaridade constitui-se como válvula propulsora da aprendizagem, não só da referida disciplina, como das demais ciências, assim como é a porta para as discussões de caráter multicultural da Educação. Sendo assim, a relação professor-aluno deve pautar-se no conhecimento prévio do aprendente, levando em conta a sua visão de mundo, observando os fatores que se entrecruzam e se transculturam, formando um ensino muito além da sistematização escolar, em prol de um ensino para a vida.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de [et al]. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 122p.

BRASIL. **Ministério de Educação**. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino médio*. Brasília: MEC, 2000. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf> Acesso em 15 Nov. 2013

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e Terra. Coleção Saberes, 1996.

SANTOS, Akiko. **Cadernos de Educação. O que é transdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. Disponível em <http://www.ufrj.br/leptrans/arquivos/O_QUE_e_TRANSDISCIPLINARIDADE.pdf> Acesso em: 14 nov. 2013.



III Seminário de Extensão e Cultura da UFPI I Mostra de Comunidades

HISTÓRIA

• COMUNICAÇÕES

Extensão e
Cultura
Para Uma
Universidade
Cidadã



PREX

Pró-Reitoria de Extensão





COMUNICAÇÕES

RELAÇÃO DE TRABALHOS E AUTORES, POR ÁREA TEMÁTICA COMUNICAÇÕES ORAIS

ÁREA TEMÁTICA	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES
1. HISTORIA	Lima Barreto: imaginário e sensibilidade sobre a vida dos subúrbios dos cariocas na Belle Époque tropical	<u>Thiago Venícius de Sousa Costa</u>

LIMA BARRETO: imaginário e sensibilidade sobre a vida nos subúrbios carioca na Belle Époque tropical.

Thiago Venícius de Sousa Costa

Universidade Federal do Piauí, Graduando do curso Bacharelado em História.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar como Lima Barreto, a partir de seus artigos e crônicas, apresenta os subúrbios e suburbanos carioca durante o início do século XX. Para tanto, será observado os retratos que faz sobre a cidade do Rio de Janeiro, da política administrativa da Capital Federal, o modo como o autor atribui significações as condutas dos sujeitos da urbe, assim como das práticas populares que foram sendo re-significadas e ganharam outras conotações com o advento da República, a exemplo das cartomancias, médiuns e violeiros.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade. Subúrbio. Lima Barreto.

INTRODUÇÃO

O final do período oitocentista para o início do século XX é marcado por um processo de metropolização das grandes cidades. As novas tecnologias, emanadas pelo espaçamento tentacular do capitalismo, criam outras formas de agir, sentir e vivenciar a cidade. Assim como padrões sociais, que serão incorporados e distribuídos por inovações adversas, seja pela musicalidade sôfrega nas ruas pelas buzinas dos automóveis ou pela luz expectorante dos cinemas.

Esse processo de modernização será dado de maneira significativa no Brasil, na mesma virada do século, em São Paulo e no Rio de Janeiro. A segunda de modo particular, por ser a capital do país, maior centro cultura, populacional e irradiador do cosmopolitismo. As novas técnicas, as sensibilidades, os comportamentos, os novos sistemas de valores espelhados nas vitrines pelo *smartismo* irá configurar a *Belle Époque* carioca.

As transformações que ocorreram na capital fluminense durante os primeiros anos da República foram palco de discussões e registro por diferentes cronistas e literatos. Lima Barreto é um destes que soube colocar a pena de maneira sensível esses acontecimentos.

Nesse processo de criação, o autor de Policarpo Quaresma, acaba por imprimir atributos biográficos na vasão de sua produção literária. O que lhe conferir características de personalista, à medida que não diferencia o produtor do ficcionalista. Contudo, nessa maneira de ditar feições singulares que o particulariza, procurando sempre utilizar uma linguagem enxuta e sem retórica, o mulato carioca abusa do sarcasmo, da irreverencia e da caricatura para expor diferentes personagens e situações que revelem o cotidiano da urbe. Em especial nos subúrbios carioca, originados sobre as conjunturas da ação do capitalismo internacional, o desenvolvimento dos transportes, pelas reformas urbanas e sanitárias.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa se dará por meio de leituras e fichamentos dos artigos, crônicas de Lima Barreto, reunidos em quatro obras publicados pela Editora Brasiliense, em 1956, *Feiras e mafuás*, *Histórias do Reino de Jambon*, *Marginália* e *Vida urbana*. Onde atentaremos para algumas palavras chaves que evidenciem da melhor forma as questões que norteiam à problemática: República, modernização, urbanismo, subúrbio, cidade, cotidiano, manifestações populares, políticas públicas e Administração Municipal. Paralelo ao processo de coleta, articularemos nossa discursão as produções acadêmicas existentes sobre a historiografia da cidade, dos subúrbios e aos trabalhadores que abordem as transformações culturais, sócias e políticas do Rio de Janeiro durante a primeira República.

Discutiremos ainda os significados da crônica, pois para além das representações e releituras do cotidiano, é pertinente observa a historicidade por trás dessas narrativas, e os estudos de Antônio Candido (1992) e Sidney Chalhoub (2005) nos auxiliam nessa interlocução. Não obstante, utilizaremos Michel de Certeau (1996) para entender as noções de praticas cotidianas, dentro do processo de experimentação do corpo na construção das identidades coletivas e individuais na cidade. A pesquisa gira em torno das discussões sobre as relações entre Historia e Literatura. Desse modo, estaremos acentuando diálogo com autores que problematizam a temática: de como a literatura foi vista pela crítica, pela historiografia e como esse gênero narrativo garante um suporte histórico dentro da pesquisa em história.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os primeiros anos da República no Brasil serão marcados pela construção de um discurso progressista, civilizador e excludente, como bem denota Nicolau Sevcenko em sua *Literatura como missão*. Os padrões culturais serão renovados aos moldes de uma cultura

essencialmente burguesa e afrancesada, que criam valores simbólicos nas formas de agir e ser. Que são materializados pelos anseios de modernidade de uma ala dirigente, auxiliados por uma política microbiológica que tratou sobre questões de salubridade, saneamento, gestão pública, e da remodelagem das artérias sociais com o embelezamento urbano.

O momento em questão inaugura um discurso dualista, pois havia uma contradição em uma sociedade que demonstrava ser liberal e era antidemocrática, e que mantinha resistência aos esforços de democratização (CARVALHO, 1987). Desse modo, teremos uma constante vigilância nas cidades, daqueles que não tem emprego, moradia fixa, e que não estão em conformidade com os novos padrões cívicos e morais do Estado. Esse processo será logrado principalmente no período conhecido como “bota-abaixo”, durante a política sanitária de Pereira Passos (1902-1906) que culminou a Revolta da Vacina, onde “chefes de polícia do Rio de Janeiro se referia a essa operação como sendo destinada a ‘varrer das ruas’ aquilo que ele denominava ‘o rebotalho ou as fezes sociais’” (SEVCENKO, 1998, p.571, grifos do autor).

Esses indigentes, aos pouco serão localizados em um Rio subterrâneo, formando os índices da população marginal, de malandros, pivetes, vagabundos, assaltantes, etc., que se vincula diretamente ao Rio oficial, sobretterrâneo, como assinala José Murilo de Carvalho em *Os bestializados*. Desse modo podemos conferir que:

Havia no Rio de Janeiro um vasto mundo de participação popular. Só que este mundo passava ao largo do mundo oficial da política. A cidade era uma comunidade no sentido político, não havia o sentimento de pertencimento a uma entidade coletiva. A participação que existia era de natureza antes religiosa e social e era fragmentada. Podia ser encontrada nas grandes festas populares, como as da Penha e da Glória, e no entrudo; concretizava-se em pequenas comunidade étnicas, locais ou mesmo habitacionais; um pouco mais tarde apareceria nas associações operárias anarquistas (CARVALHO, 1987, p.38).

Enquanto o Estado se preocupava em transformar o Rio de Janeiro em uma vitrine, utilizando a expressão de Carlos Kessel, “no sentido metafórico de definir a cidade como um espaço a ser transformado, como objeto a ser exposto, exibido aos outros, aos estrangeiros” (KESSEL, 2001, p.20), teremos um processo que paralelo ao cosmopolitismo será irradiado a polarização da marginalia. O aparecimento de novo centros habitacionais, no que cerne os subúrbios cariocas, está diretamente ligado ao espaçamento do capitalismo, assim como pelo processo de higienização, modernização da cidade, crises habitacionais e desenvolvimento dos transportes. Este último, no que se refere ao alargamento das primeiras linhas férreas na capital federal.

O desenvolvimento dos bondes proporcionou maior dinamicidade no escoamento da produção, mobilidade civil por diferentes bairros e o aparecimento de novos distritos em volta das Estações. As transformações físicas que ocorreram no Rio de Janeiro, em gênese foram dadas por iniciativas privadas, e empreiteiras responsáveis na expansão das linhas dos bondes acabaram se articulando como um dos fatores de remodelação urbana.

No artigo *De Cascadura a Garnier*, publicado na *Careta*, em 1922, Lima Barreto verifica as mudanças que os bondes trouxeram em regiões até então isoladas, quando em mais uma viagem nos trechos da *Light* dos bondes de Cascadura, rememora o passado com as vibrações dos olhos pela janela:

[...] o bonde de Cascadura corre; ‘titio Arrelia’, manejando o *controle*, vai deitando pilhérias, para a direita e para a esquerda; êle já não se contenta com o tímpano; assovia com os cocheiros dos tempos dos bondes de burro; e eu vejo delinear-se uma nova e irregular cidade, por aquêles capinzais que já foram canaviais; contemplo aquelas velhas casas de fazenda que se erguem no eimo das meias-laranjeiras; e penso no passado (BARRETO, 1956c, p.83-4, grifos do autor).

Na proporção que os transportes se desenvolviam, é inegável um agitação urbana nos subúrbios, ainda que mantivessem uma ligação com o passado rural com “os bacorinhos, a fossar a lama, e as cabras a pastar pelas suas margens” (BARRETO, 1996c, p.83). A vida desses habitantes se eixa nas Estações, é lá onde se encontram os principais entroncamentos comerciais, farmácias, açougues, lazeres suburbanos, sendo um local por excelência das sociabilidades, encontros e pequenos namoros.

É nessa “movimentação positivamente urbana” que Lima Barreto verifica como ocorre o processo de cosmopolitização. No artigo *A estação*, tiramos essa observação do autor quando este anota sobre as nomenclaturas de algumas casas comerciais, que adotam nomes “chics” a moda da Rua do Ouvidor, como Raunier do Catete, o Lírio da Gávea e o Pasquim do Méier. Essa apropriação tendem a re-significar o subúrbio, tornando-os não mais um local do atraso, mas antes um espaço que convive e participa do processo de modernização ao seu modo.

Leandro Soares dos Santos (2011), no artigo *A cidade esta chegando*, faz igualmente essa colocação, apontando diferentes projetos de melhoria na infraestrutura e saneamento na zona rural do Rio de Janeiro, assim como de instalação de linhas de bondes, abertura de estradas e construções de vilas operárias. O que é discordante quanto à naturalização do atraso, decadência e abandono da região do ‘Sertão Carioca’ pelos setores econômicos.

Contudo, essa significação que ocorre nos pontos comerciais elege de maneira particular o espírito burguês dos suburbanos. Que não é dado apenas pelo “encanudamento”

do bacharel, pelo emprego em alguma repartição pública, por pequenas titulações familiares que enobrecem as vaidades, mas age também pelo consumo do outro, isto é, “a ilusão urbana [...] completa com essas tabuletas ouvidorianas, onde até o francês figura” (BARRETO, 1956b, p.148).

Essa simbologia será durante a primeira república um dos grandes labores sociais, pois é o arrivista que entonava o faz de conta do espírito burguês. Vamos ter na cidade um dos maiores espaços para a experimentação dos corpos, ou antes, de distinção dos novos atributos cívicos. A rua se colocava com um elo criador desses tipos, “a plasmar o moral dos seus habitantes”, como já conferia João do Rio n’A *alma encantadora das ruas*.

Não obstante, assim como na cidade, teremos nos subúrbios sujeitos que procuram qualitativos que os diferencie, seja na polidez das condutas ou na assimilação de símbolos que “delimitam sua área de prestígio e poder no interior do mundo social” (SEVCENKO, 1985, p.179). Essa representação pode ser observada em toda produção escrita de Lima Barreto, seja nos contos, artigos, crônicas ou romances, a referencia para os habitantes da urbe será salientado muitas vezes pelo bom humor. O autor reitera que:

O brasileiro é vaidoso e guloso de títulos ociosos e honrarias chôcas. O seu ideal é ter distinções de anéis, de veneras, de condecorações, andar cheio de dourados, com o peito *chamarré d’or*, seja da Guarda Nacional ou atual segunda linha. Observem. Quanto mais modesta fôr a categoria do empregado – no subúrbio pelo menos – mais enfatuaado êle se mostra.(BARRETO, 1956b, p.150-51).

É interessante verificar, que ao mesmo tempo em que se procura uma identidade que se particularize no imaginário coletivo, o próprio local de criação requalifica esses sujeitos como tais: suburbanos. Pois esse não-lugar de identificação, indistintamente reconhece os sujeitos que pertencentes a mesma esfera atuação, que se dar durante o encontro dos corpos e na criação de práticas cotidianas, como nos faz a refletir Michel de Certeau em su’A *invenção do cotidiano 2*.

Nesses termos, “o corpo é o suporte primeiro, fundamental, da mensagem social, projetada, mesmo sem o saber, pelo usuário” (CERTEAU, 1996, p.48). E o sentir, se comportar, se reconhecer e ser reconhecido são mecanismo para essa projeção, que é estruturado pelo organicismo do bairro nos limites quase indissociáveis entre o público e privado.

São estes os “magnatas suburbanos”, figurados entre burocratas, escrivão, doutores de secretaria, que muitas vezes conseguem qualitativos nos cargos públicos por estarem inseridos em um quadro do caudilhismo político. E assim, “quem o vê limpinho, cuidadinho,

bochechudinho, decretando saber, não pensará que êle chegou a tal maneira” (BARRETO, 1956b, p. 243) por via ilícita.

É a altivez e o desdém que faz com que Lima Barreto corrobore na escrita acides ao funcionalismo, este que “dilui a humildade de sua posição e dá-lhe mais fôrca para esticar o esqueleto, no que, afinal, se resume o seu corpo” (BARRETO, 1956b, 150). E é através dessa personalização pelo outro, que se forjava a existência dos infortúnios cotidianos, a pobreza, a miséria, a falta de emprego, a estrutura de classe, etc. Na produção barretiana isso será identificado nominalmente como Bovarismo. Será a forma como o mulato aprenderá as vicissitudes brasileiras nos anos que seguem a primeira republica. O que demonstrará Sandra Jatahy Pesavento (1997) ser uma forma de ler o caráter nacional, a partir das interpretações de Lima Barreto sobre as leituras de Flaubert e Gaultier.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É através do viés do jornalismo que Lima Barreto irá aprimorar sua narrativa, atribuindo-a simplicidade, concisão, despojamento e irreverencia. A soma de suas reminiscências, as viagens de bonde, sua passagem pelos cafés, seu andarilho pelas ruas da cidade, o modo como vivenciará a urbe será um dos condicionantes na elaboração de sua literatura, e será também uma maneira que apreendera um estudo sócio-antropológico sobre o Rio de Janeiro no início do século XX.

As reflexões que ensejam o presente trabalho é parte inicial das pesquisas desenvolvidas no Trabalho de Conclusão de Curso. Desse modo, verificamos como sua narrativa refletir a vida nos subúrbios carioca, onde seu combate sobre as questões raciais será uma dos mecanismos que dilatará um olhar compassivo sobre a vida desses remediados. E não apenas isso, mas as injustiças, o desleixe dos poderes público e do Estado no que se refere a saúde, educação, saneamento e infraestrutura na região suburbana, a violência e o desemprego. Do mesmo modo que o autor desenvolverá essa sensibilidade, não deixará de criticar a soberba de seus habitantes por distinções, título, riqueza, e seu purismo moral que os distancie da miséria individual.

Uma das temáticas que nos ajuda a pensar sobre as tensões diária desses habitantes se coloca no modo como Lima Barreto apresenta as relações matrimoniais, onde conjugues eram escolhidos nos parâmetros de uma sociedade que nivelas as relações sociais para a manutenção do *status quo* do gene familiar, burguês ou não. Outro ponto é como o mulato carioca se utiliza do fantástico na literatura para reiterar críticas à municipalidade através de personagens mortos, que durante o seu trajeto fúnebre ao cemitério de Inhaúma se deparam

com uma série de problemas urbanos que impedem que estes sejam enterrados. Fazendo com que estes ressuscitem exigindo reformas urbanas para regiões que estão à margem da inoperância política e administrativa do Estado.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Lima. *Coisas do reino de Jambon*. São Paulo, 1956a.
_____. *Feiras e mafuás*. São Paulo: Brasiliense, 1956b.
_____. *Marginália*. São Paulo: Brasiliense, 1956c.
_____. *Vida urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1956d.
- BOTELHO, Denilson. *A pátria que quisera ter era um mito: o Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2002.
- CANDIDO, Antônio. A vida ao rés-do-chão. In: _____. *Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, FCRB, 1992.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1987
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CHALHOUB, Sidney (Org.) *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.
- KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *A cidade, a noite e o cronista: São Paulo e Adoniran Barbosa*. São Paulo: EDUSC. 2007.
- MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.
- NETO, Joachin Azevedo. *Uma outra face da belle époque carioca: o cotidiano nos subúrbios nas crônicas de Lima Barreto*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campina Grande, 2010.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Da cidade maravilhosa ao país das maravilhas: Lima Barreto e o caráter nacional*. In: Anos 90: Revista do programa de pós-graduação em história, UFRGS. V.5, n.8 (1997). Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6193/3685>> Acessado em: 01 ago. 2013.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Fundação Biblioteca Nacional Disponível. <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000039.pdf>>. Acesso em: 28 maio. 2013.
- ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1879-1920*. 2.ed., Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.
- SANT'ANNA, Cristina Nunes de. O cronista político Afonso Henrique de Lima Barreto. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2008.
- SANTOS, Leandro Soares dos. *A cidade está chegando: expansão urbana na zona rural do Rio de Janeiro (1890-1940)*. In: Revista crítica Histórica. Ano II, n. 3, junho/2011. Disponível em: <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/93/a_cidade_esta_chegando.pdf> Acessado em: 13 set. 2013.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
_____. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da vida privada no Brasil, volume 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



arte: facebook.com/Cyro7

III Seminário de Extensão e Cultura da UFPI I Mostra de Comunidades

MEIO AMBIENTE

- COMUNICAÇÕES

Extensão e
Cultura
Para Uma
Universidade
Cidadã



PREX
Pró-Reitoria de Extensão



www.ufpi.br



COMUNICAÇÕES

RELAÇÃO DE TRABALHOS E AUTORES, POR ÁREA TEMÁTICA - COMUNICAÇÕES

ÁREA TEMÁTICA	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES
1. MEIO AMBIENTE	Análise Socioambiental dos Resíduos Sólidos na Praia da Pedra do Sal	<u>Charles da Costa Silva</u> Ricardo Rayan Nascimento Rocha Eduardo Diego Matos Soares Nadja Dandara Paulino de Sousa Edvania Gomes de Assis
2. MEIO AMBIENTE	Educação Ambiental e a Problemática do uso da Água no Vale do Rio Gurgueia / Bacia do Parnaíba/NE do Brasil	<u>Glaucia Viana dos Santos</u> Emanuela Pereira e Silva Francisco José de Paula Filho
3. MEIO AMBIENTE	Usina Eólica e a Comunidade Pedra do Sal – Parnaíba – Piauí: Conflito Socioambiental	<u>Mayara Maia Ibiapina</u> Breno Rodrigues dos Santos José Maria Alves da Cunha Edvania Gomes de Assis

ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA PRAIA DA PEDRA DO SAL¹

Charles da Costa Silva¹; Ricardo Rayan Nascimento Rocha¹; Eduardo Diego Matos Soares²; Nadja Dandara Paulino de Sousa³; Edvania Gomes de Assis*.

1. Acadêmico de Bacharelado em Turismo e Bolsista do PET-Turismo no Campus Universitário de Parnaíba – Universidade Federal do Piauí – UFPI.
2. Acadêmico de Bacharelado em Ciências Econômicas e Bolsista do PET-Turismo no Campus Universitário de Parnaíba – Universidade Federal do Piauí – UFPI.
3. Acadêmica de Bacharelado em Engenharia de Pesca e Bolsista do PET-Turismo no Campus Universitário de Parnaíba – Universidade Federal do Piauí – UFPI.

*: Profª Drª Tutora do PET-Turismo no Campus Universitário de Parnaíba – Universidade Federal do Piauí – UFPI.

RESUMO

A praia da Pedra do Sal, localizada no município de Parnaíba, litoral norte do Piauí, apresenta belezas diferentes com suas formações geológicas e vem mostrando impactos socioambientais que podem comprometer o bem estar das comunidades locais, como também, demanda de turistas/visitantes. Este artigo tem como objetivo principal analisar a situação socioambiental das barracas da praia da Pedra do Sal, tendo em vista a problemática dos resíduos sólidos existentes. A metodologia utilizada foi por meio de visitação e aplicação de questionários semiestruturado (qualitativo e quantitativo) e revisão em periódicos sobre o tema. Os resultados apontam que é perceptível a ausência de planejamento da Pedra do Sal que englobe o poder público, privado e a comunidade receptora (Barraqueiros) do turismo, tendo em vista que o lixo produzido não possui destino sustentável e seletivo, comprometendo o desenvolvimento sustentável na localidade, colocando em risco, o bem estar dos autóctones e do ambiente natural. Portanto a praia da Pedra do Sal é um ambiente natural que urgentemente, precisa de políticas públicas que visem sua conservação, para que as comunidades futuras possam estar usufruindo das belezas naturais existentes.

Palavras-chave: Impactos Socioambientais. Barraqueiros. Pedra do Sal.

INTRODUÇÃO

No modo de produção capitalista e historicamente, mercantilizado pela lógica de dominação do homem pela natureza, desde os anos 70, o meio ambiente vem apresentando crises, colocando a sobrevivência da raça humana em constante crise. Esse desequilíbrio entre a sociedade em larga expansão (dividida entre classes), recursos naturais em abundância, embora poluídos mal distribuídos e a poluição ambiental com suas diversas variâncias, norteiam de cunho político, social, econômico e ambiental, as problemáticas a serem

¹ PET Turismo Parnaíba, Projeto de Ecoturismo de Base comunitária da APA do Rio Parnaíba.

resolvidas que implicam direta e indiretamente inúmeros ciclos de vidas existentes na biosfera.

Dentro das economias mundiais, o turismo é um fenômeno mais expressivo nas últimas décadas, sendo uma atividade crescente em todo mundo, sobretudo em zonas costeiras. Por muito tempo o turismo levou o rótulo de “indústrias sem chaminés”, uma alusão à inexistência de qualquer tipo de poluição ou degradação ambiental decorrente da atividade (CUNHA & GUERRA,2005). Seu crescimento tem provocado danos às paisagens e ao meio ambiente causando impactos negativos como a geração de resíduos sólidos tanto orgânicos quanto inorgânicos, os quais sobrevivem das belezas naturais e tradições culturais. Neste sentido, o turismo mal planejado ocasiona muitos impactos socioambientais, devido ao seu crescimento desordenado e descomprometido com o meio ambiente (CHIAVENATO, 1995).

De acordo com (SILVA, 2013), o turismo é uma das principais atividades econômicas encontrada no estado do Piauí. Com aproximadamente 8km de costa, o estado possui atrativos naturais, rico patrimônio histórico, além do “Sol e praia” que vem potencializando e manejando turistas/consumidores a esses destinos turísticos.

Portanto, este artigo tem como objetivo central analisar a situação socioambiental das barracas da Praia de Pedra do Sal, área objeto de estudo, como forma de organização do espaço geográfico identificando as problemáticas acerca da finalidade dos resíduos sólidos, as políticas públicas existentes para o tratamento e coleta seletiva do lixo, impactos existentes que implicam no ambiente natural. Noutro modo, este artigo traz a discussão socioambiental como instrumento de novas pesquisas, debates e enfrentamentos por parte da população local e do poder público municipal/estadual, acerca dos possíveis problemas existentes que influenciam no bem estar dos residentes da Praia da Pedra do Sal/PI. Além disso, proporcionar uma reflexão crítica salientando a luta de classes existentes e a realidade da comunidade e suas questões ambientais.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi por meio de visitas à Praia da Pedra do Sal, com observação participativa, revisões em periódicos afins com as temáticas trabalhadas (Espaço geográfico, Turismo, Praia da Pedra do sal), questionários semiestruturados (qualitativo e quantitativo). Escolheu-se uma amostra de 10 (dez) estabelecimentos/bares/barracas que

fizeram parte do campo de pesquisa no que tange a aplicação dos questionários. O público alvo foi direcionado aos donos de barracas/restaurantes da Praia da Pedra do Sal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa aplicada, foi destacado que o número de barraqueiros que compõem a *trade* de atrativos de “Alimentos e Bebidas” na Praia da Pedra do Sal, obteve-se resultados pertinentes para a discussão do tema apresentado. De início, foi questionado sobre a finalidade dos resíduos produzidos nos bares, onde todos os entrevistados apontaram que é feito a coleta do lixo. É importante ressaltar que 60% dos entrevistados responderam que durante duas vezes na semana é realizada a coleta de lixo.

Através do Portal de notícias Cidade Verde (2013) só no mês de outubro do ano corrente, cerca de 152 kg de lixo foram retirados em limpeza na Praia da Pedra do sal, no entanto, por ser uma área natural e litorânea, organizações como o Instituto Tartarugas do Delta atuam na praia com projetos que visam à preservação ambiental.

De acordo com as respostas obtidas, a maioria dos proprietários afirmou possuir saneamento básico no banheiro dos bares através da fossa séptica, assim como, todos afirmam possuir água encanada como forma de abastecimento, mas a maioria, ou seja, cerca de 80% dos moradores não recebem água tratada diariamente. Vale lembrar que o abastecimento de água é uma das políticas públicas base urgentes para a comunidade da Pedra do Sal, tendo em vista as inúmeras problemáticas que influenciam no seu direcionamento para as casas.

Acerca dos resíduos sólidos (lixo) e suas finalidades, ficou perceptível na resposta de todos os entrevistados, a total ausência do poder público municipal de Parnaíba na iniciativa de conter e direcionar de forma planejada o lixo jogado na praia e nas áreas de entorno. Além disso, os barraqueiros colocam cestos de lixo nos arredores de seus estabelecimentos, porém, não são utilizados de forma correta pelos turistas quanto às normas de preservação da praia. (G1, 2013).

Questionados sobre a satisfação acerca da limpeza da praia, os entrevistados apontaram grande insatisfação, onde 6 (seis) dos entrevistados acreditam que a população juntamente com poder público precisam atuar coletivamente na resolução desse problema ambiental de caráter urgente.

Na aplicação do questionário, foi perguntado sobre ter uma praia organizada e limpa influencia no atrativo turístico, todos acreditam que uma praia limpa vai atrair uma demanda de turistas/visitantes cada vez maior, tendo em vista que, o planejamento acerca do destino do lixo e limpeza da praia, provocará uma mudança na consciência dos frequentadores da praia.

Portanto, com essa pesquisa, observou-se inicialmente uma ausência de planejamento turístico que englobe o poder público, privado e as comunidades locais. De acordo com Boullón, a preservação das características do ambiente natural é o fator a que deveria estar subordinado qualquer plano de exploração de suas possibilidades turísticas (Boullón, 2002). Dentro desse déficit, a praia da Pedra do Sal no município de Parnaíba, ainda tem problemas decorrentes das políticas sobre a contenção e direcionamento seletivo dos resíduos sólidos gerados.

Assim, é perceptível a importância da prática turística para os barraqueiros (mesmo eles insatisfeitos com a quantidade de lixo na areia da praia e no entorno), estes são moradores locais e que o manejo correto do lixo produzido ajudaria na potencialização de mais turistas/visitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que os problemas mais evidentes encontrados nessa região da praia não estão ligados a fatores turísticos impactantes e sim a falta de recursos. A falta de saneamento básico, coleta seletiva e organizada de lixo, ausência de melhores estruturas das barracas influenciam na baixa harmonia com o meio ambiente e turistas que visitam a praia.

Existe a necessidade de planejamento coletivo da praia da Pedra do Sal que englobe o poder público municipal/estadual, poder privado local e a participação/envolvimento da comunidade que está inserida no entorno.

Para atingir a sustentabilidade no turismo, é imprescindível a participação do estado e a existência de planejamento (DIAS, 2008). Por outro lado, não se pode conceber o turismo sem a participação de diferentes setores da economia. Em praticamente todas as situações que envolvem atividades turísticas há a presença do setor público e do setor privado (empresas).

AGRADECIMENTOS

Aos moradores/donos das barracas da Praia da Pedra do Sal pela disposição.

REFERÊNCIAS

BOULLÓN, C. Roberto. Planejamento do espaço turístico. Edusc, 2002.

CHIAVENATO, I Vamos abrir um novo negócio? São Paulo Makron Books, 1995

CRISE AMBIENTAL. Disponível em: <http://www.coladaweb.com/biologia/ecologia/crise-ambiental-e-consciencia-ecologica>. Acesso em 11. Nov.2013

CUNHA, S.B. & GUERRA, A.J.T. Questão Ambiental: Diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 2005. P.248

DIAS, Reinaldo. Sociologia do Turismo. 1.ed. 2 reimpre, -São Paulo. Atlas, 2008

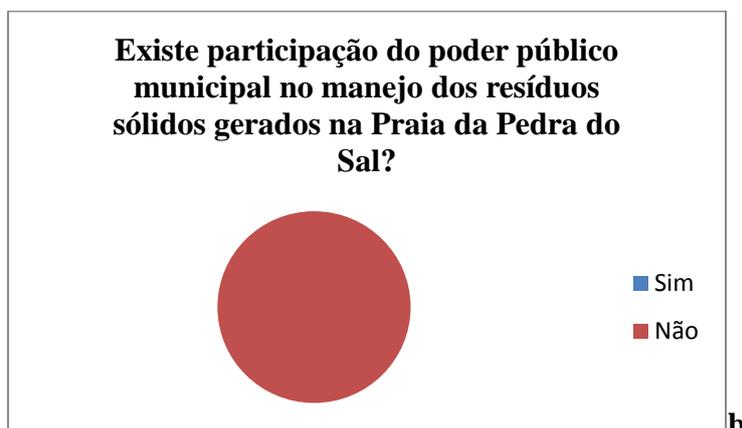
LIXO NA PEDRA DO SAL. Disponível em: <http://m.g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/07/turistas-jogam-latas-garrafas-e-ate-fralda-descartavel-nas-praias-do-piaui.html>. Acesso em 10. Nov.2013

PARNAÍBA. Disponível em: http://www.cidadeverde.com/parnaiba/parnaiba_txt.php?id=54030. Acesso em 10.nov.2013

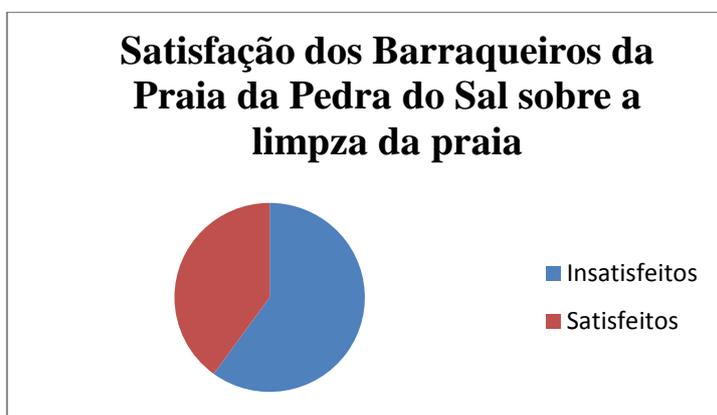
Silva, J.P., Moreira, C.N. desenvolvimento local, Turismo e Economia Solidaria em Porto de Galinhas. In: Congresso rural, 8, 2010, Recife. Anais. Universidade Federal de Pernambuco-UFRPE, 2010.p,118.

Aos barraqueiros da Pedra do Sal.

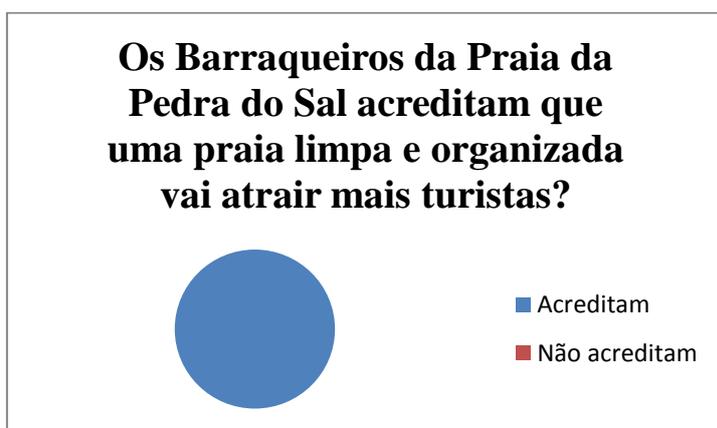
GRÁFICOS



Fonte: Pesquisa de campo (2013)



Fonte: Pesquisa de campo (2013)



Fonte: Pesquisa de campo (2013)

USINA EÓLICA E A COMUNIDADE PEDRA DO SAL – PARNAÍBA - PI: CONFLITO SOCIOAMBIENTAL¹

Mayara Maia Ibiapina²; Brendo Rodrigues dos Santos²; José Maria Alves da Cunha²; Edvania Gomes de Assis³.

²Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Piauí; ²Bolsista PET Turismo Parnaíba, Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária da APA do Rio Parnaíba. ³Prof. Dr^a. do Curso de Turismo; ³Tutora PET Turismo.

RESUMO

Este artigo relata as visões sociais de líderes comunitários da comunidade Pedra do Sal - PI a respeito da presença e ampliação da usina eólica entendendo que as empresas geradoras de energia se relacionam com a comunidade. Tem como objetivos coletar e investigar a visão dos moradores quanto à instalação e ampliação da usina eólica e como eles veem a relação com o turismo e consciência dos impactos que ela causa. A metodologia utilizada para a pesquisa foi de levantamento bibliográfico e documental, entrevistas com moradores da comunidade, que seguia um roteiro de perguntas pré-estabelecidas. Os resultados apresentaram aprofundamentos de pesquisas de impactos sociais de usinas eólicas ou elaborações de projetos sociais na comunidade no intuito de melhorar as relações e a comunicação harmônica entre empresa e comunidade para uma participação mais eficaz.

Palavras - Chave: Usina Eólica. Comunidade Pedra do Sal. Impacto Socioambiental.

INTRODUÇÃO

A comunidade Pedra do Sal se localiza no litoral atlântico, na Ilha Grande de Santa Isabel e pertence ao município de Parnaíba-PI embora estar distante 18km da cidade que dista cerca de 318km de Teresina a capital do estado, tem como limites: ao norte o município de Ilha Grande e o oceano Atlântico, ao sul Buriti dos Lopes e Cocal, a leste Luis Correia, e a oeste o estado do Maranhão e sua sede municipal dista cerca de 318 km de Teresina. Ela também está na Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba. O acesso existente para a praia da Pedra do Sal é uma rodovia asfaltada pela ponte Simplicio Dias sobre o Rio Igarauçu.

Este artigo discute a ampliação da usina eólica que envolve várias questões tanto de âmbito socioambiental quanto socioeconômico, que investigou a visão dos moradores quanto à instalação e ampliação da usina eólica e relação com o turismo e conscientização dos impactos.

Para o turismo, embora ainda seja elemento de muitas discussões a usina eólica é percebida pela sociedade em geral como um símbolo de energia limpa, enriquecendo a

¹ Programa PET Turismo - Projeto Ecoturismo de Base Comunitário na APA Delta do Parnaíba

paisagem local e dando um ar sustentável ao cenário turístico.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a pesquisa foi de levantamento bibliográfico e documental e entrevistas guiadas com moradores da comunidade, são eles: O presidente da associação comunitária; O presidente da associação dos barraqueiros, A líder do Grupo de Jovens da Renovação Carismática Católica “Nova Geração”, Uma moradora da comunidade, Uma estudante de Turismo na Universidade Federal do Piauí e a presidenta da associação dos moradores e pescadores.

As entrevistas seguiram um roteiro que respondia a alguns questionamentos: O que mudou com a instalação da usina? A usina interfere na vida da comunidade ou no turismo local? Qual o posicionamento do morador quanto à ampliação da usina que está em processo de realização das empresas executora da instalação? E Qual o nível de comunicação entre essas empresas e a comunidade?

USINA E COMUNIDADE

Atualmente, a usina existente na Pedra do Sal chama-se Tractebel, ela apresenta um total de 20 aerogeradores, mas projetos buscam sua ampliação com a empresa Ômega, ampliando para 35 aerogeradores, a usina causa muitos impactos sonoros e visuais, porém apesar de efeitos negativos, como a alterações na paisagem natural, as usinas tendem a atrair turistas, gerando renda, emprego, arrecadações e promovendo o desenvolvimento regional. Dando assim a região mais um atrativo na possibilidade na atividade de um turismo de base comunitária. Uma importante saída de renda para os moradores já que:

O turismo comunitário é realizado de forma integrada às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, dentre outras atividades. Prioriza a geração de trabalho para os residentes nas comunidades, os pequenos empreendimentos locais, a dinamização do capital local, a garantia da participação de todos, dando espaço também às mulheres e aos jovens. Assegura a participação das pessoas das comunidades com o planejamento descentralizado e associativo, luta pela regulamentação fundiária e pela garantia da posse de terra de populações indígenas, pesqueiras, as chamadas nativas. (CORIOLANO, 2006, p.202).

Na comunidade percebe-se o aumento do fluxo de veículos, principalmente de caminhões que geram uma insegurança a pedestres e aos motoristas, moradores ou turistas por eventuais desvios e interrupções do tráfego e incoerência de motoristas das empresas conhecidos como “caçambeiros”. Outra preocupação da comunidade a utilização da ponte Simplicio Dias para tráfego de caminhões, a ponte é o único acesso terrestre a Ilha Grande e

possui sérios problemas estruturais, a ponte está deteriorada e precisa da atenção do setor público e análise de especialistas.

A Entrevistada 1 - fiscal da associação de moradores e pescadores, mencionou sobre o desaparecimento de lagoas naturais que se formam com a junção das águas das chuvas e das marés. As lagoas são meias de sobrevivência dos pescadores que pescam vários tipos de peixes e camarões para garantir o sustento da família, além do desmatamento de árvores frutíferas como muricizeiro e o cajueiro as pessoas se preocupam com o desmatamento e com a degradação causada no transporte dos equipamentos para a usina, além do ruído gerado pelo sistema eólico ao girar suas pás, por esse motivo recomendam-se um afastamento de 200m de distância do mais próximo morador.

Questiona-se nesse sentido se a população realmente tem consciência desses impactos e se as empresas realmente se preocupam em comunicar a comunidade, afinal tanto essas empresas como o poder público devem reconhecer que os limites e expectativas da comunidade não devem ser ultrapassados em nome do desenvolvimento e deve ser preservados a qualidade de vida da comunidade, a responsabilidade social e o respeito a comunidade. Portanto, parece justo e responsável que a comunidade seja consultada, ouvida sobre o que pensa em relação a essas usinas: seus medos e expectativas.

Uma organização deve criar um clima de confiança entre empreendedor, colaborador e consumidor, porém devem está harmônicas em seu ambiente institucional, tendo assim um favorecimento no desenvolvimento das atividades organizacionais.

A compreensão de relações públicas que se privilegia é aquela que dá relevo ao diálogo entre a entidade e seus públicos de modo que, dialógica, recursiva e hologramaticamente, entidade e públicos (re)construam-se, gerem-se, regenerem-se permanentemente alcançando, com isso, níveis superiores de qualidade de vida em suas diferentes dimensões (social, cultural, política, fisiológica, psíquica e econômica, dentre outras). Portanto, os avanços da entidade não podem se dar em detrimento do desenvolvimento da comunidade/sociedade e, tampouco, em detrimento da sustentabilidade em sentido complexo. (BALDISSERA, 2008 p.130)

Algumas das possibilidades de ações de relações públicas surgiram para que a comunidade sintasse-se mais informada, participante, pertencente e comprometida. Para isso é fundamental potencializar os espaços de escuta, isto é, criar espaços para que a comunidade possa se manifestar, conhecer e assim, acompanhar e sugerir saídas e torna-se mais participativa e sustentável. De acordo com Capra e Brown “[...] definiu a sociedade sustentável como aquela que é capaz de satisfazer suas necessidades sem comprometer as chances de sobrevivência das gerações futuras” (2002, p. 237).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas entrevistas abaixo transcritas e analisadas pode-se entender mais sobre a visão dos moradores, para o Entrevistado 3 - presidente da associação comunitária, a usina ajuda o turismo, porém mostra preocupação com o impacto visual, ele acredita que a comunidade tende a esperar algum beneficiamento por parte da usina e quando não existe a comunidade se posiciona contra ela. Sobre a interferência da usina na comunidade ele fala que: *“A Usina não ajuda, mas também não atrapalha a vida do povo na comunidade, porque hoje se fala que a Usina está desmatando e acabando com o meio ambiente, enquanto a maior parte do povo também desmata e queima os muricizeiros, e o próprio cajueiro, derrubando também muita carnaúba sem permissão”*.

Segundo o Entrevistado 4, presidente da Associação dos Barraqueiros, embora mostre visão positiva quanto a usina ele critica a primeira empresa, Tractebel por não abranger toda a comunidade:

“Sobre a Tractebel eu não sei se ela está dando resultado para a população da nossa comunidade Pedra do Sal, porque foi praticamente uma empresa que entrou e a pessoa que se envolveu com ela foi exatamente a Presidente da Associação dos Moradores e Pescadores, e diante disso nós nunca tivemos uma reunião com o chefe dessa empresa, todas as reuniões que foram marcadas, no qual fui convidado para três reuniões e todas essas que eu participei nenhuma esse pessoal apareceram, e na verdade a Empresa se instalou-se e até hoje não sei qual o retorno que ela está dando para nós.”

O Entrevistado 3 deixa evidente os conflitos existentes dentro da própria comunidade, e considera a empresa Omega melhor pela procura de outras representações dentro da comunidade para convênios e distribuição de empregos. Percebemos isso quando ele comenta:

“Quanto essa outra empresa que está se instalando agora, a Empresa Omega teve um convívio com os líderes da comunidade, até porque a gente se empenhou para fazer um cadastramento, autorizado por ela de pegar o nome das pessoas da comunidade, para conseguir emprego á elas, todas as pessoas que eu encaminhei pra lá já estão empregados, e a empresa no momento deu uma parada, mas que já vai continuar e já fui chamado novamente pra levar mais gente, pra que essas pessoas da comunidade tenha prioridade de emprego, então essa Empresa está dando bastante prioridade pra nós, até porque eles tem um convenio já com a Associação de Barraqueiros”.

Para a Entrevistada 5 líder do Grupo de Jovens da Renovação Carismática Católica “Nova Geração” e a Entrevistada 1, estudante de Turismo e fiscal da associação de moradores e pescadores a usina traz visibilidade para a comunidade Pedra do Sal, torna mais atrativa para turistas, e com a empresa Omega uma série de benefícios podem ser desenvolvidos, na

conversa com a Entrevistada 1 fala que *“existem muitos impactos ambientais e sociais nas instalações destas usinas, porém o que entender é que apesar de tudo uma usina eólica ainda é o meio mais sustentável de se obter energia”*, porém Entrevistada 5 comenta que a empresa Omega *“além de ter passado um pouco dos limites no desmatamento, ela desmatou além do necessário, não se manteve contínua, pois a empresa teve vários momentos de parada, sem explicar o porquê, e até hoje não voltou a funcionar”*. Nesse sentido é preciso entender a importância da informação para a comunidade.

Até mesmo para a Entrevistada 6 que apesar da sua experiência na comunidade tem uma visão muito positiva sobre turismo e sobre a usina, ela acredita que a comunidade precisa estar aberta aos novos desafios, ela fala que a usina *“Não atrapalha não, ela faz é crescer o turismo, agora os moradores é que não sabem quanto valem o valor de um turista, em Luís Correia sim, mas aqui não, é por isso que nada vai pra frente”*, indícios de que a comunidade precisa se preparar para os avanços tecnológicos para não ser ultrapassada nem esquecida pelo progresso e garantir a qualidade de vida das pessoas que lá residem e quando perguntamos sua opinião sobre a ampliação da usina e sobre a empresa Omega a Entrevistada 6 responde: *“Não sei nem o que é, mas se ela der certo por mim tudo bem, se gerar emprego para esses rapazes que não tem trabalho”*.

Existem, porém opiniões contrárias como a da presidente da Associação de Moradores e Pescadores da Pedra do Sal, que relatou na monografia intitulada: *“A Valorização da Paisagem no Segmento do Turismo: Problemas e conflitos na comunidade da Pedra do Sal Município de Parnaíba – PI”* de Marcia Correia Pires aluna de Graduação em Turismo na Universidade Federal do Piauí, Parnaíba:

Segundo a presidenta da Associação dos Moradores e Pescadores a usina eólica não trouxe benefício para a comunidade local, pelo fato de estar degradando a beleza natural. (...) o governo deveria investir em empreendimento sustentável, investir em ecoturismo e o pôr-do-sol na Pedra do Sal já é um cartão postal para os turistas que procuram admirar as belezas naturais. (...) De acordo com a presidenta da Associação dos Moradores e Pescadores em 2010 uma vaca foi morta eletrocutada ao ultrapassar a cerca de proteção e também algumas aves morreram ao voar naquele local. (...) a degradação é grande, pelo fato de árvores frutíferas como: caju, murici, que servem para renda diária da comunidade, estarem sendo derrubadas próximo ao morro do Urubu, local que será construída uma nova usina eólica. (...) Dessa forma, a construção de uma outra usina eólica no Delta do Parnaíba impactará negativamente ainda mais a paisagem natural. Para a presidenta da Associação dos Moradores e Pescadores com a instalação da usina eólica na praia da Pedra do Sal, as lagoas ficaram inviáveis para pesca (...) Diante disso, pode-se dizer, que a usina eólica vem prejudicando os pescadores na obtenção da renda. (Pires, 2012 p.56)

Como resultados dessas conversas percebeu-se como a comunidade recebe dessas empresas expectativas e a empresa Omega se mostrou mais presente nesse sentido, para

ampliar a comunicação entre empresa e comunidade as reuniões sobre possíveis projetos sociais devem ser dialogadas, os benefícios do método do diálogo para Marrioti (2001) são: a melhoria da comunicação entre os interlocutores, observação compartilhada da experiência e a produção de percepções e ideias novas, assim o diálogo amplia a percepção cooperativa do real. Sua marca fundamental é, pois, a fertilização mútua. Quanto a exigência de projetos sustentáveis que envolvam o futuro, esses devem contemplar a real necessidade da comunidade, e não existe outra forma de conhecer isso sem ouvi-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geração de energia eólica se mostra convidativa por constituir uma fonte renovável e apresentar menos impactos ambientais que outras formas de aproveitamento energético e incrementar o turismo e paisagem da região, porém, os impactos ambientais e sociais decorrentes da implantação, funcionamento e ampliação de uma usina eólica não podem ser negligenciados, se a usina for bem planejada e operada, existe uma tendência natural de recuperação de vegetação, o que favorece o retorno da fauna a seu habitat. Um ponto interessante que também devemos observar é a possibilidade de projetos de educação ambiental e de monitoramento da área da usina, que tendem a agregar turismo ao município e a presença do parque não deve impedir a agricultura, pecuária, ou outras atividades econômicas.

A comunidade de uma forma geral tende a se interessar cada vez mais com temas como a coesão social, a inclusão no mercado de trabalho, a melhoria das condições de vida e o esgotamento progressivo dos recursos naturais, esse cenário mostra um novo desafio a ser superado pela comunidade, um grupo social onde todos se conhecem e se escutam de uma forma participativa, e reconhecem a força que uma comunidade possui se permanecer unida e informada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda a comunidade, e seus representantes que foram essenciais para este artigo.

REFERÊNCIAS

BALDISSERA, Rudimar. *Relações Públicas, Turismo e Comunidade Local* Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional, Ano 12 n.12, p. 123-139, jan/dez. 2008.

CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. 2 ed. São Paulo: Editora Cultirx, 2002.

CARVALHO, Rafael Anderson Veras de. *Levantamento de Avifauna da Usina Eólica da Pedra do Sal, Parnaíba – PI*. 2012. 38 f. Monografia (Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas) – Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, 2012.

MARIOTTI, Humberto. *Diálogo: um método de reflexão conjunta e observação compartilhada da experiência*. revista Thot, São Paulo, n. 76, p. 6-22, 2011.

CORIOLOANO, L. N. M. T. *O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza*. São Paulo: Annablume, 2006.

PIRES, Marcia Correia. *A Valorização da Paisagem no Segmento do Turismo: Problemas e conflitos na comunidade da Pedra do Sal Município de Parnaíba – PI*. 2012. 97 f. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, 2012.

Educação ambiental e a problemática do uso da água no Vale do rio Gurguéia/bacia do Parnaíba/NE do Brasil.

Glaucia Viana dos Santos¹; Emanuela Pereira e Silva²; Francisco José de Paula Filho³.

^{1,2}Universidade Federal do Piauí (discente);³Universidade Federal do Piauí (orientador).

RESUMO – Considerando que a educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar, este trabalho teve por objetivo promover ações de educação ambiental em Escolas Públicas da região do Vale do rio Gurguéia, através da transferência de conhecimentos adquiridos em pesquisas científicas sobre a qualidade da água e ações de educação ambiental ao longo do biênio 2012/2013. As atividades ocorreram em escolas de Bom Jesus, Currais e Cristino Castro, através da realização de aulas de campo, Feira de Ciências, Semana do Meio Ambiente de forma concomitante ao monitoramento da qualidade da água do rio Gurguéia. Os resultados dos indicadores de qualidade (oxigênio dissolvido, turbidez e nutrientes e etc), serviram não só para transmitir conhecimento, mas principalmente auxiliaram nas reflexões realizadas no estudo sobre a problemática do uso da água na região. Como resultados, este estudo e suas atividades associadas contribuíram as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, estratégia do Governo Federal que busca garantir a formação integral dos estudantes do Ensino Básico, atendendo também às expectativas e às demandas da sociedade contemporânea. As atividades desenvolvidas ao longo do estudo também convergiram para uma dos subprogramas previstos no Plano Nacional de Recursos Hídricos que, que trata da Capacitação e Educação, em Especial Ambiental, para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos.

Palavras-chave: Nutrientes; eutrofização; Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

É fato o crescente nível de contaminação a que são hoje submetidos os rios e ambientes de água doce, onde a qualidade da água é reflexo do efeito combinado de muitos processos que ocorrem ao longo do curso d'água em sua bacia de drenagem, ou seja são função do uso e

ocupação do solo (TUNDISI; TUNDISI; 2008). O lançamento de esgotos sem tratamento nos rios, lagos e córregos é um dos principais problemas que interferem na qualidade das águas do País, que coleta 50% dos esgotos domésticos urbanos e trata apenas 35% do esgoto coletado segundo dados do Panorama da Qualidade das Águas Superficiais do Brasil (ANA, 2012).

A partir do início da década de 70, houve um crescimento na preocupação com as questões relacionadas ao meio ambiente aquático, no contexto internacional. Preocupação que apontou a necessidade da adoção de uma nova concepção em relação ao ambiente por parte dos governos e da sociedade civil. Neste sentido a Política Nacional de Recursos Hídricos tem como um de seus objetivos assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos. Sendo que a implementação da PNRH, em áreas submetidas a condições de escassez de chuvas (semiárido e sub-úmido), no Nordeste do Brasil, é uma questão fundamental para proteção e manutenção dos mananciais.

Uma das estratégias de implementação e de fortalecimento da gestão dos recursos hídricos prevista no PNRH é a disseminação de atividades, formais e informais, relacionadas à educação ambiental, contemplado pelo subprograma, Capacitação e Educação, em Especial Ambiental, para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos, que considera as diretrizes básicas da Agenda 21, do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e da Carta da Terra (MMA, 2006).

Os rios constituem os agentes mais importantes no transporte dos materiais intemperizados das áreas elevadas para as mais baixas e dos continentes para o mar, ou seja, os rios funcionam como canais de escoamento, dentro dos processos aluviais, como: erosão; transporte; e sedimentação (CHRISTOFOLETTI, 1980). A utilização crescente de cargas de insumos agrícolas (fertilizantes), efluentes domésticos lançados *in natura*, rejeitos da criação de animais, chorume gerado pela disposição inadequada de resíduos sólidos, *runoff* urbano são alguns exemplos de fontes potenciais de contaminantes orgânicos e inorgânicos, para as águas e sedimentos dos corpos aquáticos.

A bacia do rio Gurguéia, no extremo sul do estado do Piauí, é uma região que possui uma vasta área de cerrado, áreas que vem sendo fortemente utilizadas para o plantio comercial de grãos, monoculturas de soja e milho nas chapadas, a agricultura familiar e a pecuária extensiva no Vale. Estas atividades provocam impactos de diferentes ordens sobre os sistemas aquáticos da região. Entre estes podemos citar a diminuição das vazões, constante erosão e assoreamento do

leito do rio pela drástica redução de mata ciliar. Estas atividades têm ocasionado o desmatamento desenfreado e utilização intensiva do solo, promovendo um desequilíbrio ambiental com as queimadas e aplicações de substâncias químicas para o controle de pragas, e crescimento das plantas.

Diante desta situação, buscamos implementar ações de educação ambiental com jovens da região, através da transferência de informações do monitoramento realizado sobre a qualidade de riachos afluentes e do rio Gurguéia, o que auxiliou no processo de construção do conhecimento e discussão da temática Preservação dos Recursos Hídricos do Vale do rio Gurguéia nas Escolas.

Neste sentido, foi realizada a introdução da temática nas Feiras de Ciências, Semana do Meio Ambiente e aulas de campo, realizadas pelas escolas. Assim, a educação ambiental é, portanto, um elemento integrador dos sistemas educativos de que dispõe a sociedade para fazer com que a comunidade tome consciência do fenômeno do desenvolvimento e de suas implicações ambientais.

Neste contexto, procuramos ao longo do desenvolvimento do projeto determinar os indicadores de qualidade da água em riachos e no rio Gurguéia e promover a transposição da pesquisa para a educação onde usamos como estratégia de ensino Feiras de Ciências, Semana do Meio Ambiente e aulas de campo com o tema Educação ambiental e preservação das águas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades foram realizadas no biênio 2012 e 2013, envolvendo três escolas dos municípios de Bom Jesus, Currais e Cristino Castro no Vale do Gurguéia, em todas elas foram realizadas divulgações científicas dos resultados obtidos em diferentes monitoramentos realizados em riachos afluentes do rio Gurguéia.

No mês de junho de 2012, desenvolvemos na Escola José Lustosa Elvas Filho a semana do Meio Ambiente, onde trabalhos com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. Enfatizamos a temática do uso responsável e da preservação dos recursos hídricos locais, notadamente os riachos urbanos de Bom Jesus. Durante a atividade, procuramos demonstrar a real situação dos riachos Palmeirinha e riacho Grotão, utilizando dados compilados a partir dos trabalhos de conclusão de curso realizados por graduandos da Universidade Federal do Piauí (LIMA, 2010, PEREIRA, 2011). As pesquisas foram orientadas pelo Prof. Francisco José de Paula Filho, e

fazem parte do escopo do Projeto Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, Transferência de Materiais Continente Oceano (www.inct-tmcocean.com.br).

Foi demonstrado para o público da Semana do Meio Ambiente, a partir dos dados relativos às concentrações de oxigênio dissolvido, fósforo total e clorofila – a, na água dos riachos, que os mesmos encontram-se em processo acelerado de contaminação, principalmente por esgotos domésticos. Também foi esclarecido que há uma escala de contaminação onde o riacho Grotão já apresenta fortes sinais de eutrofização de suas águas, enquanto que o riacho Palmeirinha segue esta mesma direção, caso não sejam tomadas medidas para mitigar os impactos antrópicos urbanos em sua bacia. Foi enfatizada a necessidade urgente do funcionamento da rede de esgotos da cidade de Bom Jesus e do início das operações da Estação de Tratamento de Esgotos, com vistas a reduzir os efeitos adversos do excesso de matéria orgânica e de nutrientes sobre a qualidade da água dos riachos. A Tabela 1, apresenta as faixas de variação, as médias e os desvios para as principais variáveis monitoradas.

Tabela 1 – Síntese dos resultados para as variáveis e indicadores de qualidade de água monitoradas nas microbacias urbanas de Bom Jesus e no rio Gurguéia, Alto Parnaíba, NE do Brasil.

Variáveis	Grotão ^a (N = 48)	Palmeirinha ^b (N = 72)	Gurguéia ^c (N = 96)
pH	7,0 – 7,5	6,8 – 8,6	5,6 – 8,0
T	23 – 30	24 – 33	21,0 – 28,6
CE	236 – 541	100 – 156	54 – 280
Turbidez	0,6 – 33	0,7 – 12,1	0,0 – 1067
OD	0 – 8,4	2,2 – 9,7	2,3 – 9,4
PT	0,1 – 0,9	0,05 – 0,6	0,01 – 0,48
Cl – a	0,6 – 9,8	0,2 – 11,2	–

^a. dois pontos de monitoramento; ^b. três pontos de monitoramento; ^c. Sete pontos de monitoramento

A sequência metodológica adotada seguiu a ordem e obteve os resultados que se seguem: em primeiro lugar apresentamos aos alunos em forma de grupo de discussão (GD), os principais problemas que causa a poluição de nossos mananciais de Bom Jesus. Também foi realizada aula de campo nas margens dos riachos, onde foi possível mostrar *in loco*, aos discentes a real situação dos riachos, e de maneira prática apresentamos a eles equipamentos para realização das medidas das variáveis de qualidade da água (oxigênio dissolvido, condutividade elétrica, turbidez e etc.). No mesmo evento foi realizado o dia “D” do meio ambiente. Nele os alunos colaboraram

com a manutenção da qualidade estética das margens e do próprio leito dos riachos, a partir da coleta e resíduos sólidos e limpezas das margens. Foram retirados sacos plásticos, garrafas pet, entre outros resíduos. Foi demonstrado durante a excursão, que a principal causa da poluição dos mananciais são esgotos domésticos despejados sem tratamento e que escoam para o curso dos riachos a partir de tubulações diretas das casas ou por galerias pluviais.

Adicionalmente foi realizada uma noite cultural, onde os discentes que participaram do GD, da atividade de campo e do dia “D” da limpeza dos córregos, transmitiram os conhecimentos adquiridos para os demais membros da comunidade estudantil da escola, bem como para membros da comunidade, convidados para o evento. Foi realizada uma encenação teatral com fantoches, enfatizando o quanto o despejo de lixo nos córregos pode ser prejudicial para esses mananciais e para a saúde humana e a importância da reciclagem para redução da poluição. Também foi realizada uma exposição com fotos da aula de campo e do dia “D”, e apresentação de uma maquete, que em conjunto auxiliaram a visualização da extensão da poluição do riacho Grotão e o desmatamento para urbanização do riacho Palmeirinha e os usos da terra nas margens do rio Gurguéia.

No mês de abril de 2013 foi realizada a Feira de Ciências na Escola Hélio Figueiredo da Fonseca no município de Currais como o tema Educação Ambiental (preservação da água e reciclagem do lixo). O evento teve como objetivo incentivar o respeito e o cuidado com o meio ambiente, e promover a conscientização da população em relação ao uso racional e sustentável da água, ao mesmo tempo em que se buscou sensibilizar alunos e comunidade local, quanto à importância da reciclagem para redução dos impactos dos resíduos sólidos sobre o meio ambiente. Neste evento a estratégia de ação seguiu a forma de uma aula expositiva e dialogada, (cartazes, mural com fotos e materiais reciclados) abordando os principais temas propostos. Durante o evento, foi demonstrado para os estudantes e comunidade local a importância da preservação dos mananciais e principalmente dos brejos e nascentes. A importância desta ação, remonta ao fato de neste município existirem várias nascentes importantes que formam brejos extensos com uma mata de buritizais bem desenvolvida. Para atrair a atenção dos discentes apresentamos as sondas portáteis utilizadas na realização das medidas de pH, oxigênio dissolvido e condutividade elétrica, com explicações detalhadas sobre o significado e importância desse parâmetro para avaliação da qualidade da água. Com cartazes e mural com fotos de rios secos e poluídos tentamos mostrar o quanto é importante, preservar e economizar água. Levamos ainda

material reciclado para mostrarmos que podemos reutilizar alguns materiais, como: potes e garrafas PET, para decoração e utilização de armazenamento de alimentos. Os visitantes da comunidade receberam material gráfico (folder), com dicas de como economizar água, a sobre a importância da reciclagem e maneiras de como descartar o lixo corretamente.

Na mesma vertente metodológica foi realizado em agosto de 2013, com alunos do ensino médio da Escola Joaquim Parente, no município de Cristino Castro, aula de campo com visitação de pontos de monitoramento no rio Gurguéia. A atividade foi um instrumento complementar no aprendizado das disciplinas de Ciências da Natureza, que teve como objetivos sensibilizar, orientar e desenvolver habilidades perceptivas a respeito da riqueza hidrológica existente na bacia do rio Gurguéia e sobre os impactos do uso do solo na região sobre a qualidade da água. O trabalho contemplou as seguintes atividades: realização de questionários diagnóstico para aferir os conhecimentos dos alunos sobre a bacia do rio Gurguéia, reconhecimento de campo, coleta e análise da água (uso de kit de análise de água). Nela os alunos foram estimulados a levantar hipóteses a cerca dos resultados obtidos. Todos os dados foram analisados e discutidos ainda nas margens do rio, e posteriormente em sala de aula com a aplicação questionário avaliativo, de onde foi possível avaliar os conhecimentos sobre as causas e efeitos da poluição na bacia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos durante este estudo comprovam que os valores das variáveis de qualidade da água monitoradas no riacho Palmeirinha e rio Gurguéia, contemplam os limites preconizados pela resolução CONAMA 357/05, enquanto o riacho Grotão encontra-se em processo acelerado de eutrofização.

Com a realização do projeto em Educação Ambiental, percebemos a importância da disseminação da temática Recursos Hídricos para a população estudantil das escolas contempladas nas atividades.

As atividades realizadas contribuíram com o fortalecimento da consciência cidadã em prol do meio ambiente local, e auxiliaram na redução da carência de informações e de conhecimento a respeito das condições de qualidade das águas superficiais na região do Vale do Gurguéia. Da mesma forma, representaram ações concretas visando à preservação do meio ambiente e manutenção das condições de qualidade dos recursos hídricos na região.

A realização das atividades de educação ambiental contribuíram, não somente para transmitir conhecimentos, mas principalmente no desenvolvimento de habilidades e atitudes que venham a permitir aos jovens das escolas públicas contempladas, atuar efetivamente na manutenção do equilíbrio ambiental, de modo a alcançar as premissas do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Sugerem-se aos gestores públicos do Vale do Guruguéia que sejam desenvolvidos projetos de educação ambiental nas escolas, na tentativa de preservar este rio, tendo em vista a conscientização da sociedade sobre a importância da recuperação deste importante recurso hídrico da região Nordeste.

O presente trabalho contribuiu para o melhor entendimento dos processos de transformação e transporte de nutrientes no Continente-Oceano do Meio-Norte brasileiro, os quais são alvo de estudos do projeto INCT - Transferência de Materiais Continente-Oceano.

BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Panorama da qualidade das águas superficiais do Brasil: 2012/Agência Nacional de Águas - Brasília: ANA, 2012.

TUNDISI, J.G.; TUNDISI, M.T., 2008. Limnologia. São Paulo: Oficina de Textos.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2006. Plano Nacional de Recursos Hídricos. Síntese Executiva - português / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos.- Brasília: MMA, 2006. 135p. ; 27 cm. ISBN 85-7738-013-0

CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. São Paulo: Edgar Blucher Ltda, 1980. 188 p.

LIMA, J. V. Variáveis hidroquímicas e frações de fósforo na água de microbacias urbanas de Bom Jesus/PI. Universidade Federal do Piauí. Monografia. 2010. 94p.

PEREIRA, A.C.A. (2011). Graus de trofia em águas do Rio Corrente dos Matões de Bom Jesus/PI. Universidade Federal do Piauí. Monografia. 2011. 44p.



III Seminário de Extensão e Cultura da UFPI I Mostra de Comunidades

SAÚDE

• COMUNICAÇÕES

Extensão e
Cultura
Para Uma
Universidade
Cidadã



PREX
Pró-Reitoria de Extensão

